



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PATRÍCIA SANTOS SILVA

**A RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA AGRICULTURA
MODERNIZADA:
O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PERÍMETRO
IRRIGADO CALIFÓRNIA/SE**

Campina Grande
2004

PATRÍCIA SANTOS SILVA

[†]
**A RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA AGRICULTURA
MODERNIZADA:**
⁺⁺ **O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PERÍMETRO
IRRIGADO CALIFÓRNIA/SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do grau de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jean Phillipe Tonneau
Co-orientadora: Profa. Dr. Marilda A. Meneses

Campina Grande
2004



S586r	<p>Silva, Patrícia Santos.</p> <p>A reconstrução identitária na agricultura modernizada : o caso dos agricultores familiares do perímetro irrigado Califórnia / SE / Patrícia Santos Silva. - Campina Grande, 2004.</p> <p>164 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2004.</p> <p>"Orientação : Prof. Dr. Jean Phillipe Tonneau, Profa. Dra. Marilda Aparecida Menezes".</p> <p>Referências.</p> <p>1. Agricultura Familiar - Sergipe (SE). 2. Agricultura Modernizada. 3. Perímetro Irrigado. 4. Dissertação - Sociologia. I. Tonneau, Jean Phillipe. II. Menezes, Marilda Aparecida. III. Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande (PB). IV. Título</p> <p>CDU 338.43(813.7)(043)</p>
-------	--

TERMO DE APROVAÇÃO

PATRÍCIA SANTOS SILVA

A RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA AGRICULTURA MODERNIZADA: O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PERÍMETRO IRRIGADO CALIFÓRNIA/SE

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Campina Grande, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Jean Philippe Tonneau

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Co-orientadora: Profa. Dra. Marilda Aparecida Menezes

Universidade Federal de Campina Grande

Examinador: Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Examinador: Prof. Dr. Olívio A. Teixeira

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Campina Grande, 10 de junho de 2004.

Aos
meus pais Ailton e Ruth pelo apoio e incentivo constantes
que contribuíram para finalizar mais essa etapa da minha
vida. Para vocês, com todo o meu amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, força condutora de meus atos, que me fez chegar até aqui e aprender que: "... minhas provações não são maiores que meu Deus e não vão me impedir de caminhar, se diante de mim não se abrir o mar, Deus vai me fazer andar por sobre as águas". E, assim, a cada dia vivo rompendo em fé;

Aos meus irmãos Sandra, Cátia e Glauber que compartilharam com gesto de carinho e amizade com os meus ideais, incentivando-me a prosseguir nesta jornada, estando sempre ao meu lado nos momentos de inquietudes e insatisfações;

A amiga Profa. Dra. Lílian Cristina Monteiro França, principal responsável pelo meu ingresso no Mestrado, e por ter acreditado no meu potencial, Talim;

A amiga Daguia pelas experiências profissionais que vivenciamos juntas nesses "sertões de meu Deus". Obrigada pelo incentivo e apoio na pesquisa de campo;

Aos amigos Joãozinho e Rinaldo, pelo profissionalismo, amizade e simpatia com que me trataram nos anos em que frequentei o mestrado;

A Lupércio, Douglas e Thomas, companheiros de todas as horas;

Ao Prof. Dr. Jean Phillippe Tonneau, pela amizade, compromisso, competência e eficiência no que se propõe a realizar e que muito contribuiu para a motivação e realização desse trabalho. Dedico-te, o mesmo, fruto do nosso esforço, com a mais profunda admiração e respeito;

A Profa. Dra. Marilda Menezes pela sua amizade, dedicação, estímulo, paciência e segurança na transmissão dos conhecimentos essenciais à execução deste trabalho;

A todos os professores do PPGS, pelo apoio dado à produção científica formando excelentes profissionais mesmo diante das eternas crises que "assolam o país";

Ao PROCAD, pela bolsa de estudos e pela oportunidade de realizar intercâmbio com o IFCH/UNICAMP, permitindo que ampliasse meus conhecimentos e tivesse acesso às suas bibliotecas e ao convívio com alunos, professores e pesquisadores, sempre fomentando o diálogo numa perspectiva crítica e construtiva;

Ao GEPAF/UFCG e CERES/IFCH/UNICAMP, grupos de pesquisa que se tornaram importantes espaços de discussão e troca de conhecimentos no transcorrer dessa pesquisa;

Ao CIRAD, que viabilizou a realização desse estudo, através do suporte financeiro concedido e pelo intenso trabalho realizado com os agricultores do sertão, sempre com um elevado grau de responsabilidade social e importantes contribuições para a melhoria das condições de vida dessa população;

E por fim, no entanto, não menos importante, aos agricultores do Perímetro Irrigado Califórnia, que comigo compartilharam suas vidas e preocupações, pela generosidade com que nos acolheram aceitando participar da pesquisa respondendo as nossas infindáveis, muitas vezes, incômodas perguntas. Por certo não seria possível esse resultado sem vocês;

(...) da força da grana que constrói e destrói coisas belas.
(...) porque és o avesso, do avesso, do avesso do avesso.

Caetano Veloso

RESUMO

Compreende-se que a modernização da agricultura brasileira trouxe um modelo de agricultura que modificou o sistema de produção camponês, fazendo emergir uma nova organização produtiva e mecanismos que envolvem o contexto rural. Essas mudanças criaram novas determinações que a estrutura do sistema capitalista impõe sobre o comportamento econômico desse tipo de agricultor, através da intensificação da produção, transformando a sua racionalidade não capitalista em uma lógica voltada para o mercado e, construindo, assim, a sua identidade, caracterizada pela perda parcial da sua autonomia produtiva. A partir dessa afirmação surgiu a inquietação em saber como se deu o processo de reconstrução identitária do agricultor familiar no Perímetro Irrigado Califórnia – PIC. Campo empírico dessa dissertação, o PIC, foi uma experiência pioneira no estado de Sergipe por fazer parte de um programa que reunia, ao mesmo tempo, um projeto de colonização e de irrigação, destacando-se por estar localizado na região do semi-árido. Além da pesquisa de cunho teórico, este trabalho compreendeu uma pesquisa de campo, que implicou na realização de entrevistas com 30 (trinta) agricultores familiares inseridos no perímetro, selecionados de acordo com uma amostragem intencional. A partir dos critérios: apego a terra, trabalho familiar, autoconsumo e autonomia na compra de insumos, foram reconhecidos, através da construção de uma tipologia, três tipos de agricultores familiares: os de características camponesas, os de transição e os de características empresariais. Observou-se que, apesar das grandes dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares de características camponesas, este seria o modelo que poderia tornar viável e sustentável esse perímetro.

RÉSUMÉ

La modernisation de l'agriculture brésilienne a imposé un modèle qui a transformé le système de production paysan, faisant apparaître une nouvelle organisation productive et des mécanismes qui intègrent l'ensemble du monde rural. Ces changements créent de nouvelles contraintes que le système capitaliste impose au comportement économique des agriculteurs, via l'intensification de la production, transformant sa rationalité non capitaliste en une logique orientée vers le marché et reconstruisant, de cette manière, son identité, caractérisée par la perte partielle de son autonomie productive. A partir de cette affirmation est apparu une volonté de savoir comment s'est réalisé le processus de reconstruction identitaire de l'agriculteur familial dans le périmètre irrigué de California – PIC. Champ d'études de cette dissertation, le PIC, a été une expérience pionnière dans l'Etat du Sergipe et fait partie d'un programme de colonisation et d'irrigation, ayant comme originalité de se situer dans une région semi-aride. Au delà de la recherche de caractère théorique, ce travail s'est basé sur une recherche de terrain, qui s'est traduite par la réalisation d'enquêtes auprès de 30 agriculteurs, installés dans le périmètre, sélectionnés à partir d'un échantillon raisonné. Utilisant les critères "intérêt à la terre, travail familial, autoconsommation et autonomie vis à vis des intrants", trois types d'agriculteurs ont été identifiés et dénommés de caractéristiques paysannes, de transition et de caractéristiques entrepreneuriales. Même si les agriculteurs aux caractéristiques paysannes rencontrent de grandes difficultés, ce type apparaît être le plus viable et le plus durable.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização do município de Canindé de São Francisco.....	87
FIGURA 2 – Foto de lote irrigado.....	98
FIGURA 3 – Foto de lote de sequeiro.....	99
FIGURA 4 – Foto de estrada vicinal e SE – 206.....	100
FIGURA 5 – Foto de agrovila.....	102
FIGURA 6–Foto de um agricultor passando veneno sem proteção.....	103
FIGURA 7 – Foto de lote salinizado.....	104
FIGURA 8 – Foto de plantação irrigada do quiabo.....	105
FIGURA 9 – Foto do caminhão de um atravessador de quiabo.....	105

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação dos Perímetros Públicos de Irrigação Implantados pelo Governo de Sergipe.....	83
QUADRO 2 – Categorias de identificação.....	115
QUADRO 3 – Tipologia dos Agricultores Familiares do PIC.....	142

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Formas de ocupação do Perímetro Irrigado Califórnia.....	100
TABELA 2 – Ctegorização segundo os critérios.....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS – PTA	Assistência e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa
Ceasa	Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
Chesf	Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco
Cirad	Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
Cohidro	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos de Sergipe
Deso	Companhia de Saneamento de Sergipe
Dnocs	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisas Agrárias
Emdagro	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
Energipe	Empresa Energética de Sergipe
Fundase	Fundação de Assuntos Fundiários de Sergipe
GTDN	Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento do Nordeste
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
PDRI	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PIC	Perímetro Irrigado Califórnia
PIN	Programa e Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
Polonordeste	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste
Prohidro	Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos
Proterra	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
Sagri	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação de Sergipe
Seplan	Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UHX	Usina Hidrelétrica de Xingó

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Procedimentos metodológicos.....	22
CAPÍTULO I – A REALIDADE DAS SOCIEDADES CAMPONESAS NO BRASIL	29
1.1. Existiram sociedades camponesas no Brasil?	29
1.2. O que é ser camponês?	37
1.3. Ainda existem camponeses no Brasil?	52
1.4. O processo de modernização da agricultura no Brasil	58
1.4.1. Um breve histórico sobre a modernização da agricultura no Brasil.....	60
CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS DE IRRIGAÇÃO NO NORDESTE – O CASO DO PERÍMETRO IRRIGADO CALIFÓRNIA	73
2.1. A intervenção do Estado e a Política de irrigação no Nordeste	74
2.2. O processo de irrigação no semi-árido sergipano	80
2.3. O caso do Perímetro Irrigado Califórnia	85
2.3.1. Panorama geral do município.....	86
2.3.2. Caracterização da área de estudo – o Perímetro Irrigado Califórnia (PIC).....	95
CAPÍTULO III – A RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO AGRICULTOR FAMILIAR DO PIC	108
3.1. A questão da identidade e alguns desdobramentos	108
3.2. ‘Nós antes do PIC’ – um passado não distante	114
3.3. ‘Nós agora no PIC’ – a análise de um tempo presente.....	125
CAPÍTULO IV - TIPOLOGIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PIC	137
4.1. Aspectos metodológicos da tipologia.....	138
4.2. Caracterização dos tipos de agricultores familiares existentes no PIC	141
4.3. Estudo de caso	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil, no desenrolar da história agrária e agrícola do país, sempre esteve ligada a conflitos e contradições gerados pela concentração de terras e ao favorecimento, por meio de políticas subsidiária, de novos grupos econômicos que investem no setor rural expandindo suas atividades voltadas para as demandas do mercado. Os interesses dos latifundiários, dos grandes empresários rurais e agroindustriais foram privilegiados na definição das políticas públicas direcionadas ao setor rural. Assim, nesse estudo, nos apoiaremos no conceito a agricultura familiar que, segundo Carneiro (1999, p.329), trata de uma unidade de produção onde o trabalho, a terra e a família, estão intimamente relacionados e que sempre esteve à margem dos investimentos públicos.

Atualmente no Brasil, a agricultura familiar começa a ser amplamente reconhecida pelo seu papel no desenvolvimento rural, pois são as pequenas unidades de agricultores familiares que respondem por uma parcela considerável da produção de gêneros alimentícios que abastecem o mercado interno. Por este motivo, a agricultura familiar deixa de ser considerada um problema, um "atraso", tornando-se uma alternativa de desenvolvimento econômico e social para o país¹.

Este reconhecimento pode ser constatado através da criação de políticas que têm o agricultor familiar como público alvo de seus benefícios tendo como principal instrumento o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), cujo principal objetivo é promover negociações de políticas

¹ Veja a recente nota da assessoria de comunicação do Ministério do desenvolvimento Agrário - "A agricultura familiar produz hoje 40% da riqueza gerada no campo no Brasil, cerca de R\$ 57 bilhões. São cerca de quatro milhões de agricultores (64% dos trabalhadores rurais brasileiros) que vivem em pequenas propriedades e produzem a maior parte da comida que chega à mesa dos brasileiros. Quase 70% do feijão vêm da agricultura familiar, assim como 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% do leite bovino, 49% do milho e 40% das aves e ovos. A agricultura familiar é um dos principais responsáveis pela manutenção do trabalhador no campo e, conseqüentemente, um dos maiores agentes de redução do êxodo rural no Brasil." (Assessoria de Comunicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – internet Brasília, 23/03/2004.

públicas com órgãos setoriais através de financiamento para produção, infraestrutura e, também, incentivos na área de programas de profissionalização².

Essa situação fez com que o termo "agricultura familiar" fosse imediatamente associado ao PRONAF, dando a idéia de novidade, de criação de uma nova forma de produção, o que na verdade não corresponde a realidade histórica do Brasil, pois a agricultura familiar sempre existiu, muito antes de se pensar sobre as necessidades de políticas públicas no país.

Afastando essa idéia de "originalidade" não verdadeira, não podemos deixar de admitir que o reconhecimento dado à agricultura familiar, pelo Estado, foi um progresso indiscutível, sobretudo quando se pensa nos debates acadêmicos nos anos 70, que discutiam sobre o desaparecimento dos camponeses, como uma consequência necessária à modernização que implicava relações assalariadas no campo. Essa situação era aceita tanto pelos grupos que defendiam uma modernização capitalista no setor rural, como também, aqueles favoráveis ao modelo centrado nas relações sociais contra os mecanismos de proletarização no campo.

Atualmente, o debate travado sobre a agricultura familiar no Brasil, demonstra as percepções diferenciadas das potencialidades da agricultura familiar, dentro de um cenário paradoxal, no qual o aumento da produção e da competitividade transformam-se como parte do processo de globalização, envolto por visíveis desigualdades sociais. Para ser mais pontual, exemplifico: mesmo sendo o Brasil considerado o segundo maior exportador do mundo em produtos agrícolas,

² Para uma análise sobre o PRONAF, ver bibliografia, Aquino (2002).

existe a necessidade de implementar uma política social voltada para a segurança alimentar, no caso, o Programa Fome Zero³.

Essa evidente contradição tem suscitado vários debates entre os teóricos que acompanham o mundo rural, seus problemas e o seu desenvolvimento no Brasil, tais como: Graziano da Silva (1980, 1982, 1999); Kageyama (1990); Veiga (1991); Moreira (1999); Wanderley (1979, 1996, 1999); entre outros, que também, pesquisam sobre a evolução histórica da agricultura familiar e o seu papel na atual conjuntura, na tentativa de compreender quais os tipos de agricultores familiares existentes no Brasil.

A vivacidade desses debates prova a dificuldade em ter respostas definitivas sobre o tema o que de certa forma demonstra que ainda não se tem um consenso sobre as características que definem os tipos de agricultores familiares existentes no setor agrário brasileiro.

Porém, há alguns pontos que servem de alicerce para a discussão e que convergem entre si, delimitando alguns aspectos comuns entre os estudiosos das questões ligadas à agricultura familiar, são eles:

- A idéia de desenvolvimento nos remete a pensar em historicidade, o que acarreta dizer que o fato da agricultura familiar ter alcançado o seu reconhecimento pelo Estado a partir da década de 90, não implica pensar em originalidade da mesma, visto que, a sua realidade possui raízes históricas que envolvem submissão e também a afirmação de uma identidade caracterizada pela resistência, adaptação e iniciativa. Dessa forma, o agricultor familiar situa-se, muitas vezes, como sujeito político ativo na construção da sua identidade e da sua autonomia;

³ O Programa Fome Zero é uma política social criada em 2003 e adotada como prioridade pelo atual governo tendo suas ações voltadas ao combate à pobreza e a insegurança alimentar no Brasil.

- Não há um tipo de agricultor familiar e sim tipos de agricultores familiares que possuem características diferenciadas dependendo das potencialidades regionais, oportunidades econômicas e da distribuição dos meios de produção;
- E por último, como consequência dos outros pontos anteriores, é consenso em dizer que, qualquer reflexão sobre o futuro da agricultura familiar deverá ser construída através da sua diversidade e de sua história.

Tratar da história agrária demanda, necessariamente, referir-se à evolução, mutação, que ocorre na sociedade rural e nos indivíduos que a compõem a cada conjuntura. Estudar essas transformações é papel da sociologia rural, que tem por objetivo analisar as permanências e evoluções dos valores, das crenças, das práticas, enfim, das identidades desconstruídas e reconstruídas como um processo constante na configuração da sociedade rural "moderna". Dessa maneira, a sociologia rural, muitas vezes, é percebida como um método, um instrumento para entender os bloqueios, as mudanças e a modernização.

Comparando os enfoques da sociologia rural americana e da sociologia rural francesa, de acordo com o artigo de Queiroz (1969, p.7-32), ambas possuem como ponto comum o fato de que a sociologia rural é vista como uma ciência aplicada à compreensão das diferentes mudanças e evoluções sociais. No entanto, diferem no que tange às suas concepções de desenvolvimento. A sociologia rural americana apresenta-se como substrato para as transformações ocorridas nas sociedades agrárias, nos moldes do que aconteceu na Europa e nos EUA, nessa perspectiva, mostra-se como um instrumento de apoio à modernização.

A sociologia francesa possui um viés mais crítico levantando problemas ligados ao custo social e ambiental, em particular, em termos de emprego, de concentração da terra e de especificidades culturais; tem, ainda, como finalidade, entender as evoluções para poder melhor organiza-las.

Estas duas correntes fazem referência às concepções diferentes do desenvolvimento e de postura diante da "modernização da agricultura", que traz a percepção de uma mudança imposta sobre o comportamento e o modo de vida do agricultor familiar, na qual a retórica da supremacia do mercado impõe uma busca pela eficiência econômica que se sobrepõe às outras dimensões da vida social, cultural e ambiental desses agricultores.

Mas como mudar esse quadro? Que tipos de agricultores familiares se configuram em processos de modernização? Como pensar em uma nova forma de modernização da agricultura que preserve as características das unidades produtivas caracterizadas como camponesa? E, qual seria o tipo ideal de agricultor familiar, composto de suas crenças, valores, modo de vida, que poderia ajudar na emergência de uma agricultura eficiente?

Baseando-se nessa perspectiva, a idéia dessa dissertação é orientar a investigação no sentido de acompanhar a evolução do espaço rural, que se manifesta de maneira particular, na análise histórica das identidades dos agricultores familiares em um sistema de irrigação de alta intervenção do Estado, identificando, através de uma tipologia, os traços essenciais e característicos dos tipos de agricultores familiares existentes na área de estudo, tentando mostrar a diversidade desta evolução.

A localidade selecionada para o presente estudo é caracterizada pelo emprego do sistema de produção irrigada – o Perímetro Irrigado Califórnia (PIC) – situado na região do semi-árido sergipano.

A escolha do local partiu de uma inquietação provocada pelas diversas idas e vindas ao perímetro através de duas pesquisas anteriores, das quais fiz parte. Na primeira como técnica de pesquisa durante o período de dois anos (1996–1998), prestando serviço para o CPDA (Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolvendo a pesquisa denominada: “*Os impactos regionais dos assentamentos rurais*”, momento em que foi feito o contato inicial com a localidade e seus atores: agricultores, poder local e técnicos da COHIDRO (empresa do Estado que gerencia o perímetro). Na segunda, mais recente, como bolsista de Desenvolvimento Tecnológico do CNPq, pelo Instituto Xingo (1999-2002), atuando na área temática Gestão e Educação Ambiental, quando tive a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre aquele perímetro, por meio de uma maior convivência com os agricultores familiares.

Essa inquietação partiu do contato direto com o perímetro e, conseqüentemente, com os agricultores familiares irrigantes em seus lotes, quando se observou que a maioria dos que ali estavam eram originários ou possuíam propriedades em localidades predominantemente de solo seco – área de sequeiro – aonde o fator climático – chuva – é o que determina o tempo certo de plantar, sendo este fator, um dos maiores problemas do nordeste brasileiro. Assim, alguns não conheciam, outros “já ouviram falar” mas, nenhum deles havia trabalhado com a irrigação, um processo que requer um manejo mais específico para produzir.

Portanto, a inserção do agricultor familiar no PIC, condicionou dedutivamente, uma nova reestruturação produtiva, o que antes se baseava em

técnicas tradicionais, ou melhor, pouca utilização ou não de insumos/defensivos e mecanização agrícola, hoje convive com uma tecnologia mais avançada, e com ela todo um aparato político e ideológico criado pelo Estado, o que requer a adaptação de uma nova racionalidade, culminando em uma reconstrução identitária.

A partir dessa afirmação, surge a inquietação em saber como se deu o processo, e a percepção do agricultor familiar, na reconstrução identitária profissional e social do mesmo, diante da sua inserção nos processos de mercantilização, de especialização das atividades e de modernização do processo produtivo, e, assim, descobrir as mudanças que ocorreram na relação do agricultor com a terra (espaço), com a família, com a organização do tempo para o trabalho, na gestão do processo produtivo, na sua relação com o mercado e suas estratégias de continuidade.

Diante do observado e percebido em campo, criaram-se algumas hipóteses que foram norteadoras dessa pesquisa e que vale a pena esboçar para mostrar o seu desenvolvimento:

- A modernização da agricultura, representada nesse caso pela irrigação aplicada em uma região semi-árida, fez surgir um novo perfil (ou perfis) de agricultores familiares no PIC;
- Esse novo perfil exhibe mudanças na lógica/racionalidade em relação a terra, ao trabalho e à reprodução familiar dos agricultores familiares;

A partir dessas hipóteses o presente estudo teve como objetivo principal analisar a reconstrução identitária do agricultor familiar, do semi-árido sergipano quando inseridos no Perímetro Irrigado Califórnia.

A pesquisa estruturou-se, também, em torno dos seguintes objetivos específicos:

- Proporcionar reflexões sobre o processo de constituição sócio-histórica dos agricultores familiares assentados no Perímetro Irrigado Califórnia;
- Verificar as mudanças e comparações contidas na racionalidade do agricultor familiar antes e depois de inseridos no PIC;
- Construir um quadro referencial teórico através da análise histórica da agricultura brasileira. Esta análise terá como pano de fundo a pertinência da categoria “camponesa” como um pressuposto para a formação de um modelo dessa análise;
- Avaliar as mudanças nas relações de trabalho e de produção provocadas pelas transformações tecnológicas e comportamentais na sociedade globalizada;
- Investigar o processo de reconstrução identitária⁴ dos agricultores familiares inseridos no contexto da subordinação ao capital;
- Construir uma tipologia dos agricultores familiares existentes no PIC.

Sendo esta pesquisa um estudo de caso a direcionamos para uma abordagem qualitativa, não apenas por uma opção do investigador, mas, “[...], sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (Richardson, 1985: p.38). O autor, ainda, nos lembra que:

[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e

⁴ A escolha do termo “reconstrução identitária”, se dá no sentido de algo passível de transformação, assim, acredita-se que o indivíduo não perde a sua identidade e sim passa por um processo de (re) construção, através da alteração dos seus referenciais simbólicos que definem um projeto dominante do momento, ou seja, há uma certa mobilidade/adequação da identidade conforme a situação v.gente.

classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior nível de produtividade o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (Idem: p. 39).

A explicação acima não anula a utilização de dados quantitativos para o auxílio no desenvolvimento da pesquisa. No entanto, a preferência pelo qualitativo se dá pelo espírito sociológico do mesmo, que demanda numa análise constante, ou seja, durante todo o processo em estudo, não deixando de considerar as diversidades encontradas.

Procedimentos metodológicos

O levantamento do acervo bibliográfico se deu através da consulta de mapas físicos do município de Canindé do São Francisco, livros, dissertações, teses, periódicos, assim como de estudos de caso sobre a problemática dos agricultores familiares no Brasil diante da modernização da agricultura; grande parte desse material foi levantado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, como também, nas seguintes bibliotecas da Universidades Federais:

- de Campina Grande – UFCG
- da Paraíba – UFPB
- de Sergipe – UFS

Vale ressaltar, também, a importância das discussões teóricas que foram travadas no âmbito de dois grupos de estudos que muito contribuíram para direcionar as leituras em torno do trabalho pesquisado:

- GPAF (UFCG) – Grupo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar, e;
- CERES (UNICAMP) – Centro de Estudos Rurais

Em relação à coleta de dados utilizaram-se os dados do IBGE, referentes à sinopse preliminar do censo de 2000 e o censo agropecuário 1995/1996, que contribuíram para identificar a distribuição e a utilização da terra, a condição do agricultor familiar, população, pessoal ocupado, dentre outros fatores importantes.

Foram consultados, também, relatórios pertencentes a arquivos de órgãos públicos - EMDAGRO/COHIDRO - que permitiram complementar as informações referentes à implantação, evolução e a situação atual do PIC, bem como, o apoio recebido dos técnicos vinculados às instituições citadas anteriormente.

Como técnica apropriada de coleta de dados foi utilizada a história oral, com o sentido de adquirir o relato da experiência subjetiva dos sujeitos, ou seja, “[...] o grande interesse da história oral de vida reside na análise da narrativa enquanto construção, verbal, subjetiva e consciente, expressando o sentido que o narrador tem de si mesmo na história” (Gattaz; 1998: p. 875).

Desse modo, os dados brutos foram obtidos através da narração de trajetórias individuais e familiares dos agricultores familiares do PIC, adquiridas por meio da técnica de entrevista e pela observação direta obedecendo a um roteiro semi-estruturado (ver anexo 1), no intuito de dar liberdade ao entrevistado e ao mesmo tempo dirigir as questões previamente formuladas às intenções do estudo, contemplando a situação anterior e a atual do agricultor, portanto, a sua trajetória de vida, antes mesmo da chegada ao PIC.

O roteiro utilizado foi composto de 16 perguntas desdobradas em 04 itens principais: a) Relação com a terra; b) Trabalho familiar; c) Autonomia das necessidades da família e; d) Autonomia em relação aos insumos. Esses itens foram criados para obter uma visão mais ampla da realidade vivida pelo agricultor familiar, destacando aspectos reveladores dos impactos sofridos em sua identidade e, ao

mesmo tempo, para fornecer um perfil dos tipos existentes, e melhor caracterizá-los através de categorias construídas no desenvolvimento do trabalho.

A amostra teve o caráter não-probabilístico do tipo intencional, ou seja, as propriedades, objeto das entrevistas foram escolhidas obedecendo-se aos seguintes critérios:

- a) *A amostra será representada por agricultores irrigantes* – esse critério merece ser citado por serem encontrados no perímetro, também, agricultores familiares em lotes de sequeiro;
- b) *A dimensão da área total do lote* ocupada pelos agricultores familiares irrigantes é de 4,29 hectares, diferenciando-se, assim, dos lotes empresariais (30 hac) e técnico (4,42 hac);
- c) *O tempo de permanência no PIC* deverá ser de 05 (cinco) anos ou mais. A opção por escolher esse critério se dá pelo fato de ser o perímetro um lugar de grande rotatividade. Portanto, necessário se faz, ter uma amostra que apresente uma maior intimidade (e uma melhor percepção acerca do que ocorre) com o local e com o sistema de produção irrigado.

Dessa forma, o número de entrevistas realizadas superou os 10% do total de 243 lotes irrigados, ou seja, 30 (trinta) entrevistas realizadas com agricultores do PIC, segundo os critérios estabelecidos.

Como já explicitado, o primeiro contato feito com o Perímetro Irrigado Califórnia foi realizado muito antes da inserção da pesquisadora no curso de Mestrado dessa instituição; os primeiros contatos aconteceram quando atuava como pesquisadora da FINEP e como bolsista do Instituto Xingó. Em decorrência dessas duas gratificantes oportunidades foram realizadas constantes e sucessivas idas e

vindas ao local permitindo a observação direta da vida cotidiana dos agricultores lá estabelecidos.

No entanto, a experiência e os dados já adquiridos foram insuficientes e a volta ao campo foi inevitável e necessária para suprir os objetivos dessa pesquisa. Esta etapa foi realizada em dezembro/2003 e fevereiro/2004, juntamente com outros 02 pesquisadores que trabalharam anteriormente no PIC, escolhidos por já possuírem uma visão mais próxima e íntima do local, dos agricultores, das situações anteriores e atuais e dos problemas vividos. Acredita-se que a escolha da equipe foi uma experiência muito vantajosa, pois contribuiu para uma primeira análise, mesmo que simples, da realidade observada dos agricultores familiares do PIC.

Por ter essa experiência de trabalho anterior com os agricultores do PIC, houve, de certa forma, uma relação "sem cerimônias" na pesquisa de campo, quando da coleta de dados realizada a partir das entrevistas, não apresentando, assim, nenhuma dificuldade durante esse processo.

Na realidade um fato que não dificultou, mas que se tornou um pequeno entrave foi a constatação de que há uma grande rotatividade entre os agricultores, isso fez com que houvesse uma troca de 02 (dois) agricultores familiares entrevistados na primeira vez, por outros, porque já não se encontravam no perímetro na segunda ida ao campo.

Ao mencionarmos o termo "agricultura familiar", é importante lembrar que os termos/conceitos teóricos não são simples jogos de palavras, necessária se faz a sua análise, recuperando as dimensões históricas e até ideológicas de sua elaboração. Portanto, acredita-se que a utilização do termo acima foi a mais adequada por três razões:

a) Pela consideração em se trabalhar com a autodenominação dos próprios sujeitos da pesquisa, respeitando, dessa forma, categoria na qual os mesmos se enquadram;

b) Pela possibilidade de permitir o englobamento de categorias diferenciadas como proprietário, parceiro, arrendatário, ou mesmo camponês, as quais poderão ser encontradas na área de estudo.

A terceira razão introduz a idéia que parte de uma lógica existente e comprovada por vários estudos de autores clássicos dessa questão, como: Mendras (1978), Chayanov (1985), Wolf (1976), que defendiam em suas pesquisas que todo camponês é um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é um camponês. Dessa forma, persistimos em deixar claro que existe uma diversidade de tipos de agricultores familiares que compõem a estrutura agrária.

Então, para elaborar traços essenciais e característicos das categorias classificatórias, não as colocamos como verdade única, porém esse processo resulta em conformidade com a abordagem e interpretação de uma realidade empírica. Dessa forma, o objetivo, trabalhando com o conceito de Weber (1992, p. 76), é o de auxiliar no processo de descrição e explicação da realidade observada já que a realidade é uma fonte inesgotável e possui uma multiplicidade de interpretações.

Sabendo que a tipologia é uma técnica que visa à construção subjetiva de categorias classificatórias, não as colocamos como verdade única, porém esse processo resulta em conformidade com a abordagem e interpretação de uma realidade empírica.

Essa dissertação opta por utilizar uma estratégia de pesquisa muito comum nas Ciências Sociais – o estudo de caso descritivo e/ou exploratório – acreditando ser um método que melhor enfoca um fenômeno contemporâneo dentro de um

contexto real no qual uma intervenção ocorreu contribuindo, dessa maneira, para solidificar e aumentar a confiabilidade de tal estudo.

Diante de todo esse processo metodológico a dissertação está constituída por 04 (quatro) capítulos, conclusão, referência bibliográfica, anexos, além dessa introdução.

O primeiro capítulo faz um resgate histórico sobre a realidade das sociedades camponesas no Brasil desde a sua colonização até o processo de modernização da agricultura, citando períodos importantes que servem de base para entender o novo modelo de desenvolvimento rural que se estabelece no Brasil. Para tanto, necessário se fez, uma exposição do que vem a ser camponês trazendo à tona as teorias clássicas de confronto no debate em torno desse conceito.

O capítulo 2 destaca entre os diversos modos de transformação da agricultura – a irrigação – considerada como uma política pública importante por relacionar-se às mudanças na estrutura do uso e da propriedade da terra e a penetração tecnológica, mostrando a intervenção marcante do Estado.

Esse capítulo traz, também, uma caracterização específica do Perímetro Irrigado Califórnia (PIC), considerando o estudo de caso, apresentando um panorama geral do município onde este perímetro está situado, permitindo delinear a paisagem natural encontrada na região, a origem da propriedade fundiária e, assim, perceber a lógica que moveu o desenvolvimento econômico e social do município.

A identidade é tema do terceiro capítulo sendo considerada uma categoria de análise, ou seja, apresenta-se como um elemento utilizado como referencial para entender as transformações que ocorrem na vida do agricultor familiar quando inseridos em um espaço onde a modernização da agricultura se mostra mais acentuada com a dinâmica produtiva da irrigação. É nesse capítulo que a presença

dos agricultores se faz sentir mais fortemente, mostrando através da sua “fala”, dados comparativos do seu processo produtivo anteriormente e atualmente no Perímetro Irrigado Califórnia.

O quarto capítulo constitui-se numa análise dos dados obtidos na pesquisa de campo através da elaboração de uma tipologia dos agricultores familiares existentes no PIC, classificados conforme critérios estabelecidos, formando um quadro analítico constituído a partir dos estudos de caso e das trajetórias de vida.

Por fim, estão as considerações finais que apresentam um resumo de todo o contexto da modernização da agricultura e seus impactos na racionalidade do agricultor, como também, as comprovações ou refutações das hipóteses apresentadas, anteriormente, nessa introdução.

Salienta-se que, sendo essa pesquisa um estudo de caso, os resultados que por ventura serão obtidos nesse trabalho não terão um cunho representativo das condições dos agricultores familiares irrigados nas regiões do Nordeste, muito menos no Brasil. No entanto, servirá como análise de uma situação particular que contempla o estudo específico do Perímetro Irrigado Califórnia.

Dessa forma, acredita-se que essa pesquisa de cunho sociológico levará ao conhecimento mais aprofundado dos atores que constituem o Perímetro Irrigado Califórnia, enriquecendo a polêmica em torno do tema central, colocando-o em debate, no intuito de permitir a reflexão acerca de nossas idéias sobre a realidade tentando contribuir, assim, para a sua transformação.

CAPÍTULO I – A REALIDADE DAS SOCIEDADES CAMPONESAS NO BRASIL

1.1. Existiram sociedades camponesas no Brasil?

Henri Mendras em "*La fin des paysans*" (1970), refere-se à categoria do agricultor camponês como algo destinado ao desaparecimento e, conseqüentemente, desaparecimento também das sociedades camponesas. Para ilustrar a sua teoria, cita o exemplo do caso europeu, onde a sociedade industrial fez interromper, aparentemente, a coexistência de sociedades camponesas com a nova sociedade que surgira.

No Brasil, a história agrária compôs uma agricultura familiar que esteve à margem do processo de desenvolvimento. Porém, tanto na América Latina quanto na Europa, as evoluções recentes dos movimentos sociais do campo, que se consideram camponeses, recolocam-se diante da questão sobre o "campesinato", ressaltando-o como uma força indispensável para promover as transformações sociais no âmbito da agricultura familiar, deixando de lado a idéia de apreciá-la como pequena empresa familiar, fator, este, decorrente do próprio capitalismo.

A *Confédération Paysane* na França refere-se a um modo de vida "não capitalista" e a valores ligados a qualidade do trabalho, dos produtos e da vida local. O movimento *Via Campesina* (Cirad Tera, 2001, p.08) e a sua expressão brasileira, o *Movimento dos Pequenos Agricultores* (Almeida, 1999) afirmam uma agricultura camponesa, fundada sobre um novo pacto entre agricultores (produtores de alimentos e de valores) e a sociedade (consumidores mais exigentes tanto quanto à qualidade dos alimentos como aos valores humanos).

Assim, no Brasil, pesquisadores de um lado, citando especificamente Campina Grande/PB no Nordeste, e agricultores organizados, ligados em particular, ao movimento da agricultura alternativa ou àquele da agroecologia propõem uma releitura da questão camponesa.

Dessa forma, para entender o interesse desta categoria, deve-se fazer uma análise histórica sobre o estudo da agricultura brasileira, que vem sendo cada vez mais ampliado devido às mudanças nas estruturas produtivas no meio rural, resultante da modernização tecnológica do campo. Essas mudanças refletem várias contradições e conflitos que se apresentam na forma de problemas que perpassam a evolução da agricultura no Brasil, tais como: a concentração de renda nas mãos de uma minoria, a expropriação dos meios de produção e a subordinação do agricultor familiar pelo capital.

Diante dessas contradições e conflitos surge a pergunta: "Existiram camponeses no Brasil?" Essa pergunta nos faz refletir, historicamente, sobre os vários contextos que atravessou a agricultura brasileira nos remetendo a pensar nos sujeitos, atores históricos, que ajudaram a formar esses contextos. Assim, vale ressaltar algumas considerações, ainda que sumariamente, de 04 (quatro) autores que deram grandes contribuições teóricas ao estudo da evolução da agricultura no Brasil: Caio Prado Júnior (1971; 1987)⁵, Celso Furtado (1980)⁶, Guilherme Palácios (1987) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978). Acreditando que as análises teóricas de cunho historicista desses autores constituem os pilares necessários para entender a complexidade histórico-estrutural das atividades capitalistas e não

5 Embora muitos críticos apontem que este autor negava a existência de camponeses no processo histórico do Brasil, na realidade, segundo Wanderley (1979, p.16), sua posição era a de que o campesinato se tratava de um "setor residual da nossa economia agrária" (Prado Jr., 1971) e que não existia uma relação camponês e a grande propriedade. Portanto, defendia esse seu ponto de vista contrário ao que se defende nessa dissertação, o que não quer dizer que se recusava a acreditar na existência desse modelo de produção, direto, entre o setor.

6 O livro de Celso Furtado "A formação econômica do Brasil", é uma obra nuclear e que orientou toda uma geração de economistas, lançando os alicerces econômicos da formação social brasileira. No entanto, é na obra de Maria Isaura e também na de Palácios que se encontra uma melhor compreensão sobre os diversos tipos de organização do trabalho agrícola e a referência aos homens pobres livres do campo durante o período colonial.

capitalistas, presentes e justapostas na realidade econômica brasileira e só, dessa forma, compreender especificamente, a origem, a formação e o papel econômico e social da agricultura familiar no Brasil.

A formação da agricultura no Brasil está ligada ao seu processo de colonização por Portugal, que objetivava fixar o homem a esse novo território, a fim de explorar as terras no intuito de abastecer o mercado europeu.

O regime econômico mercantilista começa, então, a se estabelecer no Brasil, inicialmente, através da exploração caracterizada pelo extrativismo do pau-brasil, que devido a sua grande extração torna-se um produto escasso, o que faz surgir outros meios de exploração que foram se formando e constituindo os chamados ciclos econômicos: do ouro, da agricultura e da indústria; para fins desse estudo, o que irá importar é a agricultura.

Esta por sua vez, esteve fundamentada na chamada *plantation*, sistema de cultivo que formava a base da economia política brasileira, cujo principal objetivo era atender as demandas do mercado externo. Este sistema se caracteriza por ser uma forma de exploração baseada nos três focos que constituíram a estrutura da história econômica do Brasil: a monocultura, a grande propriedade e o emprego da mão-de-obra escrava.

Considerando o seu objetivo comercial, e conseqüentemente, lucrativo, Portugal começa a incentivar o processo de colonização do Brasil doando grandes proporções de terras - as *sesmarias* - a indivíduos de boa condição financeira de Portugal ou merecedores de prêmio por algum feito militar, desde que se habilitassem a se estabelecer nesse novo país, a fim de dedicar-se a *plantation* ou a qualquer outra forma de exploração econômica que atendesse ao mercado externo.

A lucratividade era obtida por Portugal através do recebimento da “*sesma*” que era a sexta parte de tudo que era produzido e enviado para o mercado.

A primeira *plantation* aqui formada foi a da cana-de-açúcar. A preferência por esse cultivo não se deu por acaso, surgindo a partir da crise comercial que Portugal enfrentava com a Índia e que prejudicava o fornecimento de açúcar para a Europa; esse fato fez com que Portugal estimulasse a plantação em grande escala desse produto no Brasil.

A influência da Coroa Portuguesa na formação da *plantation* da cana-de-açúcar através da doação de terras no Brasil fez com que, em pouco tempo, todo o litoral estivesse inteiramente dividido em imensos latifúndios, sobrando apenas terras menos férteis e de difícil acesso.

Por serem essas terras uma doação aos “escolhidos” de Portugal, pode-se dizer que o privilégio a essa condição traz à tona uma categoria social, política e economicamente dominante: a dos grandes proprietários.

Donos das *plantations*⁷, os grandes proprietários começam a enfrentar problemas para manter a sua lavoura por causa da insuficiência de mão-de-obra, pois os nativos, que aqui já estavam, não se adaptavam ao trabalho forçado, criando uma certa resistência ao trabalho escravo, provocando vários conflitos entre os índios e os portugueses. Diante desse problema, inicia-se o tráfico de negros africanos⁸ para o Brasil, vendidos como mercadoria, para trabalhar como escravos nas grandes lavouras e subordinados aos domínios dos grandes proprietários.

7 A agricultura no Brasil, como já foi explicitado, era desenvolvida para atender ao mercado Europeu. Nessa perspectiva, além da cana-de-açúcar, outros cultivos predominaram no período colonial, como: o algodão, o tabaco e, por fim, o café, finalizando o sistema de *plantation*.

8 Segundo Gorender (1978) e Ferro (1996), a África estava inserida no comércio triangular, basicamente como fornecedora de mão-de-obra escrava para as colônias americanas e antilhanas. Assim, os escravos eram depositados nas grandes plantações de açúcar e tabaco que se espalhavam do leste brasileiro até as colônias do sul dos Estados Unidos: do Rio de Janeiro até a Virgínia. Esse fato demonstra que o processo de globalização tem origens históricas, ou seja, de uma certa forma, já acontecia desde a época da expansão mercantilista (de 1450 a 1850).

Salienta-se que o tráfico de negros africanos para comercialização já existia na Europa, constituindo-se numa outra grande fonte de rendimento para Portugal.

Nesse contexto, destaca-se a formação de uma outra categoria social: a dos subordinados, aumentando, dessa forma, a estrutura interna das unidades de produção, constituindo camadas sobrepostas, cuja base era composta pelos escravos e o topo, pelos senhores - grandes proprietários de terra. Simplificando, a estrutura de classe ficava, dessa forma, dividida em duas condições: dominantes e subordinados.

Além dessas duas categorias, existiram também outras, formadas por indivíduos enviados por Portugal como forma de exílio, condenados pela Coroa por vadiagem e furtos, enfim, indivíduos apontados por não terem uma boa conduta moral. Aqui chegando, esses indivíduos procuravam alternativas de sobrevivência como mostra Silva (1980, p.17):

A primeira estaria ligada a formas consideradas ilícitas, como assaltos, saques e práticas semelhantes. (...) Outra alternativa seria a indigência e a mendicância. A terceira seria a dos indivíduos que procuravam se associar aos poderosos senhores da colônia, oferecendo-lhes os mais diversos serviços, desde o trabalho em suas propriedades até a simples companhia e a proteção como guarda-costas ou coisa semelhante. A quarta seria a ocupação de pequenas faixas de terra, para delas extrair o sustento.

Na mesma situação havia as famílias caracterizadas como camponesas, (já que na época do descobrimento do Brasil, Portugal se destacava como um país rural), que vinham junto com os donatários à procura de terras férteis como modo de sobrevivência, já que Portugal, na época, sofria com a escassez desse bem.

Esses dois tipos de população estabeleciam-se em pequenas glebas situadas, principalmente, nas zonas marginais, segundo Tonneau (1997), zonas limites das *plantations*, geralmente mais distantes da cidade e menos férteis, consideradas terras impróprias à cultura dominante, ou seja, a *plantation*, e a criação

de gado. Essas pequenas propriedades, de direito ou de fato, eram constituídas por "pequenos agricultores de abastecimento" (Queiroz, 1973, p.24), formadas por agricultores que trabalhavam diretamente na terra e alicerçadas pelo trabalho familiar, cujo cultivo era voltado para a sua sobrevivência - a agricultura de subsistência - em que predominava a policultura (mandioca, milho, feijão, trigo), e o excedente produto cultivado, muitas vezes, era vendido ou trocado por mercadorias que não produziam.

Surgem, daí, três tipos de agricultores de abastecimento: os *parceiros* - que pagavam aos senhores pelo aluguel das terras que ocupavam com a colheita e a dos *moradores* - que viviam de favor nas terras dos senhores não pagando, de fato, pelo aluguel da terra, porém prestavam todos os tipos de serviços aos mesmos. Esses dois tipos de agricultores de abastecimento eram considerados, mesmo que teoricamente, "livres" pois, as regras estabelecidas eram diferentes das aplicadas aos escravos, além disso, uma parte da sua produção lhes pertencia, dispondo-a da forma que quisessem. No entanto, serviam aos senhores de duas formas: como mão-de-obra de reserva e como guardiões da propriedade. Assim, podemos constatar que, essas pequenas propriedades, de certa forma, eram aliadas, de maneira integrada, a grande propriedade, pois, além de garantirem uma renda complementar, promoviam o desenvolvimento das oligarquias rurais, e por último, asseguravam o fornecimento de alimentos para a região.

O destaque à pequena produção, dado não só pelo poder local como pela União, se deu pelo fato de que, na época, havia uma certa crise diante da escassez de alimentos para suprir às necessidades de toda a população, fazendo com que a classe dominante reconhecesse, não de forma declarada, a sua importância. Assim, sabiam que a extinção das pequenas propriedades não era um negócio vantajoso,

de forma que, estratégias eram montadas para continuar a manter o controle e a sua dominação, até mesmo, para diminuir os gastos com a produção e mão-de-obra; com isso, os grandes proprietários começaram a parcelar suas propriedades em pequenas glebas e a alugá-las⁹ para aqueles que não conseguiam se sustentar só com a sua pequena produção ou por terem sido excluídos de suas propriedades de uso. Esse processo era muito lucrativo para os grandes proprietários, pois arrendavam pedaços de terra, por certo período, cujo pagamento seria feito através da meia ou terça parte da produção, além disso, ao término do tempo concedido, os que ocupavam essas terras arrendadas deveriam entregá-las preparadas para plantio ou com pastagem para o gado dos proprietários dos lotes. Portanto, além de ganharem parte da produção pelo pedaço de terra arrendado, ainda apropriavam-se do trabalho não-pago do pequeno agricultor.

De acordo com Silva (1980, p. 29):

Deve ser lembrado, porém, que esse processo de retalhamento não significou, de forma alguma, uma democratização da propriedade da terra. Muito pelo contrário, serviu para manter a pequena produção como apêndice da grande, constituindo numa forma de garantir o fornecimento de trabalhadores a baixo preço, quando fossem necessários.

Nota-se, portanto, que a preservação desses pequenos agricultores era necessária para a manutenção da *plantation*. Essa afirmação está presente na obra de Prado Jr. "A Questão agrária no Brasil" (1987), que enfoca a problematização das contradições da sociedade brasileira, destacando que a existência desse tipo de unidade agrícola foi, e ainda é, de fundamental importância para o cultivo de produtos que atendem ao consumo interno no Brasil.

⁹ Segundo Marx : "O indivíduo é então, na verdade, um não-proprietário. A propriedade -- ou seja, a relação do indivíduo com as condições naturais de trabalho e reprodução, a natureza inorgânica que ele descobre e faz sua, o corpo objetivo de sua subjetividade -- aparece como cessão (Ablassen) da unidade global ao indivíduo, através da mediação exercida pela comunidade particular" (1981a, p. 67).

Para Furtado (1980), o surgimento dessa pequena produção se confunde com o desenvolvimento da pecuária em regime extensivo que resulta no processo de expansão territorial brasileira a partir do decurso de interiorização da agricultura, principalmente na região nordeste onde havia uma associação entre a criação extensiva de gado, as culturas de algodão e os produtos de subsistência, constituindo progressivamente a base das relações sociais entre os grandes proprietários e seus “moradores”.

O terceiro tipo de agricultores de abastecimento, que formavam a pequena produção, classifica aqueles que eram independentes, vivendo sozinhos e em áreas distantes; não prestavam nenhum serviço aos senhores de terra, formando uma categoria diferente de agricultores caracterizados pela autonomia da sua produção.

Essa população denominada de “pobres livres do campo”, segundo Palácios (1987, p.325-356), era caracterizada por seu isolamento, por sua pobreza e pela agricultura de subsistência e contribuía de modo significativo para a revitalização das populações locais integrando-se a economia de mercado.

Podemos então concluir que, o período colonial foi marcado por uma heterogeneidade de trabalhadores agrícolas destacando três tipos de unidades de produção agrícola: a *plantation*, que se caracterizava pela monocultura e pelo seu direcionamento ao mercado externo; as propriedades de criação de gado, onde seu surgimento favoreceu a expansão territorial brasileira e, conseqüentemente, a interiorização da agricultura e, por fim, as pequenas propriedades de subsistência, constituídas pelos agricultores subordinados pelos senhores de terras e dos homens livres que cultivavam de forma autônoma, no entanto, sempre caracterizada por uma relação entre donos (latifundiários) e a pequena produção dependente, em particular

devido ao acesso limitado a terra, o que é um traço característico da questão agrária brasileira.

A história desta relação entre latifundiários e pequena produção dependente pode ser resumida em uma história de luta, na qual a pequena produção vai buscar a sua autonomia, procurando melhorar o seu acesso a terra e aos meios de produção.

A análise histórica dessa luta pode permitir responder a pergunta: O que é ser camponês? Apontando algumas semelhanças e diferenças entre o Brasil e a situação na Europa, local em que foi cunhado esse conceito.

1.2. O que é ser camponês?

Esta pergunta, embora simples, envolve uma terminologia permeada de múltiplos desdobramentos no âmbito das Ciências Sociais possuindo uma pluralidade de conceitos que a representa em seus contextos diferenciados.

De forma genérica, esse termo é ainda muito suscetível a uma explicação reducionista como algo relativo ao campo, caracterizado por indivíduos “rústicos” que vivem e/ou trabalham no campo, pertencentes, ou não, a um grupo social formado por pequenos proprietários e trabalhadores rurais de baixa renda¹⁰.

Percebe-se que este termo exige mais requinte em seu conceito, visto que, em uma visão antropológica¹¹, “camponês” representa um certo grupo social em um determinado tempo, sugerindo um modo específico de vida constituído por um *ethos*¹², possuidor de uma racionalidade interna que o caracteriza, sendo

10 Para uma conceitualização mais genérica do termo: Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, (dez/2001).

11 A expressão “Camponês”, ganha espaço científico, principalmente nas ciências sociais, através do antropólogo norte-americano Robert Redfield, no final da década de 40.

12 Quando falamos em *ethos* nos referimos ao cotidiano vivido pelo camponês e não só sob o ponto de vista produtivo, embora este seja o teor analítico seguido por essa dissertação. Dessa forma, entence ser o *ethos* uma questão ampla que envolve uma visão de mundo, concordando, assim, com a

incompatível com o processo produtivo que tende a fundar-se numa racionalidade produtivista, técnica e econômica.

A palavra "camponês", em geral, tem sido associada a uma origem feudal européia para indicar a grande comunidade de habitantes do campo, de baixa renda, que se dedicava à exploração agrícola familiar visando o autoconsumo, atrelada ao poder dos senhores feudais.

Huberman (1986), no seu ensaio "*História da riqueza do homem*", demonstrou como o processo de autonomia camponesa se construiu entre os séculos através da explicação do surgimento das classes sociais na sociedade feudal, que se compunha de 03 (três) classes – guerreiros (senhores feudais), sacerdotes e trabalhadores (servos), sendo este último os que produziam para os outros dois (eclesiásticos e militares).

As terras agrícolas na Europa ocidental eram formadas por "feudos", propriedades dos senhores que os dividiam em duas partes, uma pertencente ao senhor, cultivada apenas para ele, enquanto a outra era distribuída entre muitos arrendatários que além de cultivarem a sua parte também trabalhavam nas terras dos senhores feudais.

Esse fato resultava no empobrecimento dos trabalhadores, já que em dois ou três dias da semana tinham que trabalhar nas terras dos senhores feudais como uma forma de pagamento para terem o direito a cultivar em suas terras, tendo prioridade os serviços atribuídos aos mesmos (arar, semear, ceifar).

A organização, no todo, baseava-se num sistema de deveres e obrigações do princípio ao fim. A posse da terra através do arrendamento não

explicação de Tedesco: "Ao tematizarmos o ethos, então, temos presentes as noções de incorporação, de sistemas que caracterizam formas de vida, estilos de ação, disposições (morais, estéticas e culturais), quadros de referência e condutas; todas elas em dinamismo/confronto com processos sociais e visões de mundo" (1999, p. 20).

significava que os servos pudessem fazer dela o que lhes agradasse, implicava deveres que tinham que ser cumpridos, caso contrário, a terra seria tomada.

Havia vários graus de servidão nesta época: os servos dos domínios, que viviam permanentemente ligados à casa do senhor e trabalhavam em seus campos durante todo o tempo; os camponeses muito pobres, que mantinham pequenos arrendamentos de um hectare; e os vilãos, que eram servos com maiores privilégios pessoais e econômicos. Alguns vilãos eram quase tão abastados como os homens livres e podiam alugar parte da propriedade do senhor, além de seus próprios arrendamentos.

Por outro lado, os senhores feudais, destacados como guerreiros, por sua vez, protegiam suas propriedades e conseqüentemente os seus arrendatários de prováveis ataques pela luta de terras e limites regionais. Dessa forma, havia uma certa proteção dada pelos senhores feudais aos servos, não como algo afetivo e sim por considerar os mesmos como sua propriedade, a qual defendiam.

Essa proteção a terra dava-se em virtude do que esta representava na época, ou seja, a terra produzia praticamente todas as mercadorias de que se necessitava e, assim, era considerada a maior riqueza do homem. Marx (1981) caracterizou este processo demonstrando que com a expansão do comércio houve a modificação dos tipos de renda fundiária, em trabalho, depois em produtos e enfim em dinheiro.

Uma das transformações mais importantes com a expansão do mercado foi à nova posição do camponês. Enquanto a sociedade feudal permanecia estática, no que diz respeito à relação entre senhor e servo, fixada pela tradição, foi praticamente impossível ao camponês melhorar sua condição. No entanto, quando surgem as cidades nas quais os habitantes se ocupavam principalmente do

comércio, surge a necessidade de obter do campo alimentos necessários para o suprimento da população surgindo, daí, uma divisão do trabalho entre cidade e campo. Enquanto uma se concentrava na expansão do comércio, o outro na produção agrícola para abastecer o crescente mercado.

Outra situação que, de certa forma, contribuiu para a “libertação” do camponês foi o surto da Peste Negra que dizimou a população na Europa no século XV, pois, a morte de muitos camponeses ocasionou a escassez de mão-de-obra, fato que eleva o valor dos serviços atribuídos aos senhores feudais, esses, sem muita alternativa, aliviavam as obrigações dos servos e em alguns casos concediam favorecimentos e até pagamentos em troca de seus trabalhos.

Percebe-se que a sociedade feudal constituiu-se num percalço para a emancipação lenta dos servos em trabalhadores rurais livres, devido ao processo moroso da monetarização, a constituição do estado e a segurança.

Vale salientar a tenacidade e a resistência dos camponeses ao longo dos séculos para atingir esta autonomia que se concretizava, principalmente, pelo direito a propriedade, direito que justificava qualquer compromisso com as oligarquias, o que despertava nos marxistas a idéia de que o campesinato não tinha vocação revolucionária.

Essa idéia pode ser refutada, quando colocamos como exemplo o que ocorreu no Brasil, isto é, o campesinato mostra a sua característica revolucionária nos anos 50 com a organização dos trabalhadores rurais que, reunidos em associações, reivindicavam por seus direitos frente à oligarquia rural. A partir de então, as correntes políticas de esquerda que apoiavam esses movimentos passaram a chamar, de forma generalizada, os trabalhadores rurais de camponeses, daí a origem das chamadas “Ligas Camponesas”, popularizando essa denominação.

Dessa forma, o termo “camponês” surge, no Brasil, atrelado a um sentido político representado por um valor ideológico de divisão e confronto entre classes sociais. Esse enfoque dado ainda perdura nos dias atuais, sendo mais utilizado pelos membros de movimentos sociais e por instituições ligadas à luta da terra que vêem o camponês como a representação de uma classe revolucionária contra a subordinação do homem no campo: os partidos de esquerda, o MST, pastoral da terra e algumas organizações não-governamentais.

Observa-se que o significado dessa terminologia, de certa forma, desdobra-se em dois pontos distintos: o primeiro ligado a uma relação de subordinação e o segundo refere-se a uma luta de classe diante das contradições das relações entre dominante e dominado, numa forma de um indicador político nas transformações sociais.

Retomando aqui as idéias de transição e de tensão sobre o desaparecimento do camponês com a expansão do capitalismo, Marx em sua obra denominada “*Formações econômicas pré-capitalistas*” (1981a, p. 92-93), descreve:

(...) sobre o processo histórico a dissolução dos laços entre terra, trabalho e instrumento como preliminar da instalação do capitalismo. Assim, a constituição da propriedade privada e da relação do trabalho com o capital, pressupõe um processo histórico que dissolve as diversas formas nas quais o trabalhador é um proprietário e o proprietário trabalha: (a) dissolução da relação do trabalhador com a propriedade da terra; (b) dissolução das relações em que o homem mostra-se como proprietário dos instrumentos; (c) dissolução da posse de meios de consumo necessários à manutenção do trabalhador durante o processo produtivo, e; (d) dissolução das relações em que os trabalhadores são objetos de apropriação.

Em outras palavras, a teoria marxista do desenvolvimento do capitalismo, divulga que são dissolvidas as relações de produção em que predominam os valores de uso. Não é a acumulação dos alimentos que leva à dissolução, mas a dissolução que leva à acumulação.

Mas, para poder dissolver estes laços há a necessidade de que eles existam e é este o ponto principal que embasa o processo histórico de constituição do campesinato, que pode ser definido como um processo de libertação e autonomia.

Analisar este processo é traçar as características dessa forma de produção no intuito de compreender os elementos que constituem a sua formação, visto que, para entender o indivíduo é preciso conhecer o seu modo de vida, seu cotidiano, suas aspirações e seus valores.

Nesse sentido, com base em Mendras (1978), Wolf (1976) e Jollivet (1982), buscou-se aprimorar o conceito da autonomia para que melhor se adaptasse aos objetivos propostos nesse trabalho, destacando quatro características primordiais: a terra, o trabalho, o domínio dos instrumentos de produção e a reprodução familiar; como os 04 (quatro) fatores que melhor evidenciam as especificidades da unidade camponesa.

a) A terra

A terra como propriedade é um aspecto valorativo de grande importância para o camponês, dando-lhe um sentido de liberdade, ou seja, ele exerce um domínio sobre a mesma, compondo seu espaço de trabalho, de luta e de sobrevivência.

Assim, a terra é considerada, pelo camponês, como a base econômica e social da família, pois é através dela que conseguem seu meio de subsistência e também onde se dão as suas relações sociais com grupos internos e externos à comunidade, possuindo um valor não monetário, um valor de uso e não de troca,

concebendo, portanto, a terra como um meio de seu trabalho utilizado para aquisição do seu sustento e de sua família e não como mercadoria. É, pois, terra de trabalho e não de negócio. É, portanto, propriedade do trabalhador e não fator de produção.

Por esse motivo, acredita-se que, a propriedade da terra é uma condição necessária para a independência do camponês já que uma de suas características é a sua autonomia; portanto, ao admitir sua posição como arrendatário, meeiro, entre outras relações que se estabelecem no setor rural, evidencia-se a separação entre o camponês e os meios de produção, o que marca a sua subordinação aos verdadeiros donos da terra, na maior parte dos casos, aos grandes proprietários:

Esse contraste faz ressaltar duas características essenciais do grupo doméstico camponês: sua estabilidade e seu alicerce patrimonial. Para existir, o grupo doméstico deve dispor de terra, meio de produção fundamental, e a disposição de terra, nas regiões onde esta é rara, significa em contrapartida a condição de existência e de continuidade do grupo (Mendras, 1978, p.67).

Segundo Wolf (1976, p.31) e Mendras, (1978, p.47), a terra não é somente um fator de produção que garante a subsistência, ela carrega um significado maior para o camponês, evidenciando-se como um valor simbólico fortemente adquirido através de gerações, podendo ser classificada como um "patrimônio da família".

b) O trabalho

O fator trabalho surge aqui como uma outra concepção que faz parte das características do camponês que utiliza a família como mão-de-obra principal e fundamental para produzir. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação mútua.

No entanto, há dois fatores ligados a necessidade que poderão ocorrer em algum momento do ciclo produtivo nas unidades de produção camponesa. O primeiro diz respeito à necessidade, em algumas circunstâncias, de contratar mão-de-obra temporária. Esse fato ocorre quando a quantidade de trabalho é superior ao número de pessoas capazes de desempenhar as atividades produtivas, que compõe o grupo familiar:

Somente os diaristas e os trabalhadores estacionais remunerados por tarefas são verdadeiros assalariados, cujo trabalho é pago para substituir a força de trabalho que falta no seio da família e que o auxílio mútuo poderia também substituir perfeitamente (Mendras, 1978, p.48).

O segundo fator é a necessidade do trabalho acessório¹³, ou seja, como uma estratégia, utilizada para complementar a renda e assim garantir a reprodução familiar; alguns camponeses migram de suas comunidades¹⁴ para vender sua força de trabalho para outras propriedades, geralmente, aquelas que são definidas como empresariais:

[...] a permanência de alguns membros do sexo masculino da família camponesa na fazenda, enquanto filhos e filhas aptos saem para trabalhar por salários que trazem de volta e contribuem para o fundo comum de sua casa. Assim, o camponês pode encontrar-se não somente como participante de um mercado de produtos, mas também de um mercado no qual o artigo trocado por dinheiro é o seu trabalho (Wolf, 1976, p.71).

Em ambos o caso, cabe a observação de que tanto a contratação de mão-de-obra quanto à disposição ao trabalho acessório devem ser condições temporárias. Sendo a permanência efetiva das mesmas uma característica própria do modelo capitalista, o que desviaria das características específicas da unidade

13 Este fato pode ser presenciado, principalmente, no nordeste onde o período de seca faz com que a produção fique submetida ao fracasso ou a sua diminuição, fazendo com que o camponês, ao observar sua reprodução em risco, adere ao trabalho exterior a sua unidade familiar, por exemplo, no corte da cana. No entanto, esta opção é temporária e tem como objetivo, primordial, satisfazer as necessidades atuais da família. Outros fatores podem condicionar esse processo, como: o tamanho do número de pessoas que constituem a família e da propriedade.

14 Para uma melhor análise sobre o processo de migração como uma estratégia de reprodução familiar camponesa, ver Menezes, 2002.

familiar camponesa, já que essa forma de produção se sobressai por sua natureza não-capitalista.

O trabalho do camponês também é caracterizado pela sua autonomia, o que faz com que entre em constante conflito com os condicionamentos impostos pela sociedade global, qualificada de capitalista, na qual se inserem e, ao envolvê-los, limita a predominância da sua subjetividade produtiva.

Porém, essa "autonomia" é questionada quando se percebe que o camponês é atrelado a um sistema maior ressaltado por suas relações necessárias com o mercado de compra e venda de mercadorias e serviços no intuito de atender às necessidades familiares:

O eterno problema da vida do camponês consiste, portanto, em contrabalançar as exigências do mundo exterior, em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às necessidades de seus familiares (Wolf, 1976, p.31).

Dessa forma, existem 02 (duas) perspectivas básicas de compreensão e explicação do campesinato. Aquela que vê o camponês agindo a partir da sua racionalidade própria, traduzida na sua avaliação subjetiva de critérios e ações para a sua sobrevivência, isto é, agindo dentro de uma dinâmica não capitalista, e aquela outra que vê o campesinato a partir de uma visão de totalidade, sendo um elo na cadeia de elementos que constituem a realidade do campo e a realidade em geral, suas ações e suas condições, frutos de determinações históricas, sócio-econômicas e políticas por eles vividos: o camponês é analisado a partir da dinâmica capitalista.

c) O domínio dos instrumentos

A importância do domínio dos instrumentos pelo camponês é referente à independência quanto aos seus meios de produção e a sua relativa independência

frente ao mercado na venda de suas mercadorias e na compra de insumos, como também, de financiamentos, devido ao risco e ao medo de perder sua autonomia. Ao dizer "independência relativa" se quer mostrar que em uma sociedade capitalista, o que é produzido não tem valor ou significado em si mesmo, mas só quando estabelece uma relação com o mercado, assim, não existe uma liberdade total, ou seja, sempre há a sujeição devido às exigências quanto às demandas do comércio. No entanto, essa dependência poderá ser relativa no momento em que se utilizam outras alternativas que não abalem as estruturas referentes à produção, como a opção do não uso (ou pouco uso) dos insumos e defensivos e mecanização agrícola ligados a um processo de agroecologia e a produção de cultivos para o autoconsumo.

Para Mendras (1978), a economia camponesa está incluída em uma economia "envolvente", logo a análise do campesinato não poderá ser feita baseada no "autoconsumo total e imóvel". Como economia envolvida, o camponês poderá ou não se satisfazer em pagar um tributo sobre parte da produção, inclusive aquele destinado ao autoconsumo. Também, poderá diversificar a produção, associando cultivos mais comerciais aos gêneros alimentícios. Ou mesmo, vender sua força de trabalho em atividades agrícolas ou não agrícolas, contanto que essas práticas lhe permitam continuar inserido no processo produtivo, garantindo-lhe a posse da terra. O tipo de estratégia a ser utilizado pelo agricultor dependerá do grau de sua necessidade para garantir a reprodução familiar.

Em relação ao financiamento, quando se intensifica a produção direcionada ao mercado há a necessidade de incrementar a produção e com isso vem a exigência de dispor de condições cada vez maiores de capital. Como a unidade de produção camponesa não dispõe de renda suficiente para atingir esse

objetivo acaba por se submeter aos meios de financiamento disponíveis. Esta situação provoca a sua dependência econômica quando essa prática se coloca como necessária para o seu desenvolvimento, como também, resulta no endividamento desses agricultores.

Por fim, como já colocado anteriormente, a terra também é colocada como um instrumento que deverá ser dominado pelo camponês:

Essa 'sede de terra', racionalmente justificada hoje em dia nesses termos econômicos de sobrevivência da exploração, também o era no século passado, quando a propriedade da terra era o meio e o signo da independência em relação a todas as autoridades, em uma palavra, da liberdade. Como rendeiro, o camponês depende de seu proprietário, ao qual deve submeter-se para não perder a sua terra: submeter-se demonstrando respeito, submeter-se indo à igreja e votando bem etc. A partir do dia em que se torna proprietário, ele não deve mais nada a ninguém, é senhor de si, e pode ser um cidadão livre (Mendras, 1978, p.191).

d) A reprodução familiar

A reprodução familiar é o resultado esperado pelo trabalho camponês, pois, o que se percebe é que na sociedade moderna, o camponês tende a se adequar às diversas situações que o sistema capitalista impõe como uma estratégia para garantir o seu *ethos*.

Esse fato é salientado por Wolf (1976, p.98-103) quando indica que a unidade de produção camponesa, para se proteger de uma provável dissolução, monta estratégias que permitem a sua manutenção e reprodução como: a inculcação dos padrões de conduta aos jovens (socialização); a escolha patrimonial; a utilização de mão-de-obra temporária; o trabalho acessório (migração) e o sistema de herança ou "sistemas de herança por partilha" da propriedade.

Assim, segundo Mendras, a terra e o trabalho são condições essenciais para simbolizar a continuidade familiar um outro valor fundamental de uma sociedade camponesa:

A família original assegura, portanto, da mesma forma que a família indivisa, a continuidade do grupo doméstico. A 'resistência', fundamentada em um patrimônio, não tem começo nem fim e permite uma adequação entre terra, trabalho e subsistência (1978, p. 73).

Enfim, o que caracteriza a gestão particular da unidade de produção pelo camponês, é descrito simplificadamente, por Jollivet (1982, p.10), dando um aspecto dinâmico e relacional aos quatro fatores mencionados acima:

O chefe do estabelecimento não é o patrão, um empregador – é o chefe da família; é enquanto tal que exerce autoridade sobre a exploração, que é o seu mestre de obras. Sua mão-de-obra não é assalariada, mas familiar: constituída por ele mesmo, sua esposa, seus filhos e eventualmente outros familiares que moram debaixo do seu teto. É uma mão-de-obra gratuita, ou seja, mão-de-obra cuja reprodução não se faz mediante um salário, mas mediante valores de uso distribuídos dentro do próprio lar. A terra, meio de produção fundamental, não é capital, é patrimônio da família. Os outros meios de produção tampouco são capital na medida em que são destinados a obter um sobretrabalho de mão-de-obra assalariada. São, com a terra, os instrumentos de trabalho pelos quais o grupo familiar se reproduz socialmente a partir de seu próprio trabalho coletivo. Trata-se, portanto, de um produtor independente que trabalha ele mesmo sua terra e vende o produto de seu trabalho e não sua força de trabalho – *como algo efetivo e não constante* - (grifos nossos). Formalmente, não há nada de capitalista nesta estrutura de produção.

Na medida em que a segunda pergunta foi respondida cabe ressaltar a conclusão da primeira do tópico anterior: "Existiram camponeses no Brasil?"

Primeiramente é necessário salientar que até os últimos anos, os camponeses, e de maneira mais geral a agricultura familiar, ficaram sempre a margem das políticas específicas do Estado. Isso é uma originalidade em relação a algumas situações européias (França e Dinamarca) onde existiram, desde do século XVIII, políticas públicas que beneficiaram a agricultura familiar em diferentes aspectos.

Segundo Tonneau (1994), a análise histórica comparativa entre as políticas agrárias da Inglaterra e da Dinamarca prova que essas evoluções diferenciadas são fruto da vontade política do Estado.

Na Inglaterra existiram políticas diferentes para as regiões pobres e as regiões ricas, essas últimas marcadas pelo uso da mão-de-obra assalariada. Esse tipo de agricultura fundamenta-se na relação entre proprietários, empreendedores capitalistas e mão-de-obra assalariada. Uma grande parte da população camponesa foi expulsa e passou a formar a mão-de-obra das primeiras indústrias e os imigrantes que povoaram a América do Norte. Num primeiro momento, a agricultura se intensificou rapidamente, em virtude dos progressos técnicos. Mas, como essa produção estava diretamente ligada aos objetivos das classes industriais de manter os salários baixos, as proteções aduaneiras foram suprimidas e a produção de alimentos foi diminuindo rapidamente, tanto que na época da Primeira Guerra Mundial, não se produzia mais do que um terço do necessário para o abastecimento nacional.

Na Dinamarca, se manteve o apoio a pequenas propriedades familiares. Os senhores de terra se contentavam em receber uma "renda monetária" e, pouco a pouco, o chefe das famílias passou a dispor de todos os meios de produção, inclusive da terra. Toda uma série de medidas legislativas apoiou a emergência desses trabalhadores: em 1768, foram abolidas as obrigações feudais; em 1788, foi criado um banco para favorecer o acesso a terra; em 1841, criou-se o ensino público obrigatório voltado para a vocação agrícola; em 1850, criou-se um sistema de crédito cooperativo. Constituiu-se, assim, uma agricultura fundada na exploração individual, integrada ao mercado, caracterizada pela adoção contínua do progresso técnico, da redução dos custos e da redução dos preços dos produtos.

Na história da França rural, Gervais *et Alii* (1977) qualifica o período entre 1870 a 1945 de "triunfo da exploração familiar", como aquele caracterizado ao mesmo tempo pelo desaparecimento dos "sem terra" (acesso à propriedade e, sobretudo êxodo) e dos grandes domínios que não encontraram nem os capitais, nem os braços necessários a uma evolução capitalista.

Braudel (1986, p. 92) faz referência a agricultura familiar francesa entre 1870 e 1945, como tendo as seguintes características:

[...] a agricultura representa a metade ou mais da produção total, a metade da população é contratada nas tarefas agrícolas, a metade da produção agrícola depende das famílias camponesas. Este pequeno mundo é explorado de uma maneira ou outra, mas ele guarda certa independência e relações diretas com o mercado. A economia é suficientemente desenvolvida para implicar que haja um estado ativo, com o enquadramento mais ou menos importante que supõe e que um diálogo intenso feito de trocas aproxima cidades e campanhas.

Baseando-se na tese de Tonneau (1994), esse processo de "triunfo da exploração familiar" deve-se ao surgimento do pacto social ao redor deste modelo que permitiu à França, apesar de possuir uma agricultura considerada como atrasada, manter-se entre as quatro principais potências industriais mundiais evitando ao mesmo tempo a brutalidade do êxodo rural (taxas de 0,5% ano), conhecida por outros países como a Inglaterra. A agricultura francesa conheceu um crescimento de 1% ao ano no período e cobria cerca de 85% das necessidades do país. Os setores das grandes culturas (cereais, vinhos e oleaginosas) eram deficitários, no âmbito de uma política imperial (importação desde a África do Norte, onde existiam grandes domínios). Destaca-se, também, no que diz respeito, ao emprego dessa da população que era de 40% em 1913, a comparação com os dados da Alemanha (16%) nessa mesma época. Este foi feito sem grandes investimentos em capital, pois, a agricultura fornecia os recursos financeiros

(poupança dos camponeses para a compra da terra), investidos em vários países estrangeiros, como a Rússia, por exemplo.

De um ponto de vista técnico, o modelo foi baseado na pluriatividade, na integração agricultura/pecuária, na utilização da matéria orgânica, nos aportes cálcicos e na tração animal.

Este pacto social foi cancelado apenas para fazer face às necessidades de mão-de-obra da indústria no período chamado de "trinta anos gloriosos" (1945-1975), quando a França abandonou sua estratégia de capitalismo financeiro internacional.

A realidade brasileira é evidentemente diferente embora, perceba-se desde as suas origens, antecedentes históricos do sistema de produção camponês. Essa afirmação pode ser comprovada historicamente através da análise do Brasil colonial, (já mencionado no item 1.1 dessa dissertação), formado por grupos caracterizados pela autonomia do seu processo produtivo direcionado a subsistência e que utilizava, para tal, essencialmente, a mão-de-obra familiar, distinguindo-se dos grandes proprietários de terras por sua racionalidade de predominância não capitalista, embora se possa afirmar que os mesmos mercantilizavam o excedente da sua produção, vendendo ou trocando-o, no intuito de adquirir tudo aquilo que não produziam, contudo, não seguiam uma lógica acumulativa de capital.

No entanto, salienta-se que a sociedade não é estática, ou seja, ela está envolvida em um processo dialético e como tal, é sujeita a transformações simbólicas da realidade social em que estamos inseridos. Assim, o conceito de "camponês" reflete os valores e normas de uma sociedade, transcendendo as potencialidades dos grupos, em nome de uma totalidade.

Essa totalidade é possível através de uma instituição legitimadora, o Estado, que realiza a construção de várias identidades, através de uma relação política, que absorve o indivíduo, entre eles o camponês, quando através de estratégias de mudanças sociais, econômicas e políticas, em nome do “desenvolvimento”, modifica a sua denominação para “agricultor familiar”. Desse modo, a questão fundamental não seria se o conceito de camponês elaborado por intelectuais corresponde ou não a sua essência e sim a que interesses serve a nova identidade atribuída a esses grupos e a que grupos sociais elas se vinculam?

Assim, através dos intelectuais, o Estado se apropria de interpretações para colocá-las como fundamento da realidade, construindo o seu discurso que serve como legitimador de suas ações políticas.

Diante disso, pode-se afirmar que o atual debate sobre o campesinato é resultado de um esforço de intelectuais para a compreensão de crises e problemas sociais emergente. O avanço do capitalismo no campo tem colocado em tela a função do camponês. Nesse sentido tem-se interpretado e reinterpretado o seu conceito em busca de uma identidade que se adeque a atualidade da sociedade.

Diante desse fato, cabe aqui questionarmos se ainda existem camponeses no Brasil ou se foi apenas um fato ocorrido por determinações temporais?

1.3. Ainda existem camponeses no Brasil?

Esse questionamento não é aleatório, pois traz consigo uma dúvida e uma sugestão de que há uma polêmica sobre o fim do camponês. Assim, é no processo dialético que resolvemos ir e vir, encaminhar nossa pesquisa retomando a origem do debate entre os teóricos do marxismo e de Alexander V. Chayanov sobre

o campesinato, analisando historicamente os embates travados em torno dessa questão, no intuito de compreender as discussões sobre esse modo de produção peculiar e suas mudanças na sociedade moderna.

Este passado histórico refere-se às discussões travadas na Rússia no final do século XIX e início do século XX, a respeito da questão agrária desse país, colocando à tona duas teorias que se confrontam, marcando e influenciando o conceito de “camponês”, defendido ideologicamente por: Lênin (1870-1924) – pensador partidário do bolchevismo¹⁵, considerado um dos líderes da revolução russa, tornando-se futuro fundador do Estado Soviético (URSS) e a de Alexander Vasilievich Chayanov (1888-1939) - economista e agrônomo russo, um dos principais representantes do movimento populista russo. Consecutivamente, a primeira teoria defendia a tese da desintegração do campesinato determinada pelo processo de desenvolvimento do capital; a segunda defendia o modelo de organização econômica do trabalho familiar como um meio de impedir a sua desintegração.

Durante séculos, caracterizada pelo domínio imperialista representado pelo czarismo, a Rússia permaneceu isolada do resto da Europa Ocidental onde começavam a surgir as transformações sociais, econômicas e culturais que abalavam as estruturas políticas a nível mundial.

Com a Revolução Francesa houve uma maior aproximação desse país com o Ocidente e, conseqüentemente, com as idéias liberais surgidas na Europa no século XIX. Assim começa a ser questionado o sistema de dominação que imperava na Rússia, aparecendo facções que travaram uma luta para o fim desse regime e a

15 Doutrina da ala esquerda majoritária do Partido Operário Social –democrata Russo. Adapta do marxismo que objetivava a implementação do socialismo na Rússia (Lênin, 1982). Para melhores detalhes ver Lênin, Vladimir Ilich Jlianov. O Programa Agrário da Social democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907. Livraria Editora Ciências Humanas, coleção História e Política – 11, São Paulo, 1980.

construção de uma sociedade socialista, irrompendo, em 1917, na chamada Revolução Russa, marcando a derrubada do czarismo.

A Rússia organizava-se socialmente e economicamente através do *MIR*, comunidades de produção familiares autônomas. Através da existência dessa organização fundiária é que os revolucionários buscavam suas inspirações para surdir o processo de formação do socialismo. A partir daí, se dá o início do entrave entre a teoria de Lênin e a de Chayanov, que apesar de distintas tinham na realidade um único caminho: a constituição de uma nova organização política-econômica e social da Rússia, representada pelo regime Socialista.

Para Lênin, o *MIR* era uma estrutura produtiva onde havia uma clara divisão de classe entre os proprietários da terra - *Kulaks* (grandes proprietários) - e os camponeses pobres sendo estes dominados pelos primeiros, fortalecendo o poder do czar.

Baseando-se nesta idéia, Lênin acreditava que a implantação do capitalismo na Rússia favoreceria, ou seja, seria um meio para atingir o socialismo, pois, assim, formaria uma classe de proletariado que seria o sustentáculo para a eclosão da revolução.

Desta forma, propunha a reorganização da pequena economia agrícola no regime capitalista defendendo o modelo estrutural agrário norte-americano denominado de *Farmer* (em inglês significa agricultor familiar, pequeno fazendeiro), que propunha o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais como uma maneira de acabar com o sistema feudal. Não obstante, afirmava que as unidades de produção tradicionais, devido aos baixos níveis de comercialização, estariam condenadas a miséria e ao domínio dos grandes proprietários se não se modernizassem, sugerindo aí penetração do capital no campo:

Para o mercado, o que importa não é o bem-estar do produtor, mas os seus meios pecuniários disponíveis (...), pois quanto mais esse camponês se arruina tanto mais é forçado a recorrer à venda de sua força de trabalho e tanto maior à parte dos meios de subsistência que ele deve adquirir no mercado (Lênin, 1979, p.16).

Portanto, Lênin assegura em suas teorias que a principal causa de atraso do desenvolvimento do capitalismo na Rússia se devia a existência do *MIR* por definir este sistema agrário como algo fechado, não permitindo o avanço da empresa capitalista no meio rural. Assim, o debate sustentado por Lênin, tinha como ponto central a desintegração da economia natural, representada pelo campesinato, como um fator necessário para o sucesso da penetração do capitalismo no País.

Salienta-se que o pensamento de Lênin está baseado na teoria marxista que também teve como seguidor Kaustsky (1997) e, em conjunto, construíram suas teorias com base no momento histórico vivenciado pelos mesmos. Naquele momento, a análise de Marx defendia o progresso, não como espoliador da humanidade, mas sim, atrelado à consciência de que todos deveriam desfrutar das mesmas condições. Para ele, a modernização das estruturas agrárias era o caminho para a humanidade sair da condição de subordinação e partir para o avanço das relações sociais que deveriam ser marcadas pela equidade.

Esta teoria provocou um debate contrário, defendido por Chayanov que partia da tese de que a implantação do capitalismo não provocaria, necessariamente, a desintegração do campesinato. Acreditando que um fato não excluía o outro, afirmava em suas teorias que os camponeses poderiam ter seu lugar na sociedade mesmo fazendo parte de um sistema capitalista, ou seja, os camponeses podiam entrar na circulação com o mercado, sem, entretanto, provocar a sua desintegração. Entendia que ao se atrelar ao mercado e, assim, ao capitalismo, não significava a extinção desse modo de produção, porém, a finalidade

do capital na unidade de produção camponesa é propiciar um melhor bem-estar à família e garantir a sua reprodução e não ter como objetivo principal a acumulação.

No entanto, Chayanov admitia que ao ingressar no mercado, a atividade econômica do camponês poderia perder o caráter qualitativo e passa a ter interesse quantitativo e quando isso ocorre há uma intensificação da força de trabalho familiar empregada que vai além do que é necessário para a sua reprodução, determinando o avanço técnico e a nova divisão de trabalho. Percebe-se que, nesse momento, o mesmo reconhece que o mercado poderia influenciar as decisões produtivas e pessoais dos camponeses, modificando, assim, a racionalidade desse agricultor familiar ao intensificarem sua produção a favor do mercado, porém, esse fato não seria uma regra.

Assim sendo, a teoria de Chayanov não aborda a economia camponesa desvinculada do contexto econômico e social que o pequeno agricultor estava inserido:

Consideramos que nuestra explotación campesina es mercantil y, por la tanto, que se inserta en un sistema económico que coexiste con ella a través del crédito y la circulación de mercancías (Chayanov, 1985, p.265).

Nesse sentido, buscava a identidade econômica desse modelo concreto de exploração que paulatinamente demonstrava forte resistência, mesmo com a influência de estruturas capitalistas na organização da produção camponesa.

Essa resistência poderia ser fortalecida se o camponês modificasse a natureza de sua exploração. Assim, Chayanov propunha uma nova “organização na unidade econômica camponesa”, baseada em dois fatores: o trabalho e o consumo. Para isso, não seria necessário eliminar as propriedades com fins capitalistas, mesmo porque na realidade, o que se observava é que o próprio capitalismo necessitava (e ainda necessita) das relações econômicas camponesas para sua

reprodução, que são recriadas, principalmente na questão do fornecimento da força de trabalho oscilante.

Enfim, a teoria de Chayanov se destaca pela referência que faz sobre dois aspectos importantes referentes ao sistema de produção camponesa:

- Dá uma definição de campesinato, com sua produção resultando do trabalho de base familiar e;
- Mostra as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico. O que faz compreender que além do campesinato ser um sistema social ele surge também como um sistema econômico de desenvolvimento.

As teorias clássicas de confronto no debate em torno da questão camponesa, apresentadas nesse tópico, que discute a desintegração do campesinato defendida por Lênin e a proposta de Chayanov do modelo de organização da unidade econômica familiar, como alternativa de evitar essa decomposição, são ainda muito debatidos nas análises contemporâneas sobre o processo de modernização da agricultura e seus impactos na vida econômica e social dos agricultores familiares; servindo, também, como alicerce para aprofundar o conceito de camponês, considerada por Chayanov como um modo de produção não-capitalista que possui uma lógica peculiaridade de prover a sua reprodução.

A história agrária européia, nos últimos 50 anos, comprovou de uma certa maneira, as teorias de Lênin, pois, a agricultura familiar, européia e norte americana, transformou-se, cada vez mais, em estrutura tipicamente capitalista na qual as características camponesas sofreram grandes transformações. No entanto, é preciso salientar que o "fim do camponês" foi resultado do forte êxodo rural, devido às

oportunidades de emprego dos “trinta anos gloriosos” como ainda é chamado o período de crescimento industrial acelerado entre 1945 e 1975.

No caso do Brasil o debate sobre o “fim dos camponeses” está relacionado com a modernização da agricultura, o que traz a tona à necessidade de traçar um panorama sobre esse processo.

1.4. O processo de modernização da agricultura no Brasil

A agricultura brasileira, nas últimas décadas, vem passando por transformações que colocam novamente em pauta a discussão sobre a existência do campesinato como um sistema produtivo que sobrevive ou não a denominada “modernização da agricultura”. Essa discussão é importante para se obter uma avaliação dos resultados desse modelo de desenvolvimento adotado e suas conseqüências para, assim, melhor compreender os caminhos escolhidos e traçados, a condição atual e os conflitos que permeiam historicamente o agricultor familiar diante desse processo.

O conceito de modernização evoca a melhoria da produção através da adoção de técnicas modernas visando uma maior produtividade da terra e do trabalho. Nesse caso, são consideradas técnicas modernas aquelas que utilizam em maior escala investimentos de capital e, em menor, recursos tradicionais. No decorrer desse processo, o grau de modernização pode ser medido através da difusão de técnicas modernas entre agricultores, em que a reserva de capital e os insumos novos são adquiridos fora da atividade agrícola adotada pelo pequeno agricultor.

Segundo Bernardes (1985, p.07-54), as características de modernização técnica na agricultura brasileira indicam a direção geral do processo de crescimento

econômico com o objetivo de contribuir para o balanço do comércio externo. Esse direcionamento da economia não inverteu o quadro social, em virtude da evolução do latifúndio como modelo igualmente concentrador, mas encontra-se deformado devido a:

1. Concentração geográfica do processo sem que houvesse difusão pelas regiões numa abrangência de totalidade;
2. Concentração fundiária e empresarial processada através do remanejamento fundiário, com vistas ao aumento da rentabilidade via modernização mecanizada e difusão da empresa rural a partir de estímulos governamentais;
3. Modernização agrícola orientada para a exportação em detrimento da produção voltada para o abastecimento interno.

Dessa forma, esse texto busca analisar o processo desse “desenvolvimento” alicerçado pela modernização da agricultura dentro de um determinado contexto vigente no país, levando em conta que esse processo está enraizado à condição de desenvolvimento do capitalismo e de seus desdobramentos na agricultura, como também mostra as alternativas/estratégias executadas pelo governo federal como resposta para essa carência, acima citada, desembocando em projetos de desenvolvimento no setor rural.

Assim, cabe afirmar a importância da contextualização histórica da modernização da agricultura, colocada aqui como pano de fundo para compreender o cerne principal do presente estudo: a reconstrução identitária do agricultor familiar inserido nesse processo.

1.4.1. Um breve histórico sobre a modernização da agricultura no Brasil

No final do pós-guerra e início da década de 1950, o Brasil começa a debater a "realidade" do país, as condições do seu atraso e a sua superação diante da situação inerte no desenvolvimento do setor agrícola, devido aos problemas relacionados à tecnologia, aos baixos níveis de produção agrícola para o mercado interno e externo, a escassez de matérias-primas para as demandas do setor industrial e a distribuição fundiária altamente concentrada nas mãos de um pequeno grupo. Diante dessa situação, este setor estava sendo visto como um obstáculo para o crescimento do país, o que estimulou uma reação por parte do Estado, que propôs uma reavaliação na sua política econômica a fim de criar estratégias para reverter esse quadro de estagnação no setor agrícola:

A proposta de desenvolvimento que se modelava no início dos anos 50 tinha forte influência do projeto nacionalista do presidente Vargas, das recomendações feitas pelas duas missões econômicas norte-americanas no Brasil no final dos anos 40 e, acima de tudo, pelas estratégias de desenvolvimento formuladas pela recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas. Postulava-se aí, que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e que à agricultura caberiam os papéis de 'financiar' o esforço de substituição de importações (fornecendo as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários), promover matérias-primas para a indústria nacional nascente e aumentar a crescente população urbana do país (Silva, 1999, p.87).

O Estado começa, então, com uma sucessão de operações com vistas a planejar uma política econômica necessária para estimular o desenvolvimento do capitalismo no país. Esta ação tinha como pontos de partida, dois problemas direcionados ao setor agrícola: a) o abastecimento precário dos centros urbanos, ou melhor, a escassez de alimentos. Este problema ocorria devido ao fato dos grandes latifundiários serem incapazes de produzir alimentos a baixo custo para suprir o mercado interno, direcionando sua produção à exportação. Esse fato faz com que o

Estado perceba que a forma em que se pautava a agricultura tornava-se um obstáculo para o desenvolvimento do país; b) um outro problema é o atraso das relações de produção no campo brasileiro. Em virtude de uma agricultura tradicional (onde a racionalidade capitalista não impera) o Brasil se via limitado a expandir o mercado consumidor para os produtos industriais. Neste momento, o desenvolvimento da agricultura era almejado no intuito de favorecer o incremento de matérias-primas para o setor industrial no Brasil, assim:

A transformação do campo era vista como condição *sine qua non* do desenvolvimento capitalista, na perspectiva dos ideólogos do desenvolvimento industrial no modelo clássico (subdesenvolvimento como processo), e cujos 'entraves' estariam localizados no setor da circulação, ou seja, na pequenez do mercado interno. Conseqüentemente, a abertura desse mercado teria como ponto de partida a transformação da agricultura (modernização das forças produtivas e das relações de produção) e possibilitaria a expansão do capitalismo no Brasil (Linhares, 1981, p.39-40).

Vários teóricos que analisaram o atraso do setor agrícola foram destacados e de certa maneira influenciaram as tomadas de decisão frente a um novo modelo de agricultura que visava a um incremento do capitalismo através do setor agrário, entre eles está Theodore W. Schultz (1965), um dos pensadores da modernização da agricultura, em seu livro "Transformação da agricultura tradicional", que tem como problema principal para estudo tentar compreender como é possível transformar a agricultura tradicional, considerada pouco produtiva, em um setor da economia altamente produtivo.

Em sua obra, Schultz afirma que o aspecto crucial da agricultura tradicional é a baixa taxa de retorno do investimento nos fatores agrícolas do tipo que os agricultores vêm empregando ancestralmente (rotinas há muito estabelecidas), considerando, esse tipo um fator que emperra o desenvolvimento econômico do país:

A agricultura baseada inteiramente nas espécies de fatores de produção usados durante gerações pelos agricultores pode ser chamada de agricultura tradicional é inevitavelmente pobre e, por ser pobre, gasta a maior parte de sua renda em alimentos (Schultz, 1965, p.15-16).

Resumindo, o autor considera a agricultura uma fonte de crescimento econômico de um país, “Naturalmente, uma agricultura que use apenas os fatores tradicionais não pode fazê-lo, mas uma agricultura modernizada é capaz de dar uma grande contribuição” (Idem, p.17), entendendo, assim, que o seu desenvolvimento depende da passagem de uma agricultura do tipo tradicional para uma agricultura moderna levantando a necessidade de investir na mudança comportamental do agricultor tradicional, fazendo-o entender e aceitar as modificações técnicas que permitam a intensificação da sua produção, abrindo mão de sua condição de agricultor tradicional para adotar uma “racionalidade econômica” fundada sobre a predominância do mercado.

Baseando-se nessa concepção surge, a partir dos meados da década de 1960, especificamente, em 1964, uma política econômica específica implementada pelo Estado brasileiro - articulada pelo Regime Militar recém-chegado ao poder - que direcionou as suas ações para o desenvolvimento da agricultura através do processo de modernização do seu sistema produtivo, alterando, dessa forma, a organização social no meio rural e o perfil dos produtos cultivados, a fim de permitir uma reorganização do capital através da ampliação da oferta de alimentos, que seria possível não por meio da reforma agrária, mas sim pelo desenvolvimento intensivo da agricultura.

Daí, o país começou a abrir-se para o mercado internacional, iniciando o processo de expansão do capitalismo no campo, marcando o período que vai do final da década de 1960 até a década de 1970, caracterizado pela euforia da modernização produtiva, no intuito de retirar os agricultores familiares tradicionais de

seu "primitivo tecnológico" e inseri-los em circuitos propriamente capitalistas, através da criação dos complexos agroindustriais¹⁶ internos.

A modernização da agricultura se deu pela via tecnológica atingida pela industrialização, tendo o seu apogeu por meio dos princípios da "Revolução Verde"¹⁷, que visava a substituição dos produtos antes adquiridos da natureza, passando agora a ser selecionados industrialmente, estimulando a utilização massiva dos insumos modernos (adubos, agrotóxico), máquinas e equipamentos agrícolas, com vistas a garantir novos incrementos para produção agrícola, afastando, de forma assustadora, o agricultor do equilíbrio da natureza.

Este tipo de agricultura terá propaganda e incentivo político e procurará sobrepor-se às formas remanescentes do meio rural. Para tal, ela será chamada de agricultura moderna, caracterizada pela passagem de uma atividade de apropriação das condições naturais existentes para uma atividade de fabricação industrializada dessas mesmas condições. Segundo esta caracterização, o capital teria se apropriado de elementos do processo de produção rural através do crédito rural de baixo custo, liberado para os grandes proprietários, e de pesquisas agrícolas, reincorporado-os à agricultura como insumos ou meios de produção.

Dessa forma, a industrialização foi apresentada como uma fórmula milagrosa capaz de, por si só, gerar o desenvolvimento do setor agrícola, apontando-o como o responsável pelo atraso desses países, deveria ceder, portanto a posição dominante da economia (Silva, 1982).

16 Entendemos por complexo agroindustrial o conjunto formado pelos set tres produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários, de distribuição, de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial.

17 Segundo Hayami & Ruttan (1988:86), estas mudanças baseadas na modernização, também chamada de "Revolução Verde" fundamentavam-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos métodos de produção locais ou tradicionais, por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas, isto é, de variedades vegetais geneticamente melhoradas, muito exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e motomecanização.

Nota-se que, seja em termos políticos, seja em termos econômicos, esse processo de modernização da agricultura exigiu uma reorganização da agricultura a partir da intervenção do Estado e com o apoio da oligarquia rural, fazendo surgir uma nova dinamização da produção agrícola e a renovação das estruturas de dominação, caracterizada por uma maior concentração, centralização, desigualdade e exclusão no campo, marcando o período chamado de "Modernização Conservadora", ou seja, uma modernização sem mudanças. Este modelo desenvolvimentista conservou/manteve as características do modelo evolutivo da estrutura agrária do Brasil desde a sua colonização: a intensificação da produção para atendimento às demandas do consumo externo, a opção pela monocultura, o apoio político e econômico aos grandes proprietários de terras (incentivo à estrutura latifundiária) e a subordinação dos agricultores de pequena produção às grandes propriedades, destacando-se como um modelo capitalista monopolista, baseado na denominada "via prussiana"¹⁸.

Constata-se, portanto que, se o processo de modernização foi prioritariamente dirigido para a oligarquia rural, foi, também, de maneira indireta para os agricultores familiares, mesmo sendo de uma forma reduzida, existiram também políticas de "modernização" da agricultura familiar na década de 70 destacando como exemplo, o PAPP (Programa de Apoio ao pequeno produtor Rural do Nordeste) e os perímetros irrigados do sub-médio São Francisco. Voltaremos a estudar essas políticas de modernização da agricultura no capítulo 2.

O desenvolvimento do capitalismo no campo, através da modernização da agricultura, não foi outra coisa senão a aceleração do processo de diferenciação do

¹⁸ Essa denominação faz referência à Prússia, região alemã de agricultura comercial, voltada para a exportação e dominada pelos grandes proprietários. Segundo Veiga (1996), o modelo "prussiano", semelhante ao caso europeu, caracterizava-se por impedir que suas populações rurais tivessem acesso à propriedade da terra, apoiando a agricultura patronal e não familiar.

sistema de produção de organização familiar tradicional inserido no modo de produção capitalista. Dessa forma, segundo Wanderley:

[...] a modernização adotada foi, antes de tudo, dolorosa porque, paradoxalmente, reproduz o atraso. Ora, o atrasado que permanece dentro de um moderno e que o redefine pode ser identificado pelo fato de que a modernização foi feita sob o comando da terra, isto é, pelo e para os proprietários fundiários gerando uma tensão entre a propriedade e a produção que afeta a profundidade da própria modernização (Wanderley, 1996, p.27).

Essa transformação causa um rol de efeitos e de impactos econômicos, sociais e culturais no comportamento do agricultor familiar, fundamentalmente, pela quebra repentina da estabilidade de base produtiva do mesmo, subordinado-a ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção de que necessita, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, fazendo com que suas condições e suas necessidades econômicas e sociais, sejam reguladas e controladas pelo capital.

Na década de 80, período da redemocratização do país, entra em crise o modelo de desenvolvimento, até então adotado, começando a surgir conseqüências como a forte exclusão social no campo e o enfraquecimento da política econômica do país revelando a incapacidade financeiramente do Estado de manter os mecanismos criados no período anterior, especificamente, no que diz respeito ao sistema de financiamento de produção nas condições anteriormente estabelecidas, ou seja, crédito rural deliberado, abundante e de baixo custo para os grandes proprietários:

Essa faceta crítica do discurso sobre a tecnologia não tem, contudo, articulações políticas suficientes para viabilizar mudanças fundamentais, nem ao nível das classes hegemônicas, para as quais o objetivo é o de preservar os interesses em jogo, nem ao nível da classe trabalhadora, onde as questões primordiais são o seu nível de renda (salário) e suas precárias condições de sobrevivência (Moreira, 1999, p 63).

Iniciam-se, assim, as críticas ao modelo de modernização da agricultura no Brasil, através de um discurso sobre formas alternativas de produção que propõe: a redução dos custos da produção; o controle do uso indiscriminado de agrotóxico; melhorias no uso do solo e da água baseados em princípios ecológicos de preservação do meio ambiente e por fim tecnologias adequadas e mais acessíveis à pequena produção familiar. Enfim, o que se pretendia era tornar a agricultura menos dependente de insumos e equipamentos fornecidos pela indústria que, como vimos nesse texto, se tornou excessiva motivada pela penetração do capitalismo no campo, aumentando, porém, a sua eficácia.

Para entender estas críticas, é necessário analisar os resultados destas políticas, usando as informações de um artigo recente de Tonneau e Teixeira (2004). Indubitavelmente, o Brasil converteu-se numa importante potência agrícola. Nesse sentido, os objetivos do início dos anos 70 foram atingidos. Nos últimos anos, de acordo com o Ministro da Agricultura¹⁹, "o Brasil bateu todos seus recordes": a produtividade da agricultura aumentou, desde 1992, em 71%; a produção atual de grãos é de 100.000.000 de toneladas; em 2001, as exportações agrícolas totalizaram US\$ 24 bilhões; em 8 anos, a produção de carne aumentou em 97% na avicultura, em 67% na suinocultura e em 30% na bovinocultura brasileiras; o Brasil tornou-se o primeiro produtor mundial de café, de laranja e de cana-de-açúcar. Hoje, o Brasil possui o mais importante rebanho bovino comercial do mundo.

Apesar desse "sucesso", o modelo da "modernização"²⁰, que inspirou as políticas agrícolas desde o final dos anos sessenta, tem sido cada vez mais

19 Cf. discurso do Ministro da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento - Pratini de Moraes - na Cúpula Mundial da Alimentação - 5 anos depois em Roma de 10 a 13 de junho de 2002 (www.mapa.gov.br).

20 Cf. Graziano da Silva (1982). O processo de modernização da agricultura é considerado « conservador » por este autor, na medida em que ele manteve inalterada a estrutura de distribuição da terra no Brasil.

criticado. Tais críticas traduzem preocupações diversas, mas podem ser agrupadas em três conjuntos principais:

1. As críticas econômicas, com relação à queda dos preços, o aumento dos custos dos fatores de produção e a redução do ritmo de incorporações de inovações, a crise na geração de empregos;
2. As críticas ecológicas, uma vez que a implementação do modelo foi acompanhada de custos ambientais particularmente elevados. A tendência à homogeneização das práticas produtivas, à simplificação e a artificialização extrema do meio natural, se fez acompanhar da degradação dos solos agrícolas, do comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, da devastação das florestas, do empobrecimento da diversidade genética dos cultivares, plantas e animais, e da contaminação dos alimentos consumidos pela população (Bastos, 2002);
3. As críticas sociais, que embora sempre tenham existido, atualmente assumem um patamar que preocupa, cada vez mais, a toda sociedade brasileira. O processo de modernização da agricultura foi também sinônimo de exclusão social. Neste processo, ficou evidente a impossibilidade das cidades e das metrópoles absorverem as populações rurais excluídas, revelando elevados índices de êxodo rural.

A eficiência desse modelo é cada vez mais questionada. A economia do Nordeste, por exemplo, acompanhou de perto o crescimento da economia nacional e registrou, entre 1960 e 2000, uma expansão do Produto Interno Bruto da ordem de 4,6% ao ano. A participação das atividades predominantemente urbanas aumentou

significativamente (a indústria passou de 22% para 26% e os serviços, de 47% para 64%). O setor primário, que respondia por cerca de 30% do produto, recuou para menos de 10%, apesar do surgimento e da consolidação de modernos segmentos de agricultura irrigada e de produção de grãos nos cerrados.

Com algumas exceções, como a região do Vale do São Francisco, as políticas de apoio direto ao desenvolvimento agrícola não foram capazes de intensificar os sistemas de produção. A agricultura familiar, por exemplo, vem se mantendo, nos últimos trinta anos, ao custo de uma pressão crescente sobre os recursos naturais, que, na maioria das vezes, permanece marginalizada e sem acesso aos mercados nacionais.

Alguns estudos, (Tonneau et alli, seminário de Petrolina, 8/2003; Van der Weid et alli, Lagoa Seca, 2003), entre outros, permitem ilustrar a atual situação: persiste o hiato existente entre a base produtiva regional e o contingente demográfico que a sustenta. O Nordeste responde por aproximadamente 16% do produto interno do país, enquanto a sua população corresponde a 28% da brasileira. A região oferece menos oportunidades de empregos para a sua força de trabalho.

A produção agropecuária nordestina atingiu o seu auge no fim dos anos 80. A partir de então, os índices são decrescentes e a crise das atividades do complexo gado-algodão-lavouras fez com que a contribuição do Semi-Árido para a economia regional caísse de 28% em 1970 para 21% em 2000 e que a produção *per capita* passasse de 74,7% para 53,2%, no mesmo período²¹.

Paralelamente, sobretudo depois dos anos 90, as políticas sociais (bolsa-alimentação, renda mínima, educação, entre outras) tiveram um impacto considerável. Diversas pesquisas demonstram a importância das transferências

21 Cf. grupo de trabalho interministerial para a recriação da Sudene. "Bases para a recriação da Sudene por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste". Versão final, Recife, junho de 2003.

sociais para estabilizar as rendas das famílias rurais e mesmo para reduzir o número de famílias pobres no campo.

Como consequência destas políticas públicas sociais e de infra-estrutura, o nível de vida das populações rurais melhorou consideravelmente no decorrer dos dez últimos anos. A melhoria da distribuição de energia, o acesso à água, a organização dos transportes, as políticas descentralizadas de saúde tiveram efeitos muito positivos.

De fato, com o fracasso das políticas de modernização, devido à incapacidade de criação de empregos não agrícolas, capazes de absorver os excluídos (notadamente os trabalhadores rurais sem terra), mas também aqueles que terminarão por ser excluídos pelo processo de modernização, ainda que seja limitado e controlado; na segunda metade dos anos 90, as políticas públicas governamentais voltaram-se, quase que exclusivamente, para oferecer "compensações sociais" (bolsas alimentação, renda mínima, educação, aposentadoria, etc.). Diversas pesquisas demonstram a importância dessas transferências para estabilizar as rendas das famílias rurais e, mesmo, para reduzir o número de famílias pobres no campo (Delgado, 2000; Abramovay, 2000; Veiga, 2001).

A noção de desenvolvimento sustentável é ilustrativa da reflexão sobre as dificuldades acima apontadas e chama a atenção para uma reflexão global, levando em conta as diversas faces do projeto social, sem o compartilhamento excessivo entre a produção e sua finalidade (Latour, 1994).

Trata-se de uma reflexão sobre o modelo de modernização. A questão mudou. Há possibilidade de uma alternativa à intensificação clássica da produção, baseada na utilização de insumos modernos e mecanização das atividades para a

intensificação do trabalho. Será que a utopia camponesa de coletividades autônomas do mercado capitalista pode contribuir para esta reflexão? Será que a utopia camponesa de coletividades autônomas do mercado capitalista tem o seu lugar numa sociedade pós-industrial? Mendras (1978) perguntava se as mais recentes técnicas de uma nova industrialização seriam compatíveis com as tradições sociais e os valores das civilizações camponesas. Jollivet (in Mendras, 1978) sublinha que é possível imaginar uma sociedade camponesa sem produtor rural. O desafio é a definição de um projeto social renovado para as sociedades rurais e para a sociedade como um todo.

Deve-se ter o cuidado de fugir de uma visão "idílica" que possa ser interpretada como volta ao passado. A globalização já chegou, e deixou marcas irreversíveis. A mutação em curso, mesmo quando mobiliza um discurso de resistência, do tipo "o mundo não é uma mercadoria!", corresponde a uma transformação econômica e a uma tomada de consciência cidadã. Vale-se também de certa ideologia de promoção dos valores universais do camponês histórico, ou pelo menos dos seus aspectos mais positivos (Sabourin et alli, 2002).

Mas, então, é possível pensar a afirmação deste projeto social renovado? É possível manter uma agricultura "camponesa" num mundo capitalista? Trata-se de uma Utopia? Se assim for, a ação parece ser voluntariosa e, conseqüentemente, tem seus limites. Este é o sentido das críticas dos vários pesquisadores sobre o próprio conceito de agricultura familiar. Por exemplo, Eliseu Alves (2002) considera duas grandes dificuldades em relação à consolidação de uma agricultura familiar alternativa ao mercado capitalista.

A primeira é a força e a dinâmica da agricultura capitalista. O autor pergunta o que vai impedir a agricultura capitalista de se apropriar das tecnologias e

dos mercados criados, inclusive, pela agricultura familiar. "Aí está a agricultura orgânica em expansão acelerada na agricultura capitalista. O que impede a agricultura capitalista de adotar tecnologia, expandir a produção e dominar o mercado?" (Alves, 2002).

A segunda dificuldade é a capacidade de resistência cultural da agricultura familiar "Quem pode ser contra preservar a cultura local? Mas, a questão é se isto é factível? É isto que as comunidades querem? Mais uma vez, forças macro-sociais, impulsionadas pela comunicação de massa, que se assenta, principalmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, exercem influência avassaladora sobre a nossa sociedade, até no modo de falar regional" (Alves, 2002).

Os argumentos de Eliseu Alves são fortes quando relacionados às exigências do modelo camponês: exigência em trabalho, exigência de um modelo familiar, favorecendo pouco a autonomia dos jovens; ausência de renda monetária. Não se deve esquecer também que os problemas estruturantes - como a falta de terra e a baixa educação - pesam muito sobre as possibilidades reais de se encontrar alternativas.

Mas a força das necessidades também é intensa. Qual outro futuro possível a se pensar com a ausência de empregos nas cidades? O modelo da África do Sul, aonde a população concentra-se em favelas rurais, sem atividades, recebendo ajudas sociais que são gastas em supermercados, seriam os únicos lugares de vida? É verdade que alguns projetos de urbanização das sedes dos pequenos municípios rurais vão neste sentido. Daí que a disseminação da violência em todo o território será provavelmente a consequência desta escolha.

Por outro lado, a permanência dos camponeses tem demonstrado historicamente que os camponeses não apenas sobrevivem, mas suas práticas

econômicas, sociais, culturais são fundamentais, não apenas na resistência à lógica da exploração, degradação humana e ambiental da sociedade capitalista, mas, principalmente, na construção de diferentes referências de desenvolvimento.

Neste sentido, o campesinato pode permanecer como um modo de vida, que envolve um sistema de produção baseado no trabalho e na qualidade, uma certa autonomia do mercado capitalista, uma organização do espaço a partir da associação entre terra, trabalho e família, uma sociabilidade baseada em relações de interconhecimento, ajuda mútua, solidariedade, mas também permeada de conflitos e interesses individuais e coletivos.

A idéia seria, portanto, não o questionamento acerca da existência ou não do camponês, mas, como propõe Barbosa (1998), trabalhar com o conceito de camponês a nível teórico, o que permitiria compreender as configurações históricas específicas de grupos tais como os pescadores, os ribeirinhos, os seringueiros, os agricultores familiares, etc. Uma pista de pesquisa seria precisamente trabalhar com o conceito de camponês não como essência, mas como concepção processual e verificar: as relações demográficas, as formas de parentesco, o manejo e uso de um território, a autonomia parcial com relação ao mercado capitalista.

Nesta perspectiva, o conceito de campesinato é essencialmente um quadro de análise e também um conjunto de propostas de políticas públicas para o mundo rural e, mais largamente, para a sociedade como um todo. A afirmação de um modo de vida camponês nos rumos de uma sociedade depende de sua constituição enquanto atores políticos sejam através de movimentos sociais ou de políticas do Estado.

CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS DE IRRIGAÇÃO NO NORDESTE – O CASO DO PERÍMETRO IRRIGADO CALIFÓRNIA

Retomando a questão das políticas públicas no Brasil, no século XX, mais propriamente a partir dos anos 60, são incrementadas ações do poder público na agricultura em geral, no Nordeste, em particular, mediante a criação de órgãos, programas e mecanismos de desenvolvimento regional como uma nova forma de lidar com a seca.

Analisando esses programas percebe-se que sempre foram formados como medidas urgentes, que pretendiam realizar uma série de ações coordenadas de intervenções no meio rural com o objetivo de promover, não somente o desenvolvimento agrícola, mas também o desenvolvimento rural, prevendo medidas de caráter social, com a intervenção nas áreas de educação, saúde e nutrição que sempre ficaram muito restritos.

É importante destacar que este modelo de desenvolvimento mesmo propondo uma visão rural integrada, não compreendia o rural além do agrícola e que a sua ampliação visava somente incluir no contexto do desenvolvimento a pequena produção familiar, uma vez que esta se encontrava excluída na prática, mas não no discurso.

A modernização da agricultura no Brasil assume contornos regionalmente específicos. Por esse motivo, acredita-se ser necessário um estudo das políticas públicas, destacando-se uma das ações atribuídas aos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI)²² que coloca o Nordeste como uma região de destaque para sua atuação através da irrigação pública.

²² As políticas e programas agrícolas, adotadas pelo poder público, estão pautadas nas diretrizes e orientações dos PDRI, onde várias instituições desenvolvem ações de caráter setorial e/ou de planejamento, voltadas para uma determinada região e um público beneficiário bem definido. Os PDR I(s),

Portanto, faz-se necessário analisar essas políticas implementadas, particularmente, na região nordeste do país acreditando que, de dessa forma, facilitará o entendimento da formação do Perímetro Irrigado Califórnia, representado, nesta dissertação, como a localidade escolhida para o estudo de caso.

2.1. A intervenção do Estado e a Política de irrigação no Nordeste

Neste tópico, inicialmente, daremos uma visão geral sobre o Nordeste, apoiada na obra de Manoel Correia de Andrade, um dos maiores conhecedores dessa região, em seu livro intitulado "A terra e o homem do nordeste" (1973).

O Nordeste possui uma superfície de 1.561.177,8 km² como uma população total de 42.497.540 habitantes²³ dividido em quatro áreas distintas: a primeira é a Zona da Mata, antigo domínio da Mata Atlântica, local em que se estabeleceram - desde o início da colonização portuguesa - o latifúndio açucareiro e, posteriormente, no sul da Bahia, os cultivadores de cacau, em virtude de suas condições favoráveis, como solos férteis, pluviosidade abundante e temperaturas elevadas. A segunda é o Agreste, área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, onde é praticada a policultura, a pecuária e, sobretudo, a lavoura algodoeira, em pequenas unidades produtivas baseadas em cultura de subsistência. A terceira é o Médio Norte, formado por parte do Piauí e pelo Maranhão, constitui uma zona de transição entre o sertão e a região amazônica, com pecuária extensiva na sua parte oriental e lavoura de arroz praticada nos moldes tradicionais. E por fim vem o Sertão, caracterizado pelo clima semi-árido, com índices pluviométricos de 500 mm a 1.000 mm, com grande irregularidade de precipitações, região típica das secas periódicas,

são financiados pelo Governo Federal com recursos orçamentários da União, provenientes de empréstimos obtidos junto a instituições financeiras internacionais.

23 Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 2000.

com solos arenosos e pouco profundos. A criação de gado aí se desenvolveu, desde o período colonial, em grandes latifúndios.

Ainda, segundo Manoel Andrade, dando uma conceitualização do nordeste:

[...] apontado ora como a áreas das secas, que desde a época colonial fazem convergir para a região, no momento de crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido à baixa *per capita* dos seus habitantes ou, então, como a região das revoluções libertárias de que fala o poeta Manoel Bandeira em seu poema 'Evocação do Recife' (1973, p. 21).

Diante dessa citação, destacamos nesse projeto um dos fatores que contribuem para ampliar o caráter multifacetado dessa região: a irrigação pública²⁴, que como já foi dito anteriormente, fez parte do PDRI, atuando principalmente, na região semi-árida nordestina.

O semi-árido nordestino sempre apareceu como uma região problema, desde o período Imperial, devido à seca, considerada responsável pelo atraso econômico e pela miséria social da região:

O Nordeste é visto oficialmente como a principal 'região problema' do país desde o século passado. Assolado freqüentemente pela seca em sua parte semi-árida e pela pobreza em todos os quadrantes, foi alvo de promessas de solução de suas angustiantes dificuldades por todos os governos, desde o período imperial. É famosa a declaração de D. Pedro II, de que venderia a última jóia da Corte para socorrer aquela sofrida região (Nóbrega, 1985, p.118).

Com o tempo, foram surgindo alguns órgãos criados pelo Governo Federal que visavam à superação dos problemas do Nordeste, sendo, na maioria

24 Acredita-se que, tomando como base uma opinião subjetiva, entre os diversos processos de transformação da agricultura no Brasil, destacam-se dois mais importantes que estão relacionados às mudanças na estrutura do uso e da propriedade da terra e à penetração tecnológica. O primeiro consiste em programas de colonização e de reforma agrária que possibilitem acesso à terra aos trabalhadores agrícolas, o segundo, diz respeito a irrigação, que tem se constituído num dos principais instrumentos de ação do governo brasileiro, podendo, esses dois processos, em algumas situações específicas, como é o caso do perímetro irrigado Califórnia, serem vistos como um só.

das vezes, deflagrados a partir das secas periódicas que assolavam o semi-árido nordestino.

O governo, com vistas a combater seus efeitos, criou uma dotação orçamentária e para tal instalou três comissões: a de açudes e irrigação, a de estudos e obras contra os efeitos das secas e a de perfuração de poços. Destas três, apenas uma permaneceu, a de açudes e irrigação. Não tendo desempenho satisfatório, ensejou a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS - 1909), que passou a denominar-se Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919 e depois em 1945, de DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas):

O DNOCS não era apenas um órgão voltado para a recuperação econômica das terras do semi-árido nordestino, mas tinha também a responsabilidade de assistir as populações nos períodos de seca. A construção de estradas justificava-se como necessária a 'propiciar socorro urgente e fuga rápida das populações atingidas pela seca'. Não se tratava, pois, de combater as causas das estiagens, mas de atenuar os seus efeitos sobre os habitantes da região (Nóbrega, 1985, p.121-122).

Essas instituições apenas executavam ações paliativas, como a construção de poços e açudes que não resolviam o problema, pois, um dos grandes entraves que ocorria era o acesso restrito, ou seja, geralmente, eram instalados dentro de propriedades privadas da região, o que fortalecia o domínio da oligarquia sertaneja sobre essas construções, apropriando-se de um bem público para sua manutenção no poder em detrimento dos agricultores tradicionais que, sem condições de produzir por causa da seca, fugiam, estabelecendo-se nos grandes centros urbanos. Percebe-se, daí, então, que as políticas adotadas favoreciam apenas aos grandes proprietários de terras que se tornavam donos também de um bem maior: a água.

Outro fator de importância que mostra a ineficiência dessas políticas, é que as infra-estruturas construídas, serviam, principalmente, como armazenagem de água para a pecuária, não estimulando a agricultura na região - produzida, em grande parte, pelos pequenos agricultores de base familiar - o que mostra, mais uma vez, o favorecimento das políticas públicas a uma pequena minoria formada pelos latifundiários.

Percebendo que as ações implementadas ainda eram insuficientes para a solução dos problemas que afetavam o desenvolvimento do Nordeste, o então governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), cria em 1956, o Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, transformado, em 1959, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que:

Em suma, pretendeu estimular no Nordeste a instalação de um setor industrial moderno, diversificado e verticalmente integrado, seguindo de perto o modelo de estrutura industrial então prevalecente no centro-sul. Além desse objetivo geral de criar um núcleo autônomo de expansão manufatureira, a industrialização foi também concebida como um meio de absorver a massa de subemprego urbano que a cada dia se acumulava no Nordeste (Goodman & Albuquerque, 1974, p.160).

Salienta-se que a SUDENE, criada como uma estratégia do GTDN²⁵, destaca-se como o órgão promotor de programas específicos para o desenvolvimento do nordeste, está totalmente ligada ao contexto da modernização da agricultura no Brasil, anteriormente visto nesse capítulo, que considerava a industrialização como a única solução para o desenvolvimento rural no país.

Assim, são criados os grandes parques industriais nordestinos e com isso a demanda por energia elétrica, que será resolvida com a implantação das

²⁵ Este grupo foi liderado por Celso Furtado que após a grande seca de 1958, em um Seminário realizado em Garanhuns (PE), em 1959, que discutia como tema central o Desenvolvimento do Nordeste, afirmou: "... o governo brasileiro, depois de cinquenta anos de esforço, usando ente competente, não conseguiu resolver o problema e a seca é mais grave do que cinquenta anos atrás. Portanto, houve o diagnóstico errado quando se estabeleceu a política de 'obras contra a secas'. O meu esforço inicial nesse trabalho foi exatamente saber onde estava o erro. Daí a ideia de considerar dois grandes eixos de ação em toda a política de desenvolvimento do Nordeste: criar uma economia resistente às secas e reestruturar a economia agrária, intensificando os investimentos industriais" (Aguar, 1985, p.19-20).

barragens, utilizando o Rio São Francisco para o abastecimento energético da região.

Em decorrência desse processo e dado que seria difícil esta região evoluir “naturalmente”, era necessário induzir as transformações na economia da mesma, assim, surge a irrigação pública que se define como o aproveitamento de solos e águas (das barragens), passando a ser considerada um instrumento privilegiado para promover as mudanças estruturais necessárias para colocar o semi-árido na rota da modernidade. Acontecendo, realmente, com maior intensidade, a partir dos meados da década de 80, mais precisamente no governo de José Sarney, quando se deu prioridade ao crescimento acelerado da agricultura irrigada no Nordeste, tendo sido aprovado um plano quinquenal para irrigar mais de um milhão de hectares em projetos públicos e privados na região. A irrigação alcançou um lugar privilegiado nas políticas públicas de desenvolvimento do Nordeste (Pinto & Fonseca, 1989, p.41).

Por fim, constata-se que, entre as diversas vias de modernização da agricultura, baseada na utilização da tecnologia para a intensificação da produção, a irrigação pública coloca-se como um exemplo que revela a intervenção do Estado através de programas regionais²⁶ que são justificados, legal e politicamente, pela utilidade pública da obra implantada e pelo interesse social para a população da área de influência. Deles se espera, em tese, que absorvam e beneficiem a população que, geralmente, ocupa áreas de assentamento e agricultores sem terra, como se pode observar no seguinte trecho retirado de um documento oficial:

²⁶ Todo o conjunto de programas de irrigação criados ao nível federal e regional, envolvendo os estados do nordeste, principalmente, na região semi-árida (PIN, Polonordeste, PROINE, etc), foram dirigidos, por instituições (DNOCS, SUDENE, entre outras) que consistia na implantação de projetos de caráter público, visando a colonização de terras, anteriormente, improdutivas pela falta de água, com assentamento de agricultores em lotes de produção familiar, denominados de Perímetros Irrigados. Para melhor aprofundar a discussão sobre a questão, recomenda-se, entre outros: Nóbrega (1985); Aguiar (1985); Pinto et alli (1989), e Carvalho (1988).

O fator água está profundamente vinculado ao fator terra. A função social e a utilização pública do uso da água para a irrigação estão comprovadas sob vários aspectos: a irrigação possibilita maior número e segurança das colheitas, promove a geração de novos empregos, em projetos públicos e particulares, possibilita a agricultura intensiva e maior produtividade concorrendo em larga escala para a produção de alimentos e de matérias-primas destinados ao abastecimento e a exportação, neutraliza os efeitos da estiagem, fixa o camponês a terra, permite o fortalecimento da classe média e do proletariado nas zonas rurais, concorre para o desenvolvimento regional (DNOCS, 1986, p.30).

Assim, as ações voltadas para as políticas de irrigação estavam baseadas na filosofia de que se constitui como um núcleo do desenvolvimento rural, representando, dessa maneira, um mecanismo muito importante de modernização da vida rural.

É certo que, mesmo reconhecendo os benefícios técnicos com o uso da irrigação, principalmente, nas áreas onde a escassez de chuva precariza a sobrevivência do homem do campo, não podemos deixar de admitir que a sua utilização, mal gerenciada, e os seus precedentes históricos, caracterizados pelo poder da oligarquia sertaneja, resultam em vários impactos que são capazes de produzir determinados efeitos negativos, tanto em relação ao meio ambiente (desmatamento da vegetação nativa, alto índice de uso de agrotóxico e fertilizantes químicos, salinização, perda da fertilidade do solo), como também a descaracterização do agricultor familiar, quando sugere a transformação de suas unidades agrícolas em empresas, transformando terra de trabalho em terra de negócio, o que supõe um processo de subordinação ao capital, criando uma forte dependência²⁷, tanto técnica quanto financeira e comercial, da maior parte desses produtores.

27 A dependência faz parte de um rol de modificações que a modernização da agricultura causou no campo operando no sentido de tornar as unidades familiares tradicionais cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais do mercado, em vários níveis: na obtenção dos seus meios de vida; na compra de insumos da produção, dos instrumentos de trabalho e da própria terra; na venda de suas mercadorias, em grau crescente; no mercado de trabalho, tanto fornecendo temporariamente sua força de trabalho para as grandes propriedades, como contratando eventualmente empregados para complementar a força de trabalho familiar.

2.2. O processo de irrigação no semi-árido sergipano

O Estado de Sergipe possui uma superfície de 21.910,348 km² (IBGE, 2000), tendo 60% do seu território incluído no "Polígono das Secas", que abrange 32 dos 74 municípios do Estado e 40% da sua população total (Sergipe, 1986, p.08), sendo que em termos econômicos depende fundamentalmente da agricultura e da pecuária.

O Estado, situado na região nordeste do país, não foge a toda essa discussão sobre a modernização da agricultura, travada nos tópicos anteriores desse estudo. No entanto, possui em seu contexto, particularidades que envolvem estratégias de desenvolvimento como meta de políticas regionais estabelecidas para solucionar os problemas sócio-econômico da região semi-árida.

Após a grande seca que ocorreu em 1958, atingindo também o semi-árido de Sergipe, o DNOCS, na década de 60, reativou as chamadas "frentes de emergência" criadas na década de 40, que objetivavam a geração de empregos e a execução de obras que beneficiassem a população atingida; contudo, esse contingente de mão-de-obra barata, sem condições de produzir, e conseqüentemente, de sobreviver, tinha como saída se subordinar ao "amparo" do governo, que, como já foi visto, construía estruturas que apenas beneficiavam os grandes proprietários rurais.

A SUDENE, instalada no Estado de Pernambuco, na época, tinha essa região como prioridade em suas ações, deixando desassistidos os demais Estados, inclusive Sergipe. Desse modo, o Estado permaneceu ainda por muito tempo sob o domínio da oligarquia sertaneja, formada pelos proprietários de grande parte das

terras dessa região, que, através de empréstimos, conseguiam expandir sua produção, tomando como prioridade à pecuária.

Na década de 70, foram criados o Programa e Integração Nacional – PIN, e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA. Esses dois programas constituíram-se no primeiro passo para a concretização da política de irrigação no Estado através da compra e da desapropriação de terras, fazendo parte do I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND. No entanto, pouco responderam às necessidades reais da região, contudo, foi através deles que surge, em 1974, o II PND que cria o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste), cujo objetivo era estimular a agricultura nas regiões semi-áridas, através da tecnologia de adaptação da produção às condições climáticas e do crédito rural.

Em 1976, a SUDENE, começando a atuar nessa região, cria o PROJETO SERTANEJO (Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste).

Salienta-se que, apesar dessa avalanche de programas e projetos, os problemas da seca continuavam não melhorando as condições de produção do agricultor familiar. De certo, pois, como foi visto na contextualização da modernização da agricultura, esse período se caracterizava pela intenção maior do governo: a implementação da indústria no campo através das agroindústrias.

Segundo Vargas (1988), até então, a Microrregião do Sertão Sergipano, constituída pelos municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco, não tinha sido, diretamente, atingida por todos esses programas. Só na década de 80, mas precisamente em 1982, com a criação do PROJETO NORDESTE (Programa Regional de Desenvolvimento Rural para Pequenos Produtores do Nordeste) é que

pode se observar um programa voltado para o pequeno produtor rural e com destaque no aproveitamento dos recursos hídricos, criando a partir deste, um outro programa, o PROHIDRO (Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos) que objetivava perenizar os rios do nordeste, integrando as bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, captar e armazenar águas pluviais e multiplicar os poços subterrâneos.

Já nos meados da década de 80, quando o Governo Federal, priorizava o crescimento da agricultura irrigada, em Sergipe, no então, governo de João Alves Filho, foi traçado um projeto intitulado “Chapéu de Couro”, que demandou a criação da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos de Sergipe – COHIDRO e da FUNDASE (Fundação de Assuntos Fundiários de Sergipe). O primeiro, sendo responsável pela implantação dos sistemas de irrigação, e o segundo responsável pela formação dos projetos hidroagrícolas do governo estadual, além da função de discriminação e regularização fundiária.

Não há dúvidas de que o projeto “Chapéu de Couro” foi um avanço em termos de incentivar o pequeno agricultor familiar, através da geração de trabalho e renda e do incremento da produção agrícola, além de apoiar a desapropriação de terras para fins de reforma agrária na região.

O projeto, acima citado, concretizado, formou o Perímetro Irrigado Califórnia - PIC, localizado no município de Canindé de São Francisco, como também, outros 04 (quatro) perímetros públicos de irrigação em Sergipe:

[...] a Microrregião Sertão Sergipano do São Francisco foi contemplada com a duplicação da adutora Alto Sertão, de 12 barragens, 75 poços, aproximadamente 1000 cisternas e com um projeto de irrigação agrícola, o Projeto Califórnia (Vargas, 1988, p. 112).

Quadro 1- Relação dos perímetros públicos de irrigação implantados pelo governo de Sergipe – 1993

Perímetro	Município	Ano de implantação	Área irrigável (ha)	Nº de lotes irrigados
Califórnia	Canindé do S. Francisco	1986	1.360	333*
Jabiberi	Tobias Barreto	1987	250	66
Piauí	Lagarto	1987	250	423
Jacarecica	Itabaiana	1986	260	124
Ribeira	Itabaiana	1986	1.100	400
Total			3.220	1346

Fonte: Cohidro

(*) desse total 272 lotes são irrigados e 61 são áreas de sequeiro

Para a implementação dos perímetros acima citados foi montada uma infra-estrutura através da criação da Companhia de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe – Cohidro, responsável por toda ação relacionada à irrigação, poços, adutoras, etc.

Observa-se no quadro 1 que na década de 80, o governo de Sergipe priorizou a política de irrigação no Estado, através da implantação de 05 (cinco) perímetros públicos em curto espaço de tempo de um para o outro, no que diz respeito não só a infra-estrutura, mas, também, o seu funcionamento com a ocupação e o processo de manuseio. Esse fato demonstra que a política de irrigação é notada como um fim em si mesma e não como uma tecnologia a ser utilizada em um processo mais amplo.

Verifica-se, assim, que no nordeste apesar dos avanços com a política de irrigação que faz parte do sistema de "modernização conservadora" não deve êxito. As estratégias de desenvolvimento não foram capazes de resolver os problemas enfrentados nessa região caracterizada pela má distribuição das terras, pela seca e pela fome.

Em geral, de acordo com Francisco de Oliveira, entre 1970 e 1983, a atuação do Estado contribuiu, de maneira bastante direta, para a incorporação da

região Nordeste à “lógica dos processos econômicos de âmbito nacional”, com o crescimento do emprego na indústria e no setor de serviços.

As contradições entre as propostas modernizadoras, que se traduziam em políticas de intervenção estatal voltadas para o desenvolvimento regional, e a permanência de antigas estruturas e processos sócio-econômicos, parecem caracterizar o Nordeste dos últimos anos. Contexto em que emergem novos atores políticos, expressões de mudanças, nem sempre perceptíveis, no interior das classes sociais e dos sistemas de dominação de “relações arcaicas de emprego”, mas mesmo assim cenário de “avanços notáveis, apesar de tudo” (Oiveira, 1990, p.21-22).

Assim, a etapa atual do processo de modernização da agricultura brasileira “expressa-se na transformação das relações de trabalho e na implantação de uma base técnica de produção que se consubstancia na progressiva empresarialização da agricultura e no surgimento e expansão dos complexos agroindustriais” (Rego, 1993, p.24).

Como conseqüência das alterações mencionadas, verifica-se a exclusão social dos trabalhadores rurais, com o agravamento da situação de miséria, o êxodo, o aumento dos níveis de concentração fundiária (REGO, 1993, p.24).

Desse modo, observa-se que o processo de modernização da agricultura provocou (e ainda provoca), uma certa polêmica que se confronta com a chamada “agricultura moderna” que foi regida pelos princípios da “Revolução Verde” por um lado e as transformações tecnológicas de outro, ampliando a produção do país. No entanto, esse fato parece não responder aos anseios da sociedade, seja por razões ambientais, seja em virtude dos altos custos que a produção exige, ou, pelas

dificuldades encontradas pelos agricultores familiares em manter-se nas suas atividades produtivas e dessa forma, assegurar a continuidade de sua reprodução.

Assim, na década de 90, o Brasil começa a dar um novo rumo a suas políticas para o meio rural, tentando amenizar os problemas causados pela modernização bem como realizar valores ideais e de bens que poderão construir melhores condições de vida, como destaca Almeida:

Certos atores começam a crer que o sistema não depende mais de uma simples orientação econômica, de uma ação utilitarista, em que se trataria apenas de calcular os custos e os lucros de uma dada empresa ou de determinados objetivos. Para esses atores e grupos sociais, os indivíduos estão também à procura de solidariedade, de identidade, de autonomia, de democracia, de “bens” que, contrariamente a outros mais reais, não são calculáveis e mensuráveis (1999, p. 22).

É importante, no entanto, ressaltar que os desafios da sociedade estão colocados para os atores da sociedade civil e do Estado. O fato de existir uma maior vontade de conhecer, refletir e discutir acerca das necessidades e da situação dos agricultores familiares no Brasil, já é em si um avanço.

2.3. O caso do Perímetro Irrigado Califórnia

Primeiramente, é importante dar um panorama geral do município de Canindé do São Francisco onde está localizado o Perímetro Irrigado Califórnia (PIC), área de estudo dessa pesquisa. Pretende-se, assim, ter uma caracterização do espaço ocupado pelos agricultores, além de tecer considerações reflexivas sobre tecnologia, produção, gestão, mercado e trabalho, tentando destacar alguns aspectos sócio-econômicos e ambientais que condicionam a vida da população que reside no meio rural.

Assim, necessário se faz o conhecimento histórico da realidade local considerando-o como um fator importante, pois:

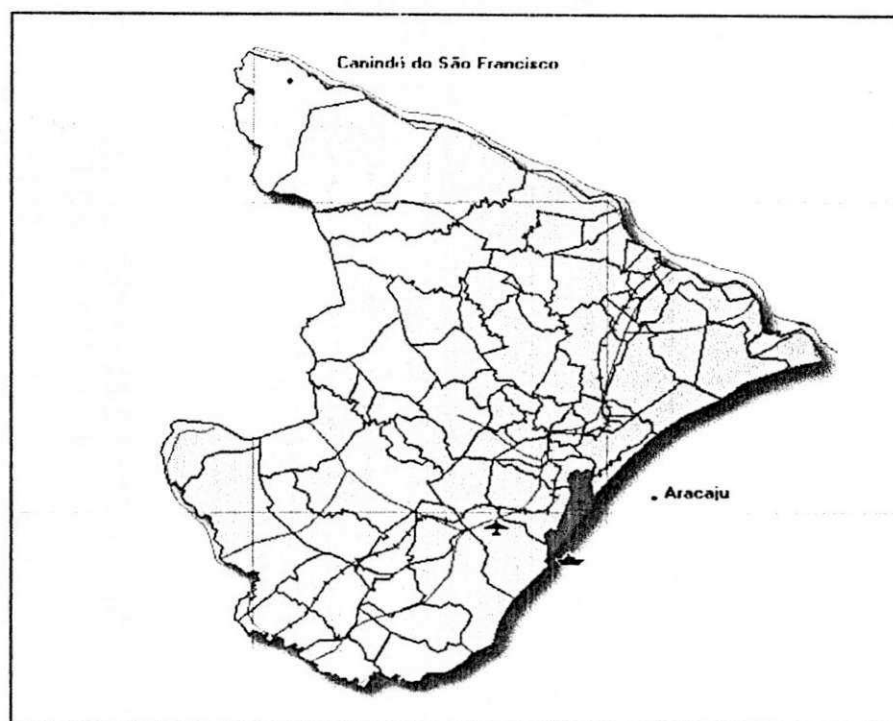
[...] mergulhar no passado cultural não significa resgatar fatos, situações, coisas inertes, mortas ou superadas, mas é a apreensão e a aprendizagem das bases, raízes que, de certa forma, dão suporte a muitos fatos e confrontações da realidade presente na vida cotidiana de hoje (Tedesco, 1999, p.74).

2.3.1. Panorama geral do município

O município de Canindé de São Francisco está localizado na região nordeste, no extremo noroeste do estado de Sergipe, a 213 km da capital, Aracaju, abrangendo uma superfície total de 904,47 km², estando limitado a norte com o estado de Alagoas, a oeste e a sul com o estado da Bahia.

Na realidade, o espaço geográfico onde se localiza este município é recente, ou seja, se enquadra no conjunto dos municípios que foram deslocados devido à construção da Usina Hidrelétrica de Xingó (UHX), na década de 80. Anteriormente, a cidade estava situada a margem do rio São Francisco, considerada por isso, uma cidade ribeirinha cuja principal fonte de renda era a pesca.

Sergipe



Capital: Aracaju

Número de Municípios: 75



- — rios
- — rodovias pavimentadas
- ++ estradas de ferro
- — portos
- — aeroportos
- ⊕ aeroportos internacionais

Figura 1 – Localização do município de Canindé de São Francisco

Na realidade, o surgimento deste município é recente, ou seja, se enquadra no conjunto dos municípios que foram deslocados devido à construção da Usina Hidrelétrica de Xingó (UHX), na década de 80. Anteriormente, a cidade estava situada a margem do rio São Francisco, considerada por isso, uma cidade ribeirinha cuja principal fonte de renda era a pesca.

Canindé de São Francisco fazia parte de uma sesmaria, 30 léguas de terras concedidas aos Burgos – família chefiada pelo desembargador Cristóvão

Burgos e Contreiras – que lhes foi doada em 1629, pelo governador de Pernambuco D. João de Souza. Woortman ressalta que:

Deste o século XVIII vem o campesinato sergipano, como em outras áreas, defrontando-se conflitivamente com a grande propriedade privada mercantil, intensificando-se as disputas. Os sitiante eram posseiros e não proprietários, termo reservado aos fortes, os antigos criadores e os atuais pecuaristas. Para os sitiante, os direitos sobre a terra não passavam pelo cartório, mas derivavam do trabalho. Era a terra de trabalho, expressão que encerra um conjunto de significados morais.

A ausência de propriedade formal das terras por parte dos camponeses fez com que se configurasse um processo de expropriação e de limitação do acesso às soltas (terras de uso comum, não apropriadas em caráter privado, e de importância central, no passado, para a reprodução social camponesa). Privatizadas estas últimas pelos proprietários, os sítios foram reduzidos em tamanho e a utilização, pelos camponeses, de boa parte das terras passou a ser possível apenas por meio de arrendamento (1997, p.15).

No final do século XIX, existiam apenas 04 (quatro) fazendas nos arredores: Cuiabá, Brejo, Caiçara e Oroco, quando Francisco Cardoso de Britto, conhecido como coronel Chico Porfílio, resolveu investir naquelas terras. Comprou, então, uma grande propriedade, onde posteriormente foi implantada a sede de Canindé, construiu a sua residência e fundou o curtume artesanal que mais tarde se transformou em uma pequena indústria mecanizada que atraiu inúmeros trabalhadores para a região, aumentando o número de moradias do lugarejo.

Em 1936, a povoação já contava com 120 casas e uma capela e, por isso, ganhou a condição de 20º Distrito de Paz de Porto da Folha. Dois anos depois, através da lei nº 69, de 28 de março de 1938, passava à condição de vila.

Por volta de 1940, o curtume foi desativado causando enorme prejuízo à vila, mas, não impediu sua caminhada para a emancipação, que aconteceu no dia 25 de novembro de 1953, através da lei nº 525 – A.

Em 1943, Canindé foi palco de um grande conflito local, por causa da lei de nº 377, de 31 de dezembro, que mudou o nome do lugarejo - Canindé - para

Curitiba, nome de um pequeno rio existente em seu território. Esse fato contrariou a população, mas em 1958, a lei nº 890, de 11 de janeiro, devolveu a região o seu nome de origem, indígena, que significa "conflito", passando o município a se chamar Canindé do São Francisco, por sua localidade, a margem do rio São Francisco.

A cidade deixou de existir na década de 80, a partir da implantação da Usina Hidroelétrica de Xingo (UHX), momento em que a sua sede foi deslocada para uma área mais ampla, a cerca de 4 km de distância do rio. Na época, antes de ser deslocada, Canindé contava com 114 edificações residências e abrigava uma população total de 530 habitantes. A justificativa para tal transferência, dada pela CHESF (Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco), foi o fato de que além da cidade não ter espaço para se expandir (localizada, anteriormente, entre dois morros), ficava na chamada área de risco da hidrelétrica.

A Nova Canindé foi construída pela CHESF para receber uma população em torno de 10.000 habitantes, projetada e equipada com área administrativa, comercial e residencial, dentro de uma perspectiva de se tornar um pólo de desenvolvimento econômico capaz de estabelecer um novo arranjo espacial. No entanto, apesar de todo esse aparato não foi estruturada suficientemente para receber a quantidade de pessoas, superior a que estava prevista, que se deslocou para a área do novo município. A população compunha-se dos antigos moradores da Velha Canindé (assim denominada pelos moradores, a antiga região onde se encontrava antes da construção da UHX) e ainda contava com mais três grupos de pessoas que se instalavam nessa região: aquelas vindas dos municípios e Estados vizinhos que procuravam a cidade com o sonho de melhorar de vida, o contingente de 5.000 trabalhadores da obra da UHX e cerca de 2.000 pessoas vinculadas a

esses barrageiros. Devido a esse volume de pessoas, a cidade teve que se expandir e aumentar o número de edificações já existentes, causando sérios problemas de infra-estrutura: água, energia, esgotamento sanitário, vias de acesso e, por ocasião das chuvas, escoamento superficial.

Apesar desse transtorno inicial, após a conclusão da UHX, Canindé tomou um novo impulso de crescimento, o que, sem dúvida, caracterizou, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do qualitativo, melhorias no padrão de vida e nos serviços básicos da região, tais como: educação, saúde, transporte, comunicação (todas essas novas instalações foram construídas pela CHESF), acesso aos bens e serviços de outros centros mais avançados, maior integração com outras regiões do Estado e geração de empregos. Contudo, não podemos negar o grande impacto dessa mudança na vida dos moradores da Velha Canindé, que mesmo com todos os benefícios, não estavam preparados para tal mudança.

O primeiro grande fator que indica a dificuldade de adaptação à nova região refere-se à mudança da principal fonte de renda dos moradores da Velha Canindé: deixaram de viver basicamente da pesca e passaram, com a transferência, a ter que se dedicar a outras funções (agricultura, comércio e serviços), para prover o sustento da família, tornando a agricultura, a principal atividade econômica da região. Salienta-se que a agricultura na Velha Canindé era uma atividade que já existia, porém, a "roça" era fundamentalmente de autoconsumo, ou seja, pouco se comercializava o que se plantava servindo principalmente para a alimentação da família; a pesca era, na época, fornecedora do produto mais comercializado.

Outro fator importante a ser citado, diz respeito à falta de condições financeiras e pessoais dos nativos da Velha Canindé para competirem no mercado, já que muitas pessoas de regiões vizinhas, com maior experiência e melhor

condição financeira, atraídas pela novidade e pela oportunidade de especulação imobiliária e/ou visando à instalação de algum empreendimento, mudavam-se para o município, conseguindo obter mais sucesso em seus empreendimentos. Todas essas dificuldades fizeram com que muitos moradores da Velha Canindé, sem condições, e sem saber se posicionar diante dessas mudanças, desistissem e vendessem o seu imóvel, deslocando-se para a capital ou para outros municípios vizinhos.

Diante desse contexto, percebe-se que o município de Canindé de São Francisco apresenta-se como um lugar de grande significado sociológico, pois, a maioria dos que vieram da Velha Canindé teve que reconstruir a sua identidade diante de um novo cenário que exigia da população diferentes adaptações sócio-econômicas.

O município também enfrentou outras dificuldades provocadas pelos aspectos naturais e físicos da região. Inserido no Polígono das Secas, Canindé de São Francisco, está localizado na região semi-árida do nordeste brasileiro, apresentando um clima quente com os menores índices de precipitação pluviométrica do Estado, raramente ultrapassando os 850 mm anuais - variando entre 500mm e 800mm. Tal fator tornava-se ainda mais grave em conjunção com: distribuição irregular das chuvas durante o ano, forte evaporação, maior do que a própria precipitação pluviométrica e baixo grau de umidade relativa do ar.

O período de seca acontece na primavera/verão e prolonga-se por 07 (sete) ou 08 (oito) meses, sendo a estação chuvosa identificada com o período de abril a julho, porém, como já foi dito anteriormente, sofrendo muita variabilidade, com 02 (dois) ou 03 (três) meses favoráveis às atividades agrícolas (CODEVASF, 1984; UFS/SEPLAN, 1979; UFS/CODEVASF, 1990).

A cobertura vegetal predominante da área é constituída de formação arbustiva e herbácea. As árvores limitam-se a unidades isoladas ou grupos de pequena extensão: cerrado e caatingas hiperxerófilas e hipoxerófilas, compostos em sua maioria por baraúnas, aroeiras, caraibeiras, cactáceas, bromeliáceas, entre outras espécies (CODEVASF, 1984; Sergipe, 1985).

Em relação aos aspectos hidrográficos, o município está localizado na bacia hidrográfica do rio São Francisco e nas áreas de drenagem dos seus afluentes. Essa drenagem é feita por pequenos rios intermitentes, merecendo destaque os rios Jacaré e Curituba e os riachos da Onça e Lajedinho (Fonseca, 1988:4).

Os solos caracterizados como bruno não cálcico são predominantes, existindo limitações pedológicas devido a pouca profundidade dos solos, além da predisponibilidade de salinização, o que marca nessa região a predisposição para o cultivo de frutas (Brasil, 1973).

Essas limitações de natureza física podem explicar, em parte, a baixa ocupação do solo rural. Digo em parte porque a questão fundiária também se coloca como uma limitação dessa região em relação à baixa produtividade, pois há a predominância de grandes latifúndios que utilizam suas terras, principalmente, para a pecuária. Entretanto, essa situação foi alterada a partir da presença de projetos de assentamento de colonos em lotes irrigados, como o projeto hidroagrícola Califórnia.

Em termos populacionais, os dados preliminares do último censo, realizado no ano 2000, mostram que Canindé de São Francisco é habitado, atualmente, por 17.749 pessoas, com uma densidade demográfica de 19,53

hab/km², num total de 17.741 domicílios particulares, sendo que, 9.301 (52,4%) residentes na zona urbana e, 8.448 (47,6%) residem na área rural²⁸.

Em relação à estrutura de serviços – bancos, correios, telecomunicações, energia, transporte e hotéis – o município dispõe de razoável sistema de atendimento. Funcionam, atualmente, duas agências (Banco do Brasil e Bradesco), uma agência dos correios, três hotéis, empresas de transporte rodoviário interurbano e interestadual, estações repetidoras de televisão e terminais telefônicos com acesso DDD, DDI e celular. A energia é fornecida ao município pela Empresa Energética de Sergipe (ENERGIPE), com rede de transmissão de 13,8 KV na zona rural.

A sede municipal e as principais vilas e povoados, possuem rede de abastecimento de água, captada do rio São Francisco e distribuída pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO). O esgotamento sanitário no município é efetuado através de fossas sépticas e comuns, enquanto o lixo é coletado por caminhões e tratores e depositados a céu aberto (Bonfim, 2002).

Canindé ainda conta com 42 estabelecimentos de ensino, sendo 41 de ensino fundamental e 01 estabelecimento de ensino médio num total de 6.141 alunos matriculados (IBGE, base de informações municipais – malha municipal digital, 1997).

28 É bom frisar que, atualmente, estão sendo discutidos os critérios utilizados pelo IBGE, que separam o urbano do rural no Brasil. Essa questão é bem focalizada por Veiga (2000), em seu livro "Cidades imaginárias" que mostra, através de dados empíricos, que o Brasil é menos urbano (e mais rural) do que se calcula. Completando essa discussão, vale também ressaltar o texto de Wanderley (2000:126): "A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o 'rural' com espaço singular e ator coletivo", que faz uma citação de Francisco Entrena Duran, que mostra a semelhança e a interrelação desses dois espaços, indicando o fim das formas tradicionais da dicotomia rural – urbano que "são definidas pelo isolamento e pela oposição radical entre ambos: A passagem de uma comunidade rural para outra urbana se realiza de maneira gradual, de modo que, entre o urbano e a ruralidade não há uma ruptura e sim uma continuidade" (Duran, 1998:81).

A rede de saúde compõe-se de 01 hospital ambulatorial e 03 (três) postos de saúde (Idem, 1997), sendo que os casos mais graves são transferidos para o hospital João Alves Filho em Aracaju.

A economia municipal baseia-se em micro-indústria, comércio e serviços e na agropecuária. Na agricultura exploram-se culturas como: milho verde, feijão de corda, mandioca, tomate e quiabo, em sistema de consorciado, além de banana, goiaba, acerola, hortaliças e leguminosas. Na pecuária destacam-se a criação de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e a avicultura (Bonfim, 2002). Os demais setores da economia são inexpressivos, limitando-se à atividade de micro-indústria de fabricação de alimentos derivados do leite (queijo, requeijão e manteiga).

O extrativismo vegetal também se constitui como fonte de renda ou de subsistência para o agricultor da região, refletindo-se no desmatamento das áreas de preservação. Esse tipo de ocupação é facilitado pela presença da rodovia SE-206 para o transporte de cargas, transportando lenha e carvão, principalmente, para o estado de Pernambuco. Conseqüentemente, as áreas de preservação vêm diminuindo cada vez mais, fato também causado pelos agricultores vizinhos, os donos de lote, que invadem/esticam lentamente suas cercas, incorporando essas áreas à sua propriedade, aumentando-a com o objetivo de ampliar o cultivo de produtos agrícolas e também de expandir a pastagem.

Pode-se perceber, com essa explanação sobre a economia de Canindé de São Francisco, que a agropecuária tem um papel forte no município. Esta situação seria diferente caso não existisse um projeto hidroagrícola na região, no caso o Perímetro Irrigado Califórnia (PIC), que surge como um elemento de mudança importante operada no semi-árido sergipano, tendo sido concebido para

funcionar como modelo de desenvolvimento agropecuário para o nordeste, numa região onde já existia o alerta quanto ao risco de desertificação.

Este perímetro apresenta-se como uma localidade onde a modernização da agricultura e seus efeitos transparecem, nitidamente, no comportamento do agricultor. Assim, justifica-se a opção do PIC como campo empírico dessa pesquisa, merecendo no próximo tópico um estudo mais detalhado sobre a sua formação e o seu desenvolvimento.

2.3.2. Caracterização da área de estudo – o Perímetro Irrigado Califórnia (PIC)

Reforça-se que, o objetivo deste trabalho é a pequena produção irrigada, produção esta inserida no movimento geral de acumulação e reprodução do capitalismo no campo brasileiro, particularmente a partir do desenvolvimento de políticas específicas para o setor que impulsionaram a reorganização do processo produtivo agrícola no país. Em termos de situação concreta, os agricultores familiares do Perímetro Irrigado Califórnia identificam, muito bem, esta situação.

O Perímetro Irrigado Califórnia (PIC), está localizado no município de Canindé de São Francisco, no estado de Sergipe, a 213 km da capital, Aracaju, como parte do Projeto "Chapéu de Couro"²⁹, visto anteriormente no subitem 2.2., que visava o aproveitamento dos recursos hídricos do Estado. Este projeto hidroagrícola foi implementado na administração do governador João Alves Filho, surgindo no bojo de uma proposta de implantação de um conjunto de perímetros irrigados pelo governo de Sergipe na segunda metade dos anos 80, constituindo-

²⁹ A finalidade desse projeto era apoiar o pequeno produtor rural através do incremento da produção agrícola da região semi-árida aumentando, assim, o nível de emprego e renda do Estado.

se como experiência pioneira de introdução do sistema de agricultura irrigada do Estado.

Instalado na divisa dos municípios de Carindé de São Francisco e Poço Redondo, o PIC ocupa uma área que, anteriormente, era formada por duas fazendas: Cuiabá e Califórnia (anexo 2), desapropriadas pelo Governo do Estado em 1984. A última, por ser a área mais ocupada pelos lotes deu o nome ao projeto, cuja construção foi iniciada em julho de 1985 e concluída em março de 1987, ano que entrou em funcionamento.

Por estar situado no chamado Polígono da Seca, o projeto hidroagrícola Califórnia foi planejado para ser um modelo de exploração racional dos recursos de solo e água no semi-árido nordestino, tendo como objetivo potencializar o trabalho agrícola através da introdução de novas culturas e de uma nova aplicabilidade tecnológica ao processo de produção na região, pretendendo fixar o homem no campo através da geração de emprego no setor agrícola, evitando, assim, o êxodo rural. Enfim, pretendia modificar o quadro de miséria no sertão sergipano³⁰ demonstrando, dessa forma, a viabilidade técnica e econômica da agricultura irrigada nas zonas semi-áridas do Estado:

O projeto Califórnia visa à produção de alimentos para atender à população sergipana e exportar o excedente para outros estados, além de fornecer matéria-prima para a agroindústria. Outra finalidade do PIC é fixar o homem no campo, gerando emprego para a mão-de-obra rural. Os lotes do perímetro irrigado Califórnia, quando em pleno funcionamento, deverão gerar 4.080 empregos diretos e 8.160 empregos indiretos, beneficiando uma população de 12.240 pessoas (Sergipe, 1990, p.1-2).

30 De acordo com estudos da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação de Sergipe (SAGRI, 1992:1), "A decisão para a implantação do perímetro irrigado Califórnia (...) foi motivada pelo fato da região ser uma das menos desenvolvidas do Estado de Sergipe e que tinha (1980) a menor densidade demográfica do Estado (10,55 hab/km²), apresentando indicadores de qualidade de vida dos mais baixos do semi-árido. No entanto, destacava-se pela grande potencialidade de desenvolvimento agrícola, em termos de clima e solos a partir do momento em que houvesse disponibilidade de água em abundância, principalmente para irrigação".

A concepção do projeto baseou-se em dois tipos de exploração agrícola: irrigação dos solos favoráveis e exploração com técnicas de "dry farming" das terras não irrigadas. O sistema de irrigação é alimentado com água captada do rio São Francisco, através de estação de bombeamento que eleva a vazão de irrigação a uma altura de 150m, com capacidade de 1.540 litros por segundo. A adução é feita por tubulações, sendo 2.092m em tubos de aço com 0,90m de diâmetro e 2.736m em tubos de ferro fundido com diâmetro de 0,60 a 0,80m, o restante é conduzido por canais trapezoidais, cuja extensão é de 12.582m. No sistema de irrigação foram ainda implantados uma "chaminé de equilíbrio" e um "stand pipe", evitando a formação de vácuo no interior das tubulações. O sistema de distribuição é composto de 03 (três) estações elevatórias. A partir dos quais a água é conduzida por tubulações a ferro dúctil numa extensão de 45km para as áreas irrigadas e 17 km em PVC para áreas de sequeiro (Sergipe, 1990).

O PIC abrange uma área agrícola de 3.980 ha, com uma superfície útil irrigada de 1.360 ha e uma superfície útil de sequeiro de 1.830 ha. A área irrigável, inicialmente, foi dividida em lotes empresariais e familiares, além de incluir os chamados "lotes técnicos" e "lotes públicos", estas últimas entregues a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agrárias), EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe) e COHIDRO (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe). Os lotes empresariais foram destinados à exploração, por empresários agrícolas, com o objetivo de servir de exemplo de gerenciamento empresarial na agricultura irrigada.



Figura 2 – Foto de lote irrigado

Os chamados “lotes técnicos” foram projetados como áreas experimentais para a difusão de tecnologias alternativas em irrigação, estimulando, principalmente, a fruticultura, como descrito no relatório técnico da COHIDRO:

No perímetro encontra-se também uma área destinada à difusão de tecnologia com 20 hectares; essa área tem como objetivo difundir o plantio de fruteiras utilizando a irrigação localizada. Já foi implantada infra-estrutura de micro-aspersão em 8 hectares e de gotejamento em 12 hectares, para implantação de culturas de uva, abacaxi, banana, limão, goiaba, manga, maracujá, melão e melancia. Ainda para estimular a implantação de fruticultura nos lotes dos agricultores já assentados, estão sendo distribuídas 10.000 mudas selecionadas de goiaba industrial e 7.000 mudas de banana Pacovan (Sergipe, 1990, p.02).

A área de sequeiro³¹ foi idealizada para a criação de bovinos, caprinos e ovinos, que aproveitariam as sobras verdes (restos de plantações) dos lotes irrigados que seriam trocados por uma certa quantidade (a combinar) de litro de leite produzido nos lotes de sequeiro, o que caracterizaria uma forma de parceria entre os agricultores dos lotes irrigados e dos lotes de sequeiro, onde todos seriam beneficiados.

³¹ Áreas de sequeiro são terras naturais da região, ou seja, seca, sem irrigação. O projeto, inicialmente, propunha para essas áreas: “a plantação de algarobas, palma forrageiras, sorgo gramífero e capim buffel e terá um hectare para “irrigação de salvação” onde serão plantados feijão macassar, milho, jerimum, melão e melancia em consórcio para a subsistência alimentar” (Sergipe, 1986:33).

Ainda nos lotes de sequeiro foi estabelecido que seriam 10 ha de área produtiva e 20 ha de reserva, como também, uma parte de sua área seria irrigada. No entanto, os lotes de sequeiro até o momento não possuem área irrigada, só tendo permissão de usar a água, dos canais, para necessidades domésticas e dessedentação de animais; nem a parceria, anteriormente comentada foi posta em prática, o que dificultou muito os agricultores dos lotes de sequeiro que, sem condições de produzir, vendem seu lote, muitas vezes para os que já são proprietários de um lote irrigado. Como não é permitido a um agricultor ter dois lotes em seu nome, elege a companheira, ou mesmo um dos filhos, como proprietário do outro.

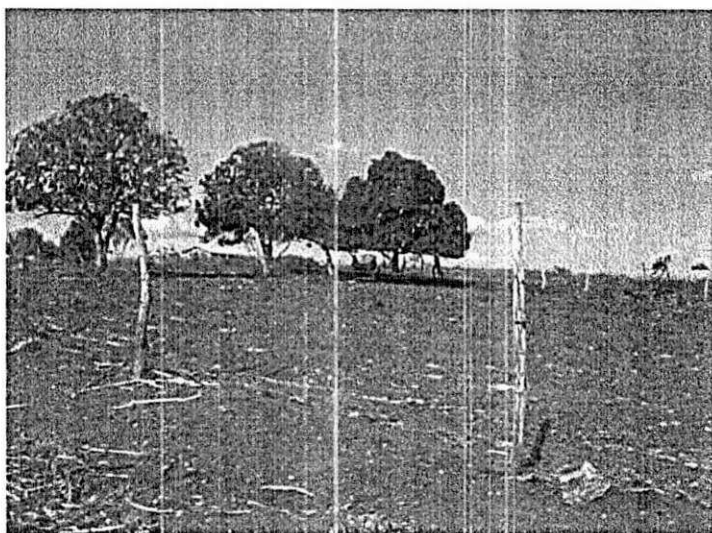


Figura 3 - Foto da área de sequeiro

O PIC é constituído também de estradas vicinais de piçarra para todas as parcelas irrigadas e de sequeiro, trafegáveis com dificuldades em épocas de chuva, a margem da Br-201 que liga o município de Canindé de São Francisco à capital do Estado – Aracaju.

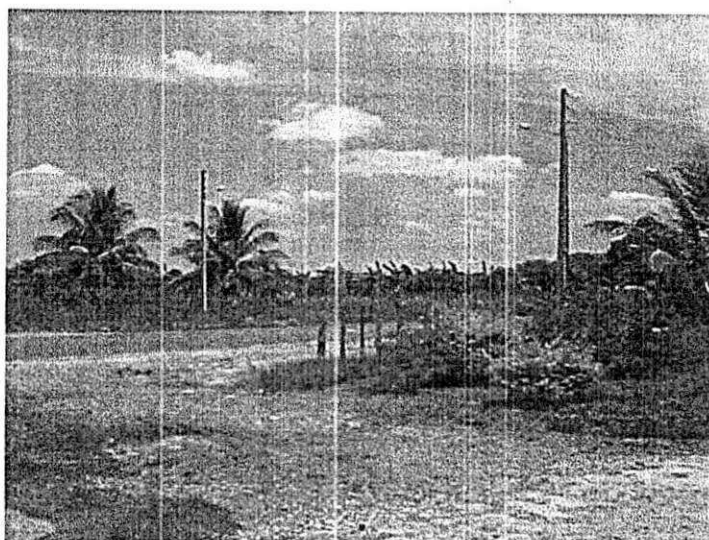


Figura 4 - Foto da estrada vicinal e SE-206

A área de reserva florestal é algo já instituído pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) que estabelece um mínimo de 20% da área total dos projetos de colonização para ocupação com a vegetação nativa ou florestamento.

Para melhor visualizar a estrutura fundiária do Perímetro Irrigado Califórnia, foi construído um quadro que permite ter uma idéia mais clara sobre a área estudada:

Tabela 1 - Formas de ocupação do Perímetro Irrigado Califórnia

Discriminação	Quantidade	Área (ha)	Área total (ha)
Parcelamento			
Agricultores irrigantes	243	4,29	1.042,00
Agricultores de sequeiro	61	30,00	1.830,00
Empresários	17	13,70	233,00
Técnicos	10	4,42	44,00
Públicos:			
EMBRAPA/CODEVASF/EMDAGRO	02	20,50	41,00
Reserva florestal		676,00	676,00
Estradas		114,00	114,00
TOTAL GERAL	333		3.980,00

Fonte: COHIDRO, 1998.

A forma de ocupação dos lotes familiares foi realizada através de cadastramento e seleção dos colonos pela Fundação de Assuntos Fundiários do Estado de Sergipe – FUNDASE (hoje extinta), enquanto os lotes empresariais foram distribuídos através de licitações para arrendamento. Nesse processo os atores sociais principais não tiveram participação efetiva. Eles foram inseridos após a escolha da área, a demarcação dos lotes, primeiro por meio de seleção das famílias e depois sorteios dos lotes.

Os agricultores dos lotes familiares sem condições de começar a produção receberam sementes de milho, feijão, e algumas mudas de frutas; durante o período de 03 (três) meses cestas básicas pela prefeitura. Outro benefício foi um curso de uma semana sobre o manejo de cultivos irrigados realizado pela Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe – COHIDRO³², cujo objetivo foi preparar os agricultores para utilizar insumos modernos (adubos, agrotóxico), máquinas e equipamentos, além de ensinar a manobra das tubulações para a irrigação por aspersão, existente em cada lote.

Todos os lotes foram entregues aos seus proprietários, sem nenhuma construção (terra nua) a não ser, as devidas estruturas de encanamento para a distribuição de água bombeada do rio São Francisco.

No entanto, os beneficiados pelo projeto receberam casas em uma agrovila construída na periferia de Canindé de São Francisco, ficando distante, em média, 8 km do início do perímetro. Esta separação entre o local de moradia e local de trabalho teve implicações para os pequenos agricultores que, não dispendo de condições, no começo, para construir uma residência no lote, ficaram por muito

³² A COHIDRO é o órgão responsável pela assistência técnica dos lotes situados no PIC.

tempo alojados em barracas de lona. Esta necessidade de permanecer nos lotes, segundo alguns agricultores que estão no perímetro deste o início, se deu pelo fato de ocorrerem na localidade muitos roubos de equipamentos agrícolas, de animais de pequeno porte, como também, da própria produção.

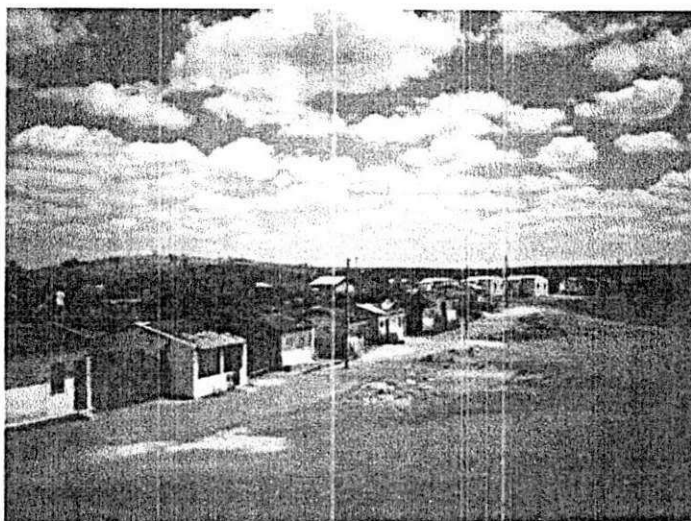


Figura 5 - Foto da agrovila

Além de todas essas coisas que poderiam ser roubadas durante a noite nos lotes, sem que houvesse uma permanente vigilância, havia também o cuidado com o hidrômetro instalado em cada lote para calcular a taxa de água gasta. Apesar do hidrômetro existir o pagamento da água é feito através de estimativas, ou seja, o total de água consumida é dividido proporcionalmente pelas áreas irrigadas, seja de empresários, técnicos ou familiares. Isso mostra que não se observa o consumo real realizado por cada lote, levando a injustiças no valor pago por alguns agricultores que possuem baixa produção.

Três outros fatores destacam-se por serem problemáticos: o uso abusivo de agrotóxico, irrigação desregulada do “tipo molhação” e a limitação de terras para o processo de pousio.

No caso dos agrotóxicos, as culturas, principalmente de quiabo, recebem aplicações excessivas de veneno sem nenhum controle e sem nenhuma precaução na sua utilização por parte do agricultor registrando-se casos freqüentes de problemas como tontura e desmaios.



Figura 6 - Foto de um agricultor passando veneno sem proteção

Um outro grave problema é a falta de fiscalização da irrigação demonstrando uma total desregularização na utilização da água para plantio. É comum encontrar canos furados provocando desperdício e a molhação excessiva do solo. Junto a esse problema está a pouca quantidade de terra para desenvolver o processo de pousio, ou seja, o descanso necessário ao solo para que ele possa recuperar os seus nutrientes a cada plantação e assim desenvolver melhor a cultura. Esses dois fatores, o uso inadequado da irrigação e a pouca utilização da técnica de pousio, tem causando, além de grandes desperdícios a salinização dos solos prejudicando, consideravelmente, a utilização da terra e conseqüentemente, a produção.

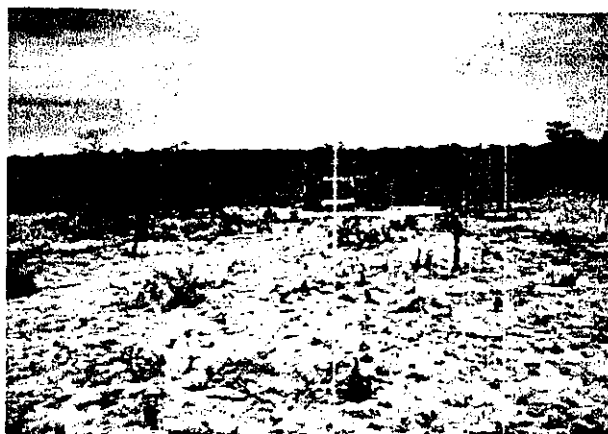


Figura 7 - Foto de terra salinizada no PIC

Em relação à produção apesar das considerações feitas no projeto sobre a predisposição do cultivo da fruticultura, os agricultores familiares, anteriormente, sem muita visão empresarial, e pouca vivência de mercado, escolhiam as culturas, geralmente, por influência dos seus vizinhos quando constatavam que havia algum ganho na produção. Esse processo se estabeleceu muito fortemente no PIC, podendo ser verificado pela presença marcante da monocultura de quiabo. Não que existam outras culturas nas áreas irrigadas, mas esta é a que predomina por ser um produto que possui um processo produtivo rápido, bem como o seu retorno comercial. Um fator conseqüente dessa situação é a saturação desse produto no mercado causando o seu barateamento.

Os produtos cultivados são levados para o CEASA (Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima) em Aracaju, órgão governamental que serve como um grande mercado de produtos agrícolas do Estado. A maior parte da produção de quiabo é levada para o CEASA de Salvador/BA, que é um grande distribuidor desse produto.

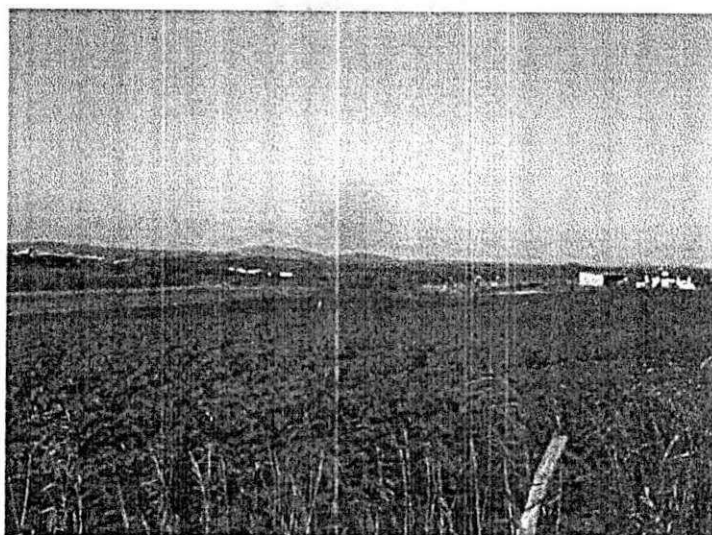


Figura 8 - Foto da plantação irrigada de quiabo

No entanto, essa comercialização é feita pelos atravessadores que estão situados no PIC, geralmente constituídos pelos proprietários dos lotes empresariais. São eles que determinam o preço do produto e o dia certo do pagamento, subordinando os agricultores que não possuem condições para comercializar sua produção.



Figura 9 - Foto do caminhão dos atravessadores pegando o quiabo

Esse problema nos reporta, novamente, a Manuel Correia de Andrade (1975) que em 1962, identificava esse mecanismo na agricultura nordestina numa bela descrição que diz:

O agricultor que necessita de se manter no período que vai do plantio à colheita, não dispondo de créditos bancários faz empréstimos aos comerciantes da cidade ou da vila próxima ou ao próprio proprietário – estes às vezes é também comerciante - a juros extorsivos e quase sempre com o compromisso de lhe vender a produção por preço fixado na ocasião do empréstimo e sempre inferior ao da praça. Na época da colheita, quando o produtor é abundante, o preço cai de tal forma que, quase sempre, não dá ao agricultor um lucro que compense o trabalho empregado, enquanto o intermediário armazena o produto e espera a entressafra, para vendê-lo por bom preço devido à sua falta no mercado. O intermediário para realizar esse jogo de vez que é comerciante e tem crédito bancário, utiliza esse crédito em prejuízo do produtor e do consumidor. O aviltamento de preços na época da safra, sobretudo, nos anos úmidos, chega a ponto de, às vezes a farinha não pagar o preço da sua fabricação. Está assim o agricultor inteiramente em mãos de atravessadores que controlam o preço de aquisição do produto ao produtor e de venda ao consumidor, daí auferindo grandes lucros e prejudicando toda a população (115).

Pode-se observar que o PIC se encontra muito diferente do que foi planejado. O que se esperava era a origem de uma estrutura comparada a outras regiões como Petrolina e Juazeiro³³, ou seja, sua vocação inicial foi pautada na fruticultura para exportação, idealizado como um local onde os agricultores familiares tradicionais pudessem, a partir da comercialização de frutas nobres, alcançar um padrão empresarial de desenvolvimento no PIC, no entanto, o que se vê é a produção de monocultura de quiabo subordinada aos atravessadores, estabelecendo, com isso, o surgimento de empresas que proletarizam os agricultores familiares que, sem condições de comercializar, se submetem aos domínios dos lotes empresariais.

Assim:

O empreendimento capitalista vem se expandindo no meio rural sergipano estimulando em grande parte pelo Estado, destruindo tradicionais economias camponesas, transformando pequenos

33 Essas duas regiões se destacam pelo processo de inversão da identidade do agricultor familiar em empresários que, segundo Lopes, "(...) a área irrigada dos municípios de Petrolina (Pernambuco) e Juazeiro (Bahia), onde grandes empresas agroindustriais produzem para exportação, frutos de mesa e outros cultivos, aproveitando-se da infra-estrutura de irrigação construída pelo setor público e dos incentivos governamentais colocados à disposição dos grandes grupos econômicos interessados em investir na agricultura irrigada" (1997: 27). Petrolina é um município localizado na região semi-árida de Pernambuco, onde foi instalado um perímetro irrigado baseado no cultivo de fruticultura para exportação, constituindo-se, também, como um perímetro que mostra claramente.

proprietários, expulsando-os para povoados, pequenas, médias e grandes cidades do Estado e do sudoeste do país (Silva & Lopes, 1996, p.11).

Diante dessa descrição percebe-se que a paisagem do PIC foi criada estrategicamente pelo homem. Idealizado, planejado, projetado para atender as exigências do capitalismo. Assim, o agricultor reterritorializado³⁴ sofre a imposição de novas técnicas, reconstruindo uma nova concepção de vida.

³⁴ "O termo reterritorialidade implica uma nova territorialização ou sobreposição de uma ação territorializante a uma territorialidade pré-existente" (Costa, 1995:35).

CAPÍTULO III – A RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO AGRICULTOR FAMILIAR DO PIC

3.1. A questão da identidade e alguns desdobramentos

Nesse capítulo procuraremos tratar de algumas questões relativas ao conceito de identidade e seus desdobramentos, mantendo como foco as transformações identitárias do agricultor familiar do perímetro irrigado Califórnia.

Para um primeiro momento de análise da questão da identidade, entendemos que o indivíduo participa da dialética da sociedade (Berger, 1985, p.173), melhor dizendo, significa perceber que se constrói/reconstrói num jogo de múltiplas determinações, no qual não se pode separar simplesmente causa e efeito, mas pensar um como implementador do outro. Assim, entendemos que o conceito de Roberto Cardoso de Oliveira o mais adequado para compreender a identidade dos agricultores familiares:

Identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre o indivíduo e sociedade. Sendo formada por processos sociais, uma vez cristalizada é mantida, modificada ou, mesmo, remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais envolvidos na formação e manutenção da identidade são determinados pela estrutura social (1972, p. 43-44).

Nesse sentido, pode-se dizer que a identidade está estritamente relacionada a um contexto histórico, assim sendo, o indivíduo constrói suas identidades a partir da cultura em que vive. Parte-se, dessa forma, do pressuposto de que a identidade é uma construção que se faz a partir dos valores dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade, sendo um produto da relação dialética entre as condições sócio-econômicas objetivas e o processo de subjetividade do indivíduo.

Sendo a identidade, como já ressaltamos, fruto de uma relação dialética, não podemos negligenciar a complexidade que envolve o tema, posto que a realidade social é heterogênea, fragmentada e diversificada. Assim, a posição dos indivíduos como sujeitos - que não só descendem da história, mas constroem a sua própria história - sofre alterações no decorrer do processo de reestruturação da sociedade. A identidade torna-se, então, ainda mais importante, não podendo ser tratada superficialmente, uma vez que implica em se considerar a complexidade das forças sociais que atuam na sua transformação. Segundo Brandão (1986, p.38), falar de identidade é remeter-se às inúmeras formas de relações entre as pessoas, os grupos sociais e desses entre si como também o que estas relações representam a cada um. Portanto, para o autor, a identidade possui seu valor social e também simbólico, fazendo entender como essa identidade é formada e os processos que estão aí envolvidos:

[...] na questão da identidade o que interessa mais é a tessitura das inúmeras formas de relações entre pessoas – tipos sociais de pessoas; entre grupos dentro de uma sociedade, entre sujeitos e grupos de duas sociedades. [...] Importa compreender a estrutura e o processo das diferentes trocas de bens materiais, de serviços e de símbolos entre diversas categorias de sujeitos e o modo como acontecem aí ações e reações de atribuição de nomes, de títulos de determinações de semelhanças e diferenças que, afinal, tanto se manifestam na maneira como as pessoas vivem os códigos de seus contatos uma com as outras, quanto na forma pela qual representam os seus relacionamentos e o reconhecimento de quem são, a partir deles. A partir do que eles simbolicamente determinam.

Depreende-se da citação acima pelo menos duas questões fundamentais: a identidade é relacional e a identidade é atribuição de nomes, de títulos de determinações de semelhanças e diferenças (Brandão, 1986). Melhor dizendo: a identidade é relacional, ou seja, vincula-se a uma série de relações estabelecidas entre indivíduos, grupos sociais e sociedades, o que torna necessário analisá-la em contexto específico, sem o que perderia o seu significado; a identidade está

expressa numa série de práticas materiais e simbólicas que vão legitimar ações e comportamentos, validar semelhanças e demarcar diferenças que vão caracterizar indivíduos e sociedade num determinado espaço-tempo.

A questão do espaço-tempo é tratada pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1998). Para este autor, a sociedade é constituída por um conjunto de campos; cada campo produz um tipo de sujeito específico; cada campo gera um *habitus* e um conjunto de conhecimentos cognitivos específicos, que garantirão a coerência de comportamentos dentro do campo e o desenvolvimento de uma subjetividade particular. O conceito de *habitus* comporta as dimensões espaciais e temporais, conjugando um *locus* - um espaço determinado - uma "aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido" (Bourdieu, 1998, p.83) – a um tempo.

Bourdieu reforça que é o *habitus* que constitui o ator social, condição necessária para que ele ingresse num campo social. Em linhas gerais, pode-se entender por *habitus*, o desenvolvimento de um senso prático, melhor dizendo, das práticas utilizadas quando se tem de fazer alguma coisa. Para o autor:

[...] a construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis [...] (Bourdieu, 2001, p.191).

Pode-se, mais uma vez, pensar com Bourdieu, que a pressão externa embora influencie significativamente na formação da identidade do indivíduo, não age de maneira determinista, posto que a própria modificação de seu campo - ou de seus campos, uma vez que o indivíduo integrava vários campos: trabalho, religião, política, entre outros - pede uma reorganização dessa identidade. Nesse sentido, o indivíduo, como um ator/sujeito coletivo e social, constrói, desconstrói e reconstrói sua identidade a depender das novas necessidades sociais, sem que o mesmo se

crystalize num espaço-tempo anacrônico. Assim, pode-se dizer que o indivíduo é formado por identidades múltiplas, sendo este um processo transitório e não acabado.

A questão da identidade é apresentada por Marilda Menezes, que, com base nos estudos de Harries acerca de trabalhadores dos campos de cana-de-açúcar e minas de ouro da África do Sul, no começo do século XX, ressalta: "As identidades dos trabalhadores migrantes estudados são múltiplas, formadas por sua condição como camponeses, canavieiros, trabalhadores urbanos e por outras estratégias de sobrevivência" (2000, p.53). O caráter múltiplo da identidade desse trabalhador encontra, para Menezes, respaldo nas obras de alguns estudiosos da questão, que se pronunciam acerca da identidade:

'Eu adoto a visão de que identidade é situacional e fluida mais do que um produto orgânico de uma comunidade delimitada' (Harries, 1994, p. XIX)

Rutherford diz: 'Identidade nunca ocupa um lugar estático, ela contém traços do seu passado e do que tornar-se-á' (Rutherford, 1990, p.22).

Temple argumenta que identidade é negociada e está em mutação: '[...] as definições do que se considera 'Polonês' ou 'Porto-riquenho' não eram nem fixas nem indisputáveis, ao contrário, elas eram negociadas e em transformação' (Temple, 1994b, p.11).

Benmayor and Skotnes diz: 'Identidade é construída, multifacetada, negociada, situacional ou de acordo com muitos, fragmentada' (Benmayor and Skotnes, 1994, p.9).

Resumindo as idéias apresentadas pelos autores citados entendemos que identidades são abertas, circunstanciais e situacionais, fluidas, em transformação, multifacetadas e negociadas (2000, p.55).

Este breve e preciso resumo corrobora para a hipótese de que os agricultores familiares do PIC passaram – e passam – por um processo de reconstrução identitária, caracterizada, justamente, pelos aspectos salientados no estudo de Menezes.

Ao tratar de “identidades” podemos também nos remeter ao pensamento de Stuart Hall (1998)³⁵ em sua obra *“A identidade cultural na pós-modernidade”*, no qual, analisa os aspectos da transformação da identidade das diferentes sociedades, desde o iluminismo até os dias atuais, destacando três concepções de identidade que estão em vigência na contemporaneidade: o sujeito do iluminismo, o sociólogo e o pós-moderno. O primeiro, baseia-se no sujeito totalmente centrado que permanecia o mesmo deste a sua origem e por toda a sua existência. O segundo, ‘o sociólogo’ estava relacionado à complexidade do mundo moderno em que o sujeito era formado por relações com outros sujeitos: “a identidade do sujeito é formada na interação entre o eu e a sociedade” (1998, p.37). Por último está o sujeito pós-moderno composto por múltiplas identidades, muitas vezes contraditórias ou não resolvidas.

Hall, que ao analisar a fragmentação do sujeito, percebe que o mesmo é constituído não só de uma única, mas de várias identidades, denominando esse processo de “concepções mutantes do sujeito humano”, admitindo não a destruição, mas, o deslocamento da identidade através de várias rupturas nas estruturas da sociedade no decorrer da história; o sujeito é, dessa forma:

[...] contextualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’ formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente (2001, p.13).

As razões destas transformações estariam relacionadas, segundo o mesmo autor, a grandes descentramentos que contribuíram para o rompimento das

35 Segundo Stuart Hall, nossa idéia habitual de identidade, que agora é posta em questão, foi desenvolvida a partir do conceito de “sujeito moderno”. Esse conceito, por sua vez, foi edificado junto com o conjunto de práticas e discursos que formaram a modernidade. Contudo, utilizamos apenas suas idéias no que diz respeito a identidade não sendo objetivo dessa dissertação traçar um estudo sobre a modernidade, análise que compreendemos ser muito complexo para tal.

tradições e do discurso do conhecimento moderno e que cooperariam com o progresso na teoria social e nas ciências humanas. Hall, explica a noção de descentramento, ressaltando que:

Essa perda de um 'sentido de si' estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração - dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma 'crise de identidade' para o indivíduo (2001, p. 9).

A dificuldade de compreensão, para alguns estudiosos, reside no fato de que nas sociedades modernas há um desprendimento do sujeito para com as questões tradicionais que serviam de referência para conceitualizá-lo no tempo e no espaço, possibilitando que se enquadrem em categorias socialmente construídas. Mas, na medida em que surge uma multiplicidade de significações e representações culturais, o indivíduo acaba por internalizar diferentes identidades, resultado de um complexo processo de subjetivação, podendo adaptar-se, mais ou menos, a cada uma, de acordo com suas necessidades

Para Stuart Hall, o sujeito moderno começa a ter uma percepção de si, a se projetar no tempo e no espaço, (re) construindo uma identidade diferente, resultante de discursos e práticas que foram moldados, distinguindo-se da identidade vista em sociedades tradicionais:

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A chamada 'crise de identidade' é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (Hall, 2001, p.7).

Embora de modo muito breve e alinhavado, as observações aqui descritas acerca da questão do conceito de identidade e de alguns de seus desdobramentos pretendem mostrar como a identidade do agricultor do PIC tem sido

reconstruída desde a saída de seu lote de sequeiro até a vida no lote irrigado, momento em que passa a conviver com novas técnicas e tecnologias – a modernização da agricultura – novos tempos e ritmos de trabalho, novas necessidades materiais e simbólicas, vivendo num padrão bastante diferente de sua realidade anterior.

Assim, o atual debate sobre a agricultura familiar é resultado de um esforço de intelectuais para a compreensão de crises e problemas sociais emergentes na tentativa de interpretar a identidade dessa categoria social. Todavia, o indivíduo como um ser histórico e relacional, necessita compreender o processo dinâmico dialético de sempre voltar ao passado para tentar explicar fatos que se evidenciam no presente.

3.2. 'Nós antes do PIC' – um passado não distante

Ao falarmos sobre reestruturação supõe-se algo que já existia e que, no entanto, passou por um processo de transformação. É nesse sentido que conduzimos o entendimento da identidade referente ao agricultor familiar situado no PIC, ou seja, consideramos que suas identidades foram reestruturadas no decurso da sua inserção em um projeto de modernização da agricultura representado pelo perímetro irrigado.

Para compreender a lógica dessa reestruturação identitária, necessário se faz, ter o conhecimento dos elementos que moviam o modo de vida do agricultor familiar antes da sua inclusão no PIC na intenção de confrontar essas informações com a atualidade e, dessa forma, analisar a transformação de sua identidade:

A idéia de identidade tem a ver tanto com os dramas individuais de sua biografia, quanto com os dramas sociais da história do grupo e da cultura de que é parte. Mas ainda, tem a ver com essa biografia nesta história (Brandão, 1986, p.40).

Dessa forma, escolhemos alguns depoimentos proferidos pelos agricultores familiares irrigantes entrevistados e reconhecidos na Tabela 3.1., apresentados por categorias de identificação.

Quadro 2 - Categorias de identificação

Nº	Nome	Idade	Est. civil	Nº de filhos	Escolaridade	Temp. no Pic	Origem	Profissão
01	Ananias Marques Cruz	51	Casado	09	Primeiro ano do Ensino Fundamental	05 anos	SE	Agricultor
02	Luís Erinaldo Soares Melo	35	Casado	01	Primeiro ano do Ensino Fundamental	06 anos	AL	Agricultor
03	José Soares de Melo	44	Casado	02	Primeiro ano do Ensino Fundamental	08 anos	AI	Agricultor
04	Eronildo	53	Casado	08	Primeiro ano do Ensino Fundamental	08 anos	AI	Agricultor
05	José Santos Reis	29	Solteiro	-	Último ano do Ensino Fundamental	07 anos	BA	Agricultor
06	Josiel	46	Casado	04	-	12 anos	SE	Agricultor
07	Milton César Gomes	35	Casado	02	Segundo ano do Ensino Fundamental	15 anos	SE	Agricultor
08	Cleber Aquino Ferreira	37	Casado	03	Terceiro ano do Ensino Fundamental	11 anos	BA	Agricultor
09	Adeildo Camilo de Araújo Cruz	63	Casado	02	-	10 anos	BA	Agricultor
10	Francisco Santos Aragão	51	Casado	05	Primeiro ano do Ensino Fundamental	13 anos	SE	Agricultor
11	Valdomiro	62	Casado	09	-	14 anos	SE	Agricultor
12	José Alexandrino da Silva (Neco)	76	Casado	12	-	11 anos	PB	Agricultor
13	Oswaldo Sena Barros (Vavá)	38	Casado	02	Primeiro ano do Ensino Fundamental	06 anos	AL	Agricultor
14	Zé Piaba	54	Casado	08	Primeiro ano do Ensino Fundamental	09 anos	SE	Produtor
15	Cícero Ferro	49	Casado	06	-	12	PE	Agricultor

						anos		
16	Manuca	55	Casado	05	Ensino Fundamental Completo	15 anos	SE	Produtor
17	Juarez Lins	31	Casado	03	Ensino Fundamental Completo	6 anos	AL	Agricultor
18	Eronildes Meneses (Carira)	57	Casado	12	Primeiro ano do Ensino Fundamental	11 anos	SE	Agricultor
19	Valdeilson Bento	43	Casado	04	Primeiro ano do Ensino Fundamental	14 anos	BA	Produtor
20	Luiz Martins dos Santos	42	Casado	04	Primeiro ano do Ensino Fundamental	13 anos	SE	Agricultor
21	João Aureliano da Silva	47	Casado	11	Primeiro ano do Ensino Fundamental	16 anos	PE	Agricultor
22	Sebastião	53	Casado	04	Primeiro ano do Ensino Fundamental	08 anos	AL	Agricultor
23	Adolfo Leandro Batista	40	Casado	04	-	16 anos	SE	Agricultor
24	Hermínio Gomes de Souza	39	Casado	02	Ensino Fundamental Completo	13 anos	AL	Agricultor
25	João Fernando dos Santos	68	Casado	09	-	16 anos	PE	Agricultor
26	Marciano	39	Casado	06	Primeiro ano do Ensino Fundamental	09 anos	SE	Agricultor
27	Pedro Mariano de Souza	46	Casado	04	Ensino Fundamental Completo	16 anos	SE	Agricultor
28	José Rezende	52	Casado	03	Primeiro ano do Ensino Fundamental	06 anos	SE	Agricultor
29	José Custódio	67	Casado	06	-	11 anos	CE	Agricultor
30	José Carlos Tavares	46	Casado	05	Ensino Fundamental Completo	7 anos	AL	Produtor

Fonte: pesquisa de campo/2003

Observamos nas entrevistas que os agricultores familiares, são oriundos de vários estados do nordeste e, em sua totalidade, provém de municípios e/ou povoados localizados em regiões onde o fator natureza é um determinante na organização do trabalho, pois essas localidades são caracterizadas pelo clima semi-árido com grande irregularidade de chuva e secas periódicas (regiões de sequeiro), o que proporciona a escassez d'água dificultando a manutenção de uma sistemática contínua de produção e, conseqüentemente, a sua subsistência.

Lá onde nós morava não tinha água. Lá é sertão [...] lá só tinha água no inverno. No verãc tinha que ir os caminhões botar água e a gente pegava com o balde. Só vivia carregando balde (Sr. Eronildo).

Lá fora era sofrido demais. A gente só tinha aquela água barrenta de mijo de gado que nós usava.... (Sr. João Aureliano da Silva).

Apesar dessas dificuldades, há uma ordenação no processo produtivo que tenta acompanhar, de certa forma, o fator natureza atrelando algumas outras atividades ao seu cotidiano como estratégia para garantir a sua reprodução.

O trabalho lá no lote de sequeiro era maior e sem produção. A gente ficava descampando pasto para quando chover nascer o verde. Lá pega 04 meses de chuva e 08 de seca, aí a gente planta quando chove e armazena no período da seca. E a outra coisa que eu fazia na seca é botar a espingarda nas costa para matar bichinho pra vender e tirar um dinheirinho. Mas isso já não tem nem mais, antes a gente pegava a espingarda, tinha o nabú, tinha o preá, tinha asambelê, tinha juriti, tinha o teiú, tinha o peba, tinha o veado, matava um ou dois, mas agora acabou. Quando faltava o que comer, o pão eu e a veia ali (esposa) ia pro mato, pra caatinga, tirar fibra de croá pra fazer corda, vendia chegava em casa comprava farinha, feijão. Aí criava galinha, comia um ovinho, um franguinho e ia tapinhando e levando a vida (Sr. Eronildes Meneses – S. Carira).

Outra estratégia de reprodução que podemos destacar é o trabalho acessório. Para o entendimento dessa questão nos baseamos na obra de José Vicente Tavares dos Santos - "*Colonos do vinho*" - que realiza um estudo sobre o campesinato através do caso da cultura da uva no Rio Grande do Sul. Segundo Santos (1984, p. 37), o trabalho acessório representa o momento em que o agricultor familiar, denominado pelo autor de camponês, transforma-se em um trabalhador assalariado, vendendo a sua força de trabalho a outras propriedades, por uma quantia estabelecida referente a uma determinada jornada de trabalho.

[...] significa uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa caso não ocorresse o trabalho acessório (SANTOS, 1984, p. 39).

No entanto, o autor deixa claro que essa condição, a qual o agricultor familiar se submete, é temporária necessária para a complementação da renda familiar. nesse caso, quando o número de membros da família extrapola a real necessidade de mão-de-obra para a realização do trabalho em sua unidade de produção. Salaria ainda que essa condição não representa um corte no vínculo com a sua unidade de produção, pois a sua família continua o seu trabalho.

Nós quando não tinha o nosso pra plantar nós ia trabalhar na roça dos outros. Eu ia com uns e outros ficavam. No inverno a gente, tudo, trabalhava no nosso aí fazia uma reserva para o tempo de seca, quando nós não tem o que fazer. A vida no lote de sequeiro é muito ruim é um sofrimento danado (Sr. João Fernando dos Santos – João da Ford).

Dessa forma, percebe-se que a disponibilidade de mão-de-obra está muitas vezes condicionada ao fator natureza, ou seja, ao período de entressafra, quando a demanda de trabalho diminui. Essa situação é bem colocada por Manoel Correia de Andrade em seu livro "A terra e o homem no nordeste":

Os 'corumbas', 'caatingueiros' ou 'curaus', são habitantes do Agreste e, às vezes, do Sertão, que passam o 'inverno' – estação chuvosa – na sua região. Aí, como proprietários de pequenos lotes ou como rendeiros, se não possuem terra, cultivam lavouras de subsistência ao caírem as primeiras chuvas, permanecendo até o período da colheita. Chegado, porém o estio, nos meses de setembro e outubro, quando as usinas começam a moer e a seca não permite a existência de trabalho agrícola no Agreste, eles descem em grupos em direção à área canavieira... e vêm oferecer seus trabalhos nas usinas e engenhos. Aí permanecem até as primeiras chuvas que, no Agreste, se precipitam em março ou abril, quando regressam aos seus lares a fim de instalar novos roçados (1998, p.120).

Essa citação é interessante porque nos remete a refletir sobre a organização do tempo de trabalho do agricultor familiar que, diferentemente do trabalhador urbano, tem seu tempo regido por uma ordem natural:

Para o operário urbano, com jornada fixa, a hora e freqüentemente o minuto assumem o relevo marcado, indicando o rendimento imediato do esforço e os elementos temporais em que se decompõe uma operação. Não é assim para o trabalhador rural que trabalha sol a sol,

e cujas tarefas se completam em períodos mais longos, só se perfazendo na verdade, segundo o ciclo germinativo. [...] O ritmo de sua vida é determinado pelo dia que delimita a alternativa de esforço e repouso; pela semana, medida pela 'revolução da lua', que suspende a faina por vinte e quatro horas, regula a ocorrência das festas e os contatos com as povoações; pelo ano, que contém a evolução das sementes e das plantas. [...] A sua atividade favorece a simbiose estreita com a natureza, funde-o no ciclo agrícola, submetendo-o à resposta que a terra dar ao seu trabalho, que é o pensamento de todas as horas. [...] O ano agrícola é a grande e decisiva unidade de tempo, que define a orientação da vida do caipira, ao definir as suas possibilidades e empecilhos econômicos, e ao marcar a direção do ano seguinte. Ao longo dele se ordenam os seus trabalhos cujas etapas são pautadas pelas operações agrícolas. Estas obedecem ao ciclo vegetativo e ao ajuste da planta às condições meteorológicas (Candido, 1987, p.123-124).

É de se notar que o trabalho seja em sua unidade produtiva ou efetuando o trabalho acessório, tem como objetivo principal garantir a subsistência da família e, conseqüentemente, a sua reprodução. Esse objetivo é efetivado sem uma conotação de cunho capitalista, ou seja, essa racionalidade atribuída a sua reprodução não está imbuído de uma lógica onde o fundamental fator seja a acumulação e o lucro excessivo.

Essa tese do 'não-lucro' é defendida por Chayanov que vê o camponês como aquele que só trabalha até o ponto de um certo equilíbrio entre o trabalho e a satisfação das necessidades familiares. Acreditando ser esta uma das características principais para distinguir o camponês de um produtor familiar destacado como aquele que segue uma lógica racional capitalista.

Assim, o conceito de camponês está ligado, entre outros fatores, a uma economia tradicional³⁶ de produção. Com essa afirmação não se quer dizer que, anteriormente, os agricultores não possuíam uma relação com o sistema de comercialização. Assumir essa opinião seria um erro, porque é sabido que deste o

³⁶ O termo tradicional não é considerado, aqui, como algo atrasado, mesmo porque o moderno nem sempre significa desenvolvido, podemos exemplificar pela própria história da agricultura no Brasil, que apesar de pregar formas modernas de produção a realidade mostra que os impactos, principalmente, os ambientais e sociais, não são referências de um desenvolvimento.

período de colonização os agricultores familiares transformavam parte dos resultados de seus cultivos em valor de troca quando havia a necessidade de obter um alimento que não produziam:

Lá em Carira a gente fazia a roça de milho e feijão e se a gente produzia muito a gente fazia a venda de uma parte, pagava algum débito, comprava roupa pra os filhos, coisas aqui pra dentro de casa, maquinava uma quantia pra ir atravessando o ano. Enchia a barriga de milho e feijão, tinha o depósito. Lá fora a gente compra o açúcar, que a gente não produz aqui dentro, só o que não produz (Eronildes Meneses – S. Carira).

Antes, quando eu tinha a outra propriedade eu plantava feijão de corda, macaxeira e milho só para o consumo mesmo da família, mas eu trabalhava de tratorista na seca e no inverno trabalhava na minha roça, o que sobrava a gente vendia (Sr. Marciano).

É interessante observar, nesses dois depoimentos, que havia uma diversidade de culturas produzidas para o seu autoconsumo (milho, feijão, macaxeira) e, eram esses os mesmos produtos que direcionava, como excedente, para o mercado, no sentido de criar condições para a compra de mercadorias que não dispunha em sua propriedade.

[...] o camponês produz e vende produtos vegetais e animais. Dizer que ele é parcialmente mercantil quanto à venda de produtos, significa dizer que nem tudo o que é produzido pela unidade de produção camponesa é vendido. A categoria de autoconsumo, assim, adquire uma certa importância. Mesmo admitindo que uma parte do consumo da família possa vir do mercado de produtos de consumo, uma parte importante desse consumo é atendido pela unidade de produção, pelo próprio roçado. Essa característica tem consequências importantes na esfera das decisões produtivas: ela influencia na decisão das culturas e criações que serão escolhidas, determinando, de certa forma, o uso da terra disponível (Sidersky, 1991, p.13-14).

Em outras palavras, a auto-regulamentação das unidades familiares camponesas permite uma "flexibilidade entre o consumo e venda" (Abramovay, 1992, p.115), significando que o camponês atua numa estratégia de integração parcial com o mercado.

Em relação, ainda, a comercialização, diante dos relatos, a figura do atravessador era algo desnecessário, haja vista que, essa atividade era realizada pelo próprio agricultor ou por membros da família estabelecida a partir da divisão interna do trabalho.

Lá eu comercializava tudo, não precisava de atravessador não, lá em Itabaiana era muito perto da cidade e lá é uma fonte que você leva tudo. Lá eu colhia o tomate eu, colocava no carro e eu mesmo vendia, repolho, pimentão, não vendia nada a atravessador, vendia direto na feira (Sr. Manuca).

Ao falarmos de 'divisão interna do trabalho' somos levados a refletir sobre a força do trabalho familiar, sendo esta, a principal característica da produção camponesa. Assim, segundo, Santos:

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo o seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo (1984, p. 34).

Percebe-se que na unidade de produção camponesa, a mão-de-obra fundamentalmente utilizada é a familiar e a sua organização estava baseada na divisão do trabalho. Dessa forma, a maior parte do trabalho, considerado o mais pesado (aração, capina, colheita), era realizada pelo chefe da família e pelos filhos mais velhos, ficando as atividades domésticas (limpeza da casa e a sua volta, preparação das refeições) aos serviços da mulher. Porém, algumas vezes o seu auxílio era necessário, geralmente, na época da colheita. Os filhos menores ajudavam na alimentação da criação e na busca de água em algum açude. Essa divisão, em qualquer tempo, era modificada caso fosse necessário, como por

exemplo, quando o chefe da família saía da sua propriedade à procura de trabalho acessório, ficando a cargo da mulher a administração da unidade produtiva.

Meu pai teve 06 filhos (04 homens e 02 mulheres) e todo mundo trabalhava na lavoura. Deste pequeno eu lidava com a terra. De pequeno com coisas pequenas depois fui crescendo e o trabalho também (Sr. João Fernandes dos Santos).

Nota-se que em qualquer tempo, também, se fazia uso de mão-de-obra extrafamiliar como uma condição temporária. O trabalho temporário é constituído por aqueles que são contratados por empreita ou diária, a fim de executarem uma tarefa pré-estabelecida, sendo dispensados tão logo o trabalho seja concluído. Porém, percebemos que esse fato não contribuiu para classificar esse tipo de agricultor como pequeno capitalista. Essa questão é muito bem explicada por Santos (1984, p.44), quando diz que o trabalhador que é contratado, temporariamente, pelo camponês, também é um camponês em atividade acessória. Dessa forma, essa condição não diferencia posições sociais entre os mesmos e que ambos fazem parte do mesmo contexto que caracterizam o trabalho camponês.

Lá, nós tudo mesmo é que tocava o trabalho. Uma vez ou outra que colocava gente lá quando chovia a roça dava bem, tinha muita gente que se oferecia e nós pegava pra ajudar no trabalho (Sr. José Alexandrino da Silva – S. Neco).

Falar de trabalho nos remete a refletir sobre a terra e a relação que os agricultores familiares possuíam com a mesma. A terra, o meio principal da produção, não é considerado capital, ou seja, mais do que uma condição de vida, uma conquista que é compreendida como patrimônio, bem que é repassado de pai para filho.

Deste pequeno trabalho com a agricultura. Foi meu pai que me ensinou e passou para os filhos todo. Quando eu era solteiro vivia com meu pai e mais 08 irmão. Meu pai deixou a terra pra nós, pra família, e até hoje nós tem. Cada um procurou o seu destino, mas, quando aperta a gente tem para onde correr (Sr. Josiel).

Com relação ao fator trabalho, este era desenvolvido com base em práticas e técnicas simples, predominando o uso do animal de tração para a preparação do solo.

As inovações tecnológicas não eram utilizadas por falta de conhecimento, outros não possuíam condições financeiras para adquirir e, ainda, existiam aqueles que achavam desnecessárias. Neste último caso incluem-se os insumos agrícolas, não utilizados na produção, predominando o emprego de práticas alternativas de produção que agrediam menos à natureza.

Lá em Carira, a terra era boa não precisava de insumo nenhum...
(Eronildes Meneses -- S. Carira).

Em Arapiraca a propriedade era maior então a gente não usava insumo, plantava em um pedaço e no outro inverno plantava em outro. Descansava a terra. Não tinha praga, essas doenças da terra não tinha lá. Alguma vez acontecia de ver lagarta no milho aí a gente colocava mijo de gado e pronto. acabava logo... (Sr. José Carlos Tavares).

Diante dessa análise, no que diz respeito ao processo de organização produtiva anterior, verificamos que este é complexo, principalmente quando o agricultor utiliza algumas estratégias para viabilizar a sua reprodução, como é o caso do trabalho acessório e da contratação temporária de outros trabalhadores em sua unidade de produção. Todavia, percebemos que essa organização condiz perfeitamente com as condições que se assemelham à produção camponesa (a terra como trabalho, a utilização da mão-de-obra familiar, autoconsumo e a não dependência da compra de insumos).

Na realidade, para se entender a identidade: "deve-se considerar no indivíduo, a "consciência" de três sentimentos básicos: os sentimentos de unicidade, de continuidade e de mesmicidade, cada um deles relacionados à dimensão do mundo onde o Ser se insere" (Muszkat, 1986, p.26).

Assim sendo, a identidade camponesa se forma em 03 momentos:

O 1º momento é dado pela ligação familiar, os laços de sangue que permitem a conservação da unidade familiar de produção, através do instrumento de herança. Isto significa a reprodução dos valores e tradições familiares que estão na base da formação da identidade camponesa, sendo que mesmo nesse momento a família é também um resultado das relações da sociedade civil, à medida que representa para si o significado dessa instituição, através de um sistema de idéias determinadas.

O 2º momento é aquele em que as suas atividades econômicas, ou sejam, suas necessidades de transformar a natureza em bens de uso através de um mediador, o trabalho, sendo que esse trabalho tem uma forma que é determinada pela sociedade na qual está inserido e que resulta num modo de produção. Dentro da sociedade capitalista cada vez mais abrangente, os camponeses vão se aglutinar em torno de interesses comuns (políticos, econômicos e culturais), formando as cooperações (cooperativas, associações, sindicatos).

O 3º momento é dado pelos valores subjetivos (morais, éticos, religiosos). É o momento na qual o indivíduo se relaciona consigo, com sua consciência. Este momento pode também ser caracterizado pela contradição, onde a sua autodefinição, a sua essência, entra em conflito com a realidade exterior, os interesses familiares e interesses de classe.

É importante lembrar que, nesta dissertação, consideramos fundamentalmente os aspectos produtivos da unidade de produção. É certo que, não é a única variável que auxilia na caracterização do modo de vida camponês, no entanto, ao analisar a organização do trabalho na unidade de produção anteriormente e atualmente estabelecida, acredita-se que podemos compreender a

reconstrução identitária do agricultor familiar do PIC, tendo como base à transformação que se opera na sua racionalidade produtiva. Dessa forma, o agricultor familiar do PIC é analisado a partir da dinâmica capitalista através da modernização da agricultura.

3.3. 'Nós agora no PIC' – a análise de um tempo presente

Notavelmente, os agricultores familiares quando adquirem um lote no PIC tendem a apossar-se de um novo padrão organizacional de produção que se distânciava do que possuíam anteriormente, uma vez que, até mesmo o próprio modelo de modernização – a irrigação - exige um trabalho mais específico comparado com os considerados tradicionais, ou, rudimentares.

Logo ao se inserirem no PIC, os agricultores são submetidos à primeira mudança, quando passam a ser denominados, pelos órgãos governamentais que gerenciam o perímetro (COHIDRO e EMDAGRO), de irrigantes. Essa nova denominação representa, simbolicamente, o início de um processo de transição entre sua prática produtiva anterior e a que irá adquirir, visto que, a irrigação não apenas modifica a forma de produzir desse agricultor, mas, proporciona uma transformação na sua racionalidade produtiva, pois, atualmente, esses agricultores adotam novas culturas e novas técnicas de manejo do solo perdendo sua autonomia no processo de produção, passando a depender de fatores externos, seguindo as exigências do mercado provocando uma estrutura produtiva e um modo de vida diferente do que antes os caracterizavam.

Ao mesmo tempo em que cria e reproduz valores socializados e inculcados nos indivíduos, a família também supõe um processo de individualização que pode negar, romper, modificar e, até mesmo recriar, valores num espaço de negociação e de tensões. Nesse sentido o núcleo da família não pode ser concebido como uma estrutura rígida e cristalizada – de indivíduos e valores – mas sim

como uma estrutura flexível, plástica, que pode incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas (Carneiro, 1999, p.327). Essa intenção de uma transformação imposta pode ser confirmada através de estudos realizados pela própria COHIDRO, quando informa que o Perímetro Irrigado Califórnia revela-se como uma área caracterizada pelo uso intensivo das terras, com produtos destinados integralmente ao mercado (quiabo, tomate, abóbora, amendoim e frutas)³⁷, implicando numa redefinição das relações de trabalho e da forma de produzir.

Já chegamos aqui já sabendo prantá milho, feijão e macaxeira. Então, as pranta que a gente trabalhava desde pequeno é essa e então as outras pranta, o tomate, o quiabo a gente nunca lutou, a gente já luta hoje. Milho, mandioca, macaxeira, isso aí é o prantio que mais a gente usava (Sr. Ananias).

Quando cheguei aqui o projeto tava começando. [...] O pessoal daqui plantava milho e feijão, a irrigação daqui era milho e feijão. Repolho, quiabo, tomate, pepino, essas coisa, quem trouxe primeiro fomos nós de Itabaiana. Foi escolhido uma comissão, na época, pela Fundase. Ela procurou um centro de gente que mexia com verdura, como Itabaiana já tem 50/70 anos de experiência, aí dei o nome lá e foi sorteado, como eu não tinha lote fui sorteado... (Sr. Manuca)

Percebe-se, diante da fala dos agricultores entrevistados, que a própria gerência do perímetro passou a interferir na escolha das culturas a serem plantadas; o agricultor termina por abandonar culturas que tradicionalmente produziam, passando a obedecer a uma lógica produtiva voltada para o mercado, ocasionando, muitas vezes, o predomínio da monocultura:

Porquê é o quiabo que dá mais renda. Porquê o quiabo toda semana a senhora vende e tem o dinheirinho certo da feira, sabe? Essas outras coisas é de ano em ano [...] quiabo, bem produzido dá dinheiro mais que outras coisas (Sr. Valdomiro)

A plantação que tem mais no lote é o feijão de corda e o quiabo. O quiabo tem todo dia, toda semana tem. O certo a gente tem, dinheiro né? O feijão é de 03 em 03 mês, mas é uma pranta que faz mais dinheiro e as outras pranta mais demorada, gasta muito e no lote não dá pra gente pagar todas as despesas da gente (Sr. Ananias)

37 COHIDRO. Evolução da área plantada e produção/productividades dos perímetros irrigados de Sergipe, s.n.t., sd.

Eu planto isso por causa do comércio, tem que ter saída para eu plantar, tem que ter preço (Sr. Luiz Martins dos Santos).

Percebe-se, portanto, que houve uma diminuição da autonomia do agricultor, ao se inserir no PIC. Quanto à questão da autonomia, cabe, com Wanderley, destacar que:

[...] mesmo nas sociedades rurais tradicionais, a autonomia é sempre relativa. A necessidade de reservar parte de seus recursos para as trocas com o conjunto da sociedade e para atender a suas imposições termina por introduzir no interior do próprio modo de funcionamento do campesinato certos elementos que lhe são, originalmente, externos (1999, p. 30).

Essa perda parcial da autonomia implica também numa alteração nos hábitos de plantio para o autoconsumo, levando a uma dependência na compra dos gêneros de primeira necessidade para a alimentação familiar, como pode ser percebido nas seguintes afirmações:

A gente usa para comer mais é pouco. Mais a gente tira pra fora porque não é tudo que a gente tem pra comer. A gente tira, vende, compra o que precisa lá fora (Sr. Ananias)

Aqui só é pra venda, tudo a gente vende, não fica nada, só quando sobra da venda. A gente planta também cebolinha, coentro, um tomatinho, só pra nós mesmo (Sr. Valdeilson Bento)

Não consome não, sei lá... É mais fácil a pessoa sair aí vendendo, o gasto é pouco [consumo da produção] em casa (Sr. Milton César Gomes)

Eu planto isso por causa do gosto do comércio, tem que ter saída para eu plantar, tem que ter preço (Sr. Luiz Martins dos Santos)

Vendo a macaxeira e o quiabo. Eu planejo plantar essas culturas dependendo do que dá mais para vender, que tem mais saída (Sr. Marciano)

Eu só planto isso aqui porque é a cultura que dá alguma coisa a gente aqui sem o quiabo não somo ninguém. O quiabo é barato, mas ainda nos arranja um dinheiro para pagar o trabalhador, manter a feira. Quando cheguei aqui tudo era acerola, o solo aqui era tudo vermelho, mas não tem a quem vender. Aí acabei com tudo deixei só um pouquinho porque não tem comércio aqui para a acerola (Sr. Juarez Lins)

A gente aqui escolhe o produto que a gente acha que dá mais progresso, que dá mais dinheiro, por exemplo: o quiabo, sem o quiabo o cara tá ferrado, porque eu fiquei 40 dias sem quiabo aqui, dei boabeira e me ferrei, porque a minha família é grande, a minha despesa é enorme e você tem que preparar a terra, você tem que cortar, gradear, comprar sementes, plantar, tem que colocar trabalhador e se você não tem a renda semanal aí você se ferra. Então o quiabo é por causa disso, que toda semana você tem dinheiro (Sr. Eronildo)

O que planta é pra vender mesmo (Sr. Eronildo).

Como se depreende da fala dos agricultores, o objetivo que fundamentava o seu cotidiano, ou seja, o autoconsumo, hoje sofre uma alteração de prioridades, melhor dizendo, dá-se uma troca de valores, o objetivo passa a ser produzir para a venda, ficando o seu autoconsumo condicionado à capacidade de colocação de seus produtos no mercado.

Além da dependência na venda de seus produtos, dá-se também uma dependência na compra de produtos, não só aqueles destinados a atender às necessidades familiares, mas também, na compra de insumos, posto que o tipo de tecnologia utilizada na irrigação demanda cada vez mais o uso indiscriminado de insumos agrícolas, sendo esse procedimento, muitas vezes, incentivado pelos técnicos agrícolas:

Nós tem orientação de usar o veneno os insumos dos técnicos. Aqui só produz assim, sem os insumos e o veneno aqui nada dá. Antes era menos, hoje usa mais porque a cultura pede e as doenças é muita (Sr. Luiz Martins dos Santos)

Antigamente não utilizava muito veneno não, sabe? Plantava lavoura e colhia sem passar veneno. É que tá vindo mais praga e antigamente não tinha praga e era mais fácil colher a lavoura (Sr. Osvaldo Sena Barros)

Parece que a terra aqui já está acostumada com adubo, lá fora a gente plantava sem adubo e quando chovia dava, aqui não, mesmo com a água, só com adubo, a terra já está acostumada a isso (Sr. Hermínio Gomes de Souza).

Apesar do uso indiscriminado de agrotóxicos na produção, há, por parte dos próprios agricultores, uma consciência do prejuízo ambiental e, mesmo, dos

danos à saúde, causados por esse uso abusivo. Assim, o agricultor familiar ao mesmo tempo em que procura preservar suas terras utilizado-se de técnicas tradicionais culturalmente transmitidas por seus antepassados, defronta-se com novas técnicas que contribuem para intensificar a produção, cujo objetivo, destaco mais uma vez, é atender as exigências do mercado. Esse fato está expresso na afirmação feita pelo Sr. Osvaldo Sena Barros:

Aqui para casa eu não uso nada não. Eu uso só o esterco de gado e a uréia e adubo, mas veneno nenhum eu passo. Só uso na lavoura pra venda.

Eu uso adubo, mas não gosto muito não, o adubo químico dá aquela força na lavoura depois acaba, parece que cansa a terra (Sr. Marciano).

Eu uso muito estrume de gado de cabra, quanto tá pouco eu compro mais e é vantagem do que comprar os químicos, a terra melhora mais e não acaba tanto (Sr. José Carlos Tavares).

Outra questão que aparece nas entrevistas realizadas é a do custo dos insumos, cujo alto preço inviabiliza investimentos, superando os seus rendimentos auferidos no final do ano agrícola. Esse fato leva muitos agricultores a procurar soluções mais baratas, aderindo a práticas alternativas de manejo do solo ou optando por outras culturas, menos dispendiosas:

Aqui hoje do que eu consigo 60% fica só pros insumos. Aqui não tem jeito, para diminuir os insumos tem que fazer uma preparação muito bem feita do solo (Sr. Manuca).

Hoje com certeza absoluta, 50% do nosso trabalho o encargo da terra consome, 50% (Sr. Carira).

Nós não gasta com veneno porque nós não tá usando, usamos pouco veneno aqui depois que fiz um curso com o Sebastião Pinheiro no Instituto Xingó, aí as despesas manerou mais (Sr. João Fernando dos Santos).

Os insumos é caro demais, o veneno mais ainda. Hoje a gente planta pouco quiabo. A gente deixou de plantar quiabo por causa disso, puxava muito de insumo e mais ainda de veneno. A macaxeira puxa menos de insumo (Sr. José Custódio).

Um outro fator que evidencia a dependência na compra de insumos é a obtenção das sementes selecionadas no comércio local ou fornecidas pelos próprios atravessadores,

As sementes a gente tira daqui a lavoura não dá muito, é melhor a gente comprar mesmo para garantir a lavoura (Sr. Marciano).

A semente nós compra selecionada em Canindé. Compra adubo, uréia e veneno. Não uso esterco porque não tenho animal e não tenho condições de comprar, caro como ta agora não dá (Sr. Valdeilson Bento).

As sementes a gente compra. Nós tirava, antigamente, mas é uma semente que não dava, a planta não nasce bem, e aí agora os comprador de quiabo dá a gente semente nova, aí a gente pega, mas quando no começo não dava, a gente tinha que tirar da roça que ela são caras (Sr. Luis Erinaldo Soares Melo).

As semente eu compro na cidade. A gente até podia pegar do quiabo mesmo mas, a gente não confia, então nós compra (Sr. Hermínio Gomes de Souza).

A comercialização dos produtos plantados está quase que completamente a mercê dos atravessadores locais, que também possuem lotes no PIC e utilizam uma estratégia de comercialização na qual os valores de compra do produto não são declarados, fazendo com que o agricultor tenha de se submeter aos preços que estes praticam, arcando com prejuízos e com a impossibilidade de planejar seus ganhos. A interferência dos atravessadores liga-se também, ao fato de não haver na região um centro de abastecimento dos produtos provenientes do PIC; apesar da existência das feiras, a grande quantidade de produtos de um mesmo tipo, como o quiabo, não permite que elas funcionem como um canal suficiente de escoamento da produção, o que termina por acontecer no estado da Bahia, em especial, na cidade de Salvador. As declarações dos agricultores entrevistados são bem contundentes a esse respeito:

Hoje o comércio daqui é longe, é duas horas de Itabaiana, eu não tenho carro. É bom trabalhar com o seu carro próprio. Aqui para você fazer uma coleção de gente, uma união de 5/6 pessoas pra viajar é

3

meio difícil. Se aqui em Canindé tivesse CEASA aí era bom, que a gente levaria as coisas pra vender lá já sabia o preço. Que aqui a gente tem a pior praga do mundo, esse negócio de... Se você pega esse gravador e diz 'ô Manuca eu vou levar esse gravador e vou vender', mas você não diz por quanto vai comprar e nem diz por quanto vai vender. Chega aqui me dá qualquer coisa. Assim é a venda do quiabo, o atravessador chega leva o saco do quiabo sem dizer o preço, aí ele leva mil quilo de quiabo quando chega na sexta-feira diz "toma aí é o que eu vendi". Se ele vende por 1500 contos me dá 200. Se eu tivesse condições eu venderia eu mesmo, se tivesse carro (Sr. Manuca).

A gente vende a mercadoria sem saber o quanto vai receber. O pessoal leva a mercadoria e no final da semana diz que vai pagar de tanto, a gente tem que receber. Aqui a gente não faz conta não pra saber o que tem de lucro e o que tem de prejuízo, eu sei que é mais pra prejuízo do que pra lucro (Sr. Juarez Lins).

Lá quando se plantava a gente vendia na feira, não tinha atravessador [...]. Mas eu comecei a vender umas mangas aqui na porta e dá, viu? Mas é aqui na porta. Aqui tem que tá todo dia no campo, muita coisa pra fazer, a gente não pode sair e deixar aqui sozinho, não tem quem venda (Sr. Carira).

Eles vem pegar na porta. Eles vem, eu já fui vender, mas não tem futuro não, dá prejuízo se a gente vender, esse pessoal que compra aqui a gente já tem umas entregar por lá, sabe e a pessoa que vai vender tem que vender lá na feira mesmo, aí as vezes não tem entrega nem nada, aí vende de qualquer preço e esse pessoal que compra aqui tem que ter umas entrega já certa, acredito... (Sr. Osvaldo Sena Barros).

Essa submissão consciente do agricultor aos atravessadores implica no estabelecimento de relações de trabalho entre eles, ou seja, de uma certa forma, os agricultores passam a trabalhar para os atravessadores, como demonstra a fala do

Sr. Zé Piaba:

Eu vendo aqui a Messias [...]. O messias que é o atravessador [...] ganha nas minhas costas sem trabalho. Mas eu fico satisfeito porque eu sei o que eu estou fazendo [...] Agora, o quiabo, que é o que abastece o projeto, que é vamos dizer, que é feira certa que a gente tem, essa é que é sem preço e deixa o cabra doido. Ce não pode fazer um cálculo de nada em cima do quiabo que você vende.

O tempo do trabalho também passa por um processo de transformação: "Aqui começa o dia e começa o trabalho de 5:00 horas e puxa até 12:00 horas. Pego as 13:00, 13:30 e vai até ter a irrigação 17:00, 17:30" (Sr. João Aureliano). Há,

então, uma inversão do tempo de trabalho, ou seja, o que antes era conduzido pelo fator 'natureza' (inverno/verão), com a modernização da agricultura o tempo de trabalho é determinado pela tecnologia - a irrigação. Esse processo nos remete a pensar na teoria de Bourdieu que analisa a questão do *habitus* como algo ligado ao fator espaço-tempo.

Ainda sobre o trabalho e suas novas formas adquiridas pode-se observar que o trabalho familiar vem cada vez mais diminuído deixando de ser a principal mão-de-obra utilizada dando espaço para outras relações de trabalho caracterizadas pela mão-de-obra assalariada, empregada nas atividades agrícolas da unidade de produção. Esse processo se dá por vários fatores: pela intensificação do conteúdo do trabalho, opção por outros meios de vida, falta de estímulo por parte dos jovens em relação ao trabalho agrícola e pelas condições financeiras mais favoráveis que podem dispensar a família no árduo trabalho de cultivo.

Só eu trabalho no lote, são 04 pessoas trabalhando, comigo 01 trabalho que ta aqui direto, mora aqui e coloco mais 02 diarista (Sr. Hermínio Gomes de Souza).

Eu hoje trabalho um pouco, pago trabalhador, meus filhos já ajudaram muito, mas cada qual procurou a sua vida... (Sr. José Custódio).

Aqui mesmo só trabalha eu da família. Tem dois rapaz que trabalha direto aqui, mora aqui e trabalha comigo (Sr. Sebastião).

Quase 95% sou eu sozinho que trabalho no lote, acordo quatro e meia, 5 horas da manhã, vou até 5 e meia 6 horas da noite. Eu ponho trabalhador temporário, às vezes faço de meia dependendo das condições. A mulher ainda trabalha, mas menos ela é aposentada. Os filhos vão estudar aí vão descansar, vão pescar aí esquece, meus filhos não produz, faz hoje aqui, amanhã não faz, eu digo 'Olha eu dou o que comer, mas dinheiro para gastar eu não dou'. O governo acostuma mal dando o dinheiro da bolsa renda que é só R\$ 80,00 aí eles se acomodam. Ou o governo alerta para esse povo dando condições para trabalhar ou os jovens vão ficar aí preguiçosos, só quer jogar bola, pescar. Se a gente lutar junto aquilo rende, aí não vou forçar para não me aborrecer (Sr. Carira)

Esse último depoimento do Sr. Carira agrava quando sabemos que o mesmo possui 12 filhos, sendo que 10 optaram por outra profissão e 02 moram no lote, mas que, no entanto, segundo, ainda, Sr. Carira, não demonstram nenhum interesse para com o trabalho agrícola. Isso demonstra que a relação com a terra vai tomando outra conotação. Surgem outros interesses que depreendem o agricultor e principalmente a sua família das atividades que desempenham no lote. Além, disso, com a intensificação da produção exigida pelo capital, a terra se transforma *em terra de negócio* perdendo a idéia de afetividade e de patrimônio.

Enquanto nós viver vai ser assim, batalhando com a terra, mas se achar coisa melhor pra fazer ou outro lugar melhor para morar eu vendo aqui e vou batalhar em outro lugar, não tenho medo de nenhum serviço, se for pra melhor, eu vou (Sr. José Rezende).

O que podemos analisar com todas essas citações é que vários fatores contribuem para que o agricultor familiar tome decisões baseado-se no fator mercado, o que demonstra que quando inseridos em um perímetro irrigado procuram inúmeras estratégias para poder manter a sua propriedade e a sua família. No entanto, percebe-se que toda essa mudança não resolve a situação sócio-econômica do agricultor familiar. Pelo contrário, novas situações são criadas e com elas novos obstáculos vão surgindo mesmo possuindo uma propriedade, considerada por muitos um "sonho" de quem viveu 'pelejando' com a seca.

Aqui não é negócio para viver meio sossegado não. É um negócio aperrado. Você não pode fazer um fundo de reserva, você não pode melhorar a situação, o dinheiro é pouco que entra e a despesa se torna muita. Aqui dentro desse projeto a gente vive mais é do quiabo porque tem comércio, tem saída. Hoje o preço caiu porque produziu demais, mas, se não é a melhor cultura é a melhor que dá. O pessoal só podia plantar duas tarefas de quiabo e o resto do lote plantar outra cultura qualquer, o tomate, o pimentão, o feijão de corda, a melancia, o repolho, tudo isso tem saída, mas, o pessoal só quer plantar o quiabo que é mais fácil de dinheiro, aí já viu, planta muito, tem muito e cai o preço (Sr. Adolfo Leandro Batista).

Diante desses dois momentos, o anterior e o atual, que envolvem a vida do agricultor familiar do PIC, percebemos algumas das transformações na sua identidade, muitas vezes, adequando-as ao sistema capitalista que os subordina. Assim, esse agricultor é dotado de uma multiplicidade de identidades o que, segundo Castells (1999, p. 22), "é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social".

Esta "tensão" e contradição que permeiam o cotidiano do agricultor familiar do PIC são definidas por normas estruturadas por instituições que atendem ao perímetro. No entanto, essas normas não são isoladas, estando presentes nas definições das políticas públicas do setor rural, ou seja, para que o agricultor familiar possa garantir a sua produção e, assim, a sua reprodução, muitas vezes, tem que se submeter a essas normas, para que possam ter acesso a certas políticas governamentais, como por exemplo, alguns tipos de financiamento gerenciados por determinados bancos, que estão condicionados a adesão a pacotes (consumo de insumos e assistência técnica, cultivo a ser produzido etc.), estabelecidos pelo próprio órgão financiador. Dessa forma, não é difícil compreender a lógica desse processo de mudanças (como? a partir de que? por que? por quem? e para que?), na vida do agricultor familiar.

Essa situação demonstra uma "manipulação" na sua identidade, que vai sendo reconstruída, sempre marcada por relações de poder. Castells (1999) faz uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades, que podem ser relacionadas com o que ocorre com os agricultores no PIC, como se tentará demonstrar a seguir:

Identidade legitimadora – quando os agricultores familiares são envolvidos por instituições que com suas políticas expandem a sua racionalidade e a

sua dominação e alteram significativamente seu modo de vida, fazendo com que os agricultores familiares legitimem os próprios mecanismos do capitalismo;

Identidade de resistência – quando o agricultor familiar, ao se inserir numa proposta governamental, como um perímetro irrigado, sabe que se não ceder de certa forma ao sistema, quer seja contraindo financiamentos, adotando certos cultivos e técnicas modernas de plantio, quer seja obedecendo a certas regras do mercado, será excluído e condenado ao fracasso; por estar consciente de que uma mudança radical não lhe será totalmente benéfica e por não desejar romper totalmente com o seu modo de vida camponês constrói, então, estratégias, que se traduzem numa forma de resistência;

Identidade de projeto - mais do que aqueles que resistem, são os que lutam para permanecer e, assim, redefinir a sua posição na sociedade, conduzidos por um ideal maior, que é o de transformar essa sociedade.

Para Castells (1999, p. 24), essas três formas de identidade são mutáveis, uma vez que a identidade é "plástica", ou seja, passível de transformações:

Obviamente, identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos cu mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação. De fato, a dinâmica de identidades ao longo desta seqüência evidencia que, do ponto de vista da teoria social, nenhuma identidade pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra, *per si*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora do seu contexto histórico. Uma questão diversa extremamente importante, diz respeito aos benefícios gerados por parte de cada identidade par as pessoas que a incorporam.

Percebe-se, então, que a trajetória do agricultor, anteriormente de sequeiro, não é definidora de sua inserção como trabalhador / sujeito do processo de trabalho no perímetro irrigado. Desse modo, observa-se uma heterogeneidade de

tipos de agricultores familiares que se dividem em grupos distintos e é na intenção de descrever e analisar esses tipos que propomos no próximo capítulo uma tipologia dos agricultores familiares do Perímetro Irrigado Califórnia e, tentando explicar uma realidade observada.

CAPÍTULO IV - TIPOLOGIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PIC

A medida em que se tem uma agricultura mais modernizada, principalmente quando se fala de um perímetro irrigado criado, incentivado e influenciado pelo Estado, há imposições que de certa forma recaem sobre os agricultores familiares. Diante dessa nova realidade, são forçados a adotar estratégias de resistência que acabam por reconstruir suas identidades, como uma forma de adaptação à nova situação em que se colocam. Isso fica claro quando se parte para analisar alguns indicadores de modernização dos agricultores na área de estudo, como o uso do trabalho assalariado, a crescente dependência dos insumos e defensivos agrícolas e do mercado, como já vimos no capítulo anterior:

[...] nas sociedades modernas, multiplicaram-se outras formas da agricultura familiar não camponesa. São aquelas que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral – importância da cidade e cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente globalização da economia, etc., –, tentam adaptar-se a esse novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna (Wanderley, 1999, p. 35).

Daí, surgem novas formas de agricultores familiares que, ainda segundo Wanderley (1995) constituem “espaço em construção”, a medida em que se colocam diante de estruturas planejadas e constantemente envolvidas pelo processo de modernização.

Dessa forma, ao analisar as transformações ocorridas na identidade dos agricultores familiares, lança-se à proposta de construir, através dos dados obtidos pela pesquisa de campo, um quadro tipológico dos agricultores familiares existentes no perímetro irrigado Califórnia. Dessa forma, serão apresentadas as categorias de agricultores familiares segundo os critérios já estabelecidos e para melhor ilustrar

essa categorização utilizam-se 03 (três) estudos de caso cada qual representando os tipos destacados nessa tipologia.

Compreende-se que essa construção é possível por ser o perímetro irrigado Califórnia um local onde há uma diversidade de agricultores familiares que se distinguem quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, como também, quanto a sua lógica de produção e reprodução.

4.1. Aspectos metodológicos da tipologia

Falar em tipologia é relembrar algumas concepções que decorrem da teoria weberiana, no que diz respeito à sociedade pensada como não estando submetida a determinismos; assim, surge uma pluralidade de interpretações possíveis e idéias múltiplas da realidade, já que considera os valores como fatos não universais, mas sim, múltiplos e contraditórios, existindo, na verdade, um eterno confronto histórico entre essas diversas concepções de valores. A importância dada à realidade empírica, situada como uma fonte de conhecimento inesgotável e infinita, só é possível através da análise de fragmentos limitados dessa realidade, após um processo de seleção do material empírico coletado, ou seja, a realidade não pode ser apreendida em sua totalidade, mas sim, por um recorte particular, uma seleção feita a partir de um conjunto específico de problemas e de fenômenos, através de referências pessoais.

Nesse sentido, Weber trabalha com um instrumento teórico que surge como resultado do processo de seleção, com o intuito de mostrar a pluralidade de conhecimentos distintos da realidade empírica, embora sejam construídos de acordo com a mesma. Este instrumento denomina-se "tipo ideal", apresentando-se como um

modelo teórico construído pelo pesquisador, a partir de fenômenos isolados ou da ligação entre eles, sendo resultado da:

[...] acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se orientam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro de pensamento (Weber, 1992, p. 76).

Sendo o “tipo ideal” resultado do processo de seleção, Weber reconhece que este instrumento deve levar em conta as idéias de que a realidade possui uma multiplicidade de interpretações, tendo o objetivo de apontar o caminho para a criação de hipóteses, facilitando, portanto, a análise de questões empíricas.

Na intenção de completar o raciocínio do que vem a ser “tipo ideal” utiliza-se o comentário de Anthony Giddens, que analisa dessa forma:

Um tipo ideal é construído pela abstração e combinação de um indefinido número de elementos que, embora encontrados na realidade, são raramente ou nunca descobertos nesta forma específica. Um tipo ideal assim não é nem uma descrição de um aspecto definido da realidade, nem segundo Weber, é uma hipótese; mas ele pode ajudar tanto na descrição como na explicação (Giddens, 2000, p.141-142).

Orientando-se pela teoria metodológica weberiana a tipologia construída neste trabalho difere por apresentar-se mais como uma categorização do que a formação de um conceito e/ou tipo ideal. A tipologia foi elaborada com objetivo de apresentar aspectos observáveis de como os diferentes agricultores familiares posicionam-se em relação ao processo de modernização da agricultura e dessa maneira tentar categorizar os tipos existentes no PIC, acreditando que esse trabalho permite melhor tratar as diversidades apresentadas no contexto empírico estudado.

Para que o objetivo da tipologia fosse alcançado se fez necessário construir critérios que auxiliaram na formação desse quadro atual da situação

comportamental dos agricultores familiares, no que diz respeito a sua lógica produtiva, comercialização, relações de trabalho, relação com a terra e dependência na compra insumos e defensivos. Esses critérios foram edificados a partir de um roteiro de entrevista (anexo 1) aplicado com 30 (trinta) agricultores familiares do perímetro irrigado Califórnia, são eles:

Relação com a terra – tem a preocupação em avaliar a percepção que o agricultor familiar possui em relação a sua unidade de produção: qual seria o valor (afetivo, trabalho, negócio) concebido da terra para o agricultor familiar no PIC?

Trabalho familiar – possui a finalidade de saber se a família realmente constitui-se na mão-de-obra principal na unidade de produção e que relações de trabalho são estabelecidas no PIC;

Autonomia das necessidades familiares – este critério foi estabelecido para através dos dados possibilitar a compreensão e o grau de dependência que o agricultor familiar possui com o mercado na venda de seus produtos. Além disso, também possibilita perceber qual o grau de autoconsumo familiar;

Autonomia em relação aos insumos – a intenção desse quarto e último critério é verificar o grau de dependência com o mercado, agora, na compra de insumos e defensivos agrícolas, o que permite deduzir o nível de degradação ambiental do solo na área estudada.

Esses quatro critérios escolhidos tomaram como base às características principais do modo de vida camponês, com base em Mendras (1978), Wolf (1976) e Jollivet (1982), que, em suas obras, apresentam as principais características do camponês, englobando assuntos ligados a terra, ao trabalho familiar, ao domínio dos

instrumentos de produção e a reprodução familiar, já detalhados no capítulo I dessa dissertação.

Deste modo, a intenção é entender se a política de irrigação pública, de certa forma, nega ou não dá a devida consideração aos componentes culturais dos estilos de vida dos agricultores familiares que se associam às práticas econômicas diversificadas (Carneiro, 1997).

4.2. Caracterização dos tipos de agricultores familiares existentes no PIC

Os dados obtidos através das 30 (trinta) entrevistas aplicadas foram tabulados, de acordo com os quatro critérios já descritos anteriormente:

Tabela 2 - Categorização segundo os critérios

Crítérios	Nº de entrevistas	%
Relação com a terra		
Negócio	08	26.7
Trabalho (meio de vida)	16	53.3
Patrimônio	06	20
Total	30	100
Trabalho familiar		
Com pouca mão-de-obra familiar + trabalhadores fixos e temporários	10	33.3
Com mão-de-obra familiar + trabalhadores temporários	13	43.4
Somente com mão-de-obra familiar	07	23.3
Total	30	100
Autonomia das necessidades familiares		
Produção apenas para o mercado (monocultura)	08	26.7
Pouco autoconsumo + mercado (pouca variedade de culturas)	17	56.6
Muito autoconsumo + mercado (policultura)	05	16.7
Total	30	100
Autonomia em relação aos insumos		
Totalmente químico	09	30
Muito químico + pouco orgânico	13	43.3
Muito Orgânico + pouco químico	08	26.7
Total	30	100

Fonte: pesquisa de campo/2003-2004

Com base nos dados apresentados na tabela acima, obtivemos os seguintes tipos de agricultores familiares: agricultores familiares com características empresariais, agricultores familiares em transição e agricultores familiares com características camponesas, conforme detalhamento no Quadro 3.

Quadro 4 - Tipologia dos agricultores familiares do PIC

Tipo	Relação com a terra	Trabalho familiar	Autonomia das necessidades familiares	Autonomia em relação aos insumos
<p>1</p> <p>Agricultores familiar com características empresariais</p>	<p>Não apresenta nenhum vínculo afetivo com sua propriedade, avaliando-a como um negócio, ou seja, como uma mercadoria.</p>	<p>Apesar de trabalhar na sua propriedade, esse tipo de agricultor se destaca por não ter a família como mão-de-obra fundamental na produção, ou seja, o trabalho é desenvolvido em grande parte por trabalhadores permanentes e temporários.</p>	<p>Toda a sua produção está voltada para o comércio, não sendo utilizada para o autoconsumo. Geralmente é adepto ao cultivo de monocultura, no caso, do quiabo. Dependendo ativamente do mercado para adquirir produtos que poderiam ser produzidos em sua propriedade.</p>	<p>Sua produção está totalmente baseada na utilização de insumos e defensivos agrícolas. Não sendo adeptos a práticas alternativas, dependendo maciçamente do mercado para a aquisição desses produtos.</p>
<p>2</p> <p>Agricultores familiares em transição</p>	<p>Considera a sua propriedade como um local de trabalho, um meio de vida. A terra se torna, nesse caso, uma única alternativa de prover a sua subsistência o que faz com que o seu vínculo afetivo com a terra seja parcial.</p>	<p>O trabalho é efetuado tanto pela família como por trabalhadores permanentes e temporários.</p>	<p>A maior parte da sua produção é voltada para o mercado. No entanto, uma pequena parte é direcionada para o autoconsumo ou serve de alimentos para a criação. Esse tipo de agricultor depende parcialmente do mercado. Destacam-se por produzir culturas variadas.</p>	<p>Pode-se dizer que esse tipo de agricultor tanto utiliza insumos e defensivos agrícolas como práticas alternativas em sua produção, atingindo um certo equilíbrio de dependência em relação ao mercado desses produtos.</p>
<p>3</p> <p>Agricultores familiares com características camponesas</p>	<p>Além de conceber a sua propriedade como um local de trabalho a possui como um patrimônio que deve se estender aos seus filhos. Este tipo de agricultor se destaca por apresentar um vínculo emocional com a terra tentando através de práticas alternativas conserva-la.</p>	<p>Todo trabalho é efetuado através da mão-de-obra familiar surgindo em alguns períodos, principalmente, na época de pico a utilização de trabalhadores temporários.</p>	<p>Destaca-se pela grande variedade de cultivos (policultura) em sua propriedade possuindo um certo equilíbrio na produção que serve tanto para o autoconsumo como para o mercado. Salienta-se que apesar desse equilíbrio depende, mas em menor grau, do mercado para atender as necessidades familiares.</p>	<p>São adeptos a práticas alternativas para manter a sua produção. Todavia, alguns agricultores, que fazem parte desse grupo, utilizam em menor grau insumos e quase nenhum defensivo agrícola. Mesmo assim, se destacam por não dependerem do mercado de insumos.</p>

Fonte: pesquisa de campo/2003

Através da tipologia apresentada, podemos perceber que predomina no PIC o tipo 2, caracterizado como agricultores familiares em transição, correspondendo a 50% do total dos entrevistados, seguido pelo tipo 1, composto pelos agricultores familiares com características empresariais, 30% e, em último lugar, pelos agricultores familiares com características camponesas, tipo 3, correspondente a 20% do universo pesquisado.

A análise das unidades familiares inseridas em cada um dos três tipos de agricultores familiares encontrados no Perímetro Irrigado Califórnia permite perceber que:

- os agricultores familiares com características camponesas são aqueles que se encontram em situação econômica mais desfavorável, em comparação com os agricultores dos outros dois tipos, uma vez que não aceitam a forma de gerenciamento proposta pelo Governo para o funcionamento do PIC, cuja lógica volta-se para o mercado e para o reforço do capitalismo, o que torna seus resultados incompatíveis com as expectativas geradas pelas propostas do próprio perímetro. Ao preservarem grande parte de sua identidade fogem da lógica da modernização e sofrem as consequências dessa escolha. Esses agricultores são extremamente pressionados por não aderirem a uma reconstrução identitária "manipulada", ou seja, de acordo com Castells (1999), não são legitimadores dessa identidade imposta pelas instituições que dirigem o perímetro, fazendo com que passem a ser considerado um agricultor fracassado. Esse agricultor estigmatizado muitas vezes é levado a vender o seu lote e a seguir para outro lugar. Uma questão fundamental e às vezes determinante para que isso ocorra é a questão cultural, pois os

agricultores recusam-se a "obedecer" aos preceitos técnicos que lhes são transmitidos e a abandonar as suas práticas originais. No entanto, acredita-se que essa é a forma mais viável, pois a sua autonomia, ainda que parcial é garantida uma vez que: não aderem completamente ao uso de insumos, apresenta o maior nível de autoconsumo e de trabalho familiar, e, em face de sua cultura, tem um maior apego a terra, considerando-a como patrimônio e, desta forma, para preservar seu patrimônio, opta por utilizar práticas alternativas de cultivo mantendo uma boa conservação do solo. Esse tipo de agricultor não se arrisca a perder a sua unidade de produção pelo endividamento causado ao contrair empréstimos e/ou financiamentos. Nas palavras de Jalcione Almeida (1999):

Esse ideal de camponês vai se chocar de frente com a idéia de segmentação ideal que quer imprimir e encorajar os poderes públicos e a ideologia agrícola modernizante, em particular via ensino técnico, extensão rural e pesquisa agrícola. Esse ideal camponês se choca, portanto, com a idéia de agricultor moderno, voltado essencialmente para o lucro e totalmente de pendente do mercado (pp. 136-137).

- A análise das unidades produtivas dos agricultores familiares do tipo aqui chamado de transição – as mais numerosas no PIC – mostra ser possível a convivência simultânea de características camponesas e empresariais devido às estratégias que constrói; mas, demonstra também, ser esse o tipo de unidade que corre o maior risco no que tange à sua reconstrução identitária, permanente e muito dinâmica, pois, lembrando Castells (1999), a identidade de resistência, na qual seriam classificados, pode, com grande facilidade, se transformar em identidade de legitimação, mesmo porque, esse tipo de agricultor é cada vez mais envolvido pelo que o sistema lhes proporciona, tendo a

sua autonomia diminuída, apresentando os maiores índices de endividamento e inadimplência, posto que, em geral, são os que mais recorrem a empréstimos e/ou financiamentos. Esse tipo de agricultor tem maiores chances de se tornar um agricultor familiar com características empresariais do que retornar às características camponesas. Jalcione Almeida (1999, pp. 135-136), a este respeito, afirma que:

Uma ambigüidade aparece outra vez nas proposições, evidenciada quando os agricultores se vêem empurrados para uma competição, mesmo que com o único objetivo da sobrevivência, em um mercado no qual não se reconhecem nem dominam as regras, mas ao qual, apesar de tudo, devem se submeter. Disso resulta uma atitude esquizofrênica, na qual os atores ora criticam o mercado e exaltam a agricultura de subsistência, ora aceitam comodamente a inevitabilidade que sua sujeição às regras de comercialização ditas racionais.

- A análise das unidades familiares com características empresariais aponta que, em curto prazo, são aquelas que apresentam melhores condições financeiras. Entretanto, são também as mais vulneráveis, devido a: depreciação do solo, através da intensificação da produção baseada na monocultura e no uso excessivo dos insumos; a perda total de sua autonomia; a dependência do mercado e dos atravessadores; a necessidade de contratar mão-de-obra permanente; o desapego a terra, que termina por desagregar a família, que migra em direção aos centros urbanos; são fatores que podem levar, facilmente, esse agricultor a comprometer a sua reprodução, uma vez que a concorrência no mercado ainda é muito grande. Esse tipo de agricultor familiar é aquele que com maior freqüência vende o lote, geralmente salinizado, e parte em busca de

outro no mesmo local, comprometendo a sustentabilidade de todo o perímetro.

Os dados obtidos nos levam a crer que o agricultor familiar com características camponesas é o que representa o modelo que deveria ser incentivado e priorizado no PIC, análise esta compartilhada por algumas instituições (AS-PTA, CIRAD, entre outras) que ressaltam que o conceito de desenvolvimento rural pode existir sem invalidar a identidade do agricultor familiar em suas unidades de produção.

A falta de uma política de escoamento da produção que faz do atravessador um "mal necessário", segundo os agricultores do PIC, o baixo investimento em práticas alternativas corroborando para o aumento do desequilíbrio ecológico/ambiental, o incentivo por parte dos órgãos financiadores ao endividamento e o elevado número de inadimplentes, o afastamento dos valores culturais que envolvem a sua formação, enfim, a reconstrução de sua identidade marcada pela racionalidade técnica e pela modernização da agricultura, constituem-se em fatores decisivos para inviabilizar a continuidade do PIC, que, mantidas as práticas atuais, apresenta-se como uma experiência que em médio prazo resultará no seu fracasso completo e na geração de uma vasta área desertificada. Portanto, cabe concordar com Jalcione Almeida (1999, p. 133 e p. 144):

É por isso que se faz seguidamente apelo às formas de vida e trabalho "de antigamente", consideradas como mais agregadoras, aquelas ditas de subsistência. Nesse contexto, o saber popular ou camponês encontra-se revalorizado e mesmo sobrevalorizado, frequentemente se afirmando contra a ciência e seus processos técnicos modernos. (...) essa idéia camponesa se constrói, portanto, em torno de alguns princípios ecológico-conservacionista, de garantia das tradições do campo, da manutenção do homem sobre a terra e da autonomia (sobretudo no plano produtivo).

Não queremos, entretanto, tratar a ciência e a técnica de modo apocalíptico, mas ressaltar que o seu emprego não pode deixar de considerar os fatores culturais, contextuais e conjunturais.

Outros dois aspectos merecem ser destacados:

- não se deseja aqui enquadrar o agricultor familiar em modelos pré-determinados, mesmo aqueles considerados mais próximos de sua formação original, visto que a identidade é defendida aqui como algo passível de mudança, em constante reconstrução, e a cultura como dinâmica, mas, sim, salientar a importância de que seja respeitado o processo de mudança que gradativamente deve ocorrer;
- grande parte dos projetos suportados por políticas públicas, como no exemplo do Perímetro Irrigado Califórnia, que envolvem a vida de centenas de famílias, não leva em conta as necessidades e aspirações dos agricultores; eles sequer são ouvidos, não fazendo parte nem da concepção nem do gerenciamento desses empreendimentos, sendo, geralmente, deixados de ser atores principais para ser meros coadjuvantes desse processo.

Após a apresentação da tipologia e a análise dos três tipos de agricultor familiar encontrados no PIC, passamos a um estudo de caso, apresentando mais detalhadamente a situação um agricultor que se enquadre em cada um dos tipos.

4.3. Estudo de caso

Realizada a categorização dos agricultores familiares do PIC apresenta-se, nesse tópico, o estudo de caso que exemplifica de maneira mais ilustrativa cada um dos tipos definidos nessa tipologia. Assim, segundo Shanin,

[...] sem dúvida, a utilidade da tipologia esta em grande parte suposta a pressuposição implícita de tendências/ padrões de determinação mútua de seus elementos. Isso explicaria porque podemos facilmente deduzir várias características de cada um dos componentes, observando apenas um em profundidade” (1976, p. 50).

Tipo 1 - Agricultores familiares com características empresariais

Entrevista realizada em 15/12/2003

Identificação: Valdeilson Bento

Lote: 2 N-07

Setor: 4.1

Sr. Valdeilson é baiano, tem 43 anos, somente o Ensino Fundamental, mora em uma casa própria localizada na cidade de Canindé de São Francisco-SE, com a sua esposa e mais 04 filhos.

Até os 23 anos morava com seus pais no interior da Bahia onde trabalhava na propriedade da família (sequeiro), criando gado e cultivando culturas de subsistência. Depois de casado foi para Canindé de São Francisco na época da construção da Hidrelétrica de Xingó, atraído pelas oportunidades de emprego que a construção da usina gerava no momento. Empregou-se como tratorista numa empresa terceirizada pela Chesf e após o término das obras, com o dinheiro que recebeu, adquiriu um lote de sequeiro no PIC e comprou algumas cabeças de gado. Quatro anos depois vendeu o seu lote e comprou um irrigado, também no PIC.

No lote de sequeiro vivia da criação de gado e do cultivo de feijão, mandioca e milho. Atualmente, já com 14 anos de PIC, só produz milho e quiabo para o mercado: *"aqui só é pra venda, tudo a gente vende, não fica nada"*. Adquire tudo o que precisa para suprir as necessidades da família nas cidades de Canindé ou Aracaju. Toda a sua produção é vendida para os atravessadores locais que, por sua vez, a vendem em Salvador-BA e no CEASA de Aracaju-SE.

Relata que, apesar de ter quatro filhos, apenas um trabalha em seu lote, os outros estudam ou trabalham na cidade. Para manter o lote, tem um trabalhador fixo e contrata, quando necessário, trabalhadores temporários. O Sr. Valdeilson separa uma pequena parte de sua terra (1 ha) e arrenda para o seu trabalhador fixo,

que se torna seu meeiro, ou seja, arrenda a terra e paga com o seu trabalho e metade de sua produção.

Em seu lote não há o emprego de qualquer prática alternativa de plantio (esterco, urina de gado etc.), pelo contrário, depende totalmente dos insumos químicos adquiridos no comércio local, onde também compra as sementes selecionadas. Ao ser questionado acerca de sua relação com a terra, afirma ser a terra apenas para produzir, sua fonte de renda. Observa-se que o Sr. Valdeilson diferencia-se dos demais até pelo modo como se autodenomina, isto é, ao ser perguntado sobre qual é a sua profissão, se define como sendo produtor e não agricultor, resposta mais comum entre os entrevistados.

Tipo 2 – Agricultores familiares em transição

Entrevista realizada no dia 20/01/2004

Identificação: Sr. Eronildo

Lote: 6 NO2

Setor: 04

Sr. Eronildo é natural de Alagoas, possui 53 anos, tem somente o Ensino Fundamental, é casado e tem 08 filhos. Antes de ir para o PIC morava, juntamente com sua família, em sua propriedade de sequeiro localizada, em Alagoas. Lá vivia da criação de gado e da agricultura de subsistência (milho e feijão) e para completar a sua renda familiar fabricava queijo artesanalmente.

Quando solteiro, também em Alagoas, residia em uma propriedade de sequeiro que pertencia ao seu pai, deixada por herança de seu avô, vivia com sua família composta de sua mãe e mais 05 irmãos. Em 1972, com 22 anos, decidiu “tentar a vida” em São Paulo onde permaneceu por 06 anos trabalhando como

carregador de bebidas na fábrica de cerveja da Skol, operador de máquinas em uma indústria de plástico e como vigilante no Palácio de Convenções do Anhembi.

Em 1978, de férias, conheceu sua esposa e resolveu, depois de 01 ano voltar para Alagoas e casar. Com a morte de seu pai a propriedade foi dividida entre os irmãos e vendida. Sua parte foi interada com o dinheiro que havia juntado em São Paulo e, assim, conseguiu comprar uma propriedade de sequeiro e algumas cabeças de gado.

Relata que sempre gostou de morar no interior e que não tem saudades do tempo em que trabalhava em São Paulo, *"lá vivia trabalhando pra os outros"*, não sendo difícil retornar ao trabalho da agricultura por ser um aprendiz que herdou de seu pai *"herança de pai. Esse negócio de geração de pai"*.

Teve conhecimento do PIC através de um amigo de infância que já residia no perímetro. Como o seu negócio da venda de leite começou a decair, resolveu juntar sua economia e comprar um lote irrigado no PIC. Assim, há 08 anos reside, juntamente, com sua família (esposa e 08 filhos) e um rapaz que o ajuda no processo de produção.

Diz que, anteriormente, vivia da agricultura de subsistência e do queijo que produzia. A produção destinava-se ao consumo da família e para a alimentação da criação e o que sobrava era vendido na feira local, pelo Sr. Eronildo, como também, o queijo que produzia, porém este era vendido por sua esposa. Completa, informando, ainda, que era mais fácil lidar com o gado e com a plantação em Alagoas do que agora no PIC devido aos seguintes problemas: excessivos gastos com a compra de insumos e defensivos agrícolas para combater as várias pragas que atacam a produção, a falta constante de água para irrigação, o baixo preço do quiabo (principal produto, que segundo o entrevistado, é responsável pela sua maior

renda), falta de um lugar, no município e/ou próximo, para escoar a produção e aglutina os atravessadores. E que o único problema que havia antes era a seca.

Seu rendimento, embora pequeno, era maior se comparado com o PIC por causa dos gastos com os insumos e defensivos agrícolas e com trabalhadores permanentes além do fixo que mantém em seu lote. Seus gastos com a produção não são registrados e por esse motivo não possui uma idéia exata de quanto do seu rendimento é gasto com a manutenção da sua propriedade.

As atividades realizadas, em seu lote, abrigam a mão-de-obra de 05 membros da família, juntamente com o trabalhador fixo que recebe por semana R\$30,00 por seu trabalho.

Além disso, faz uso da mão-de-obra temporária em época de colheita, pagos a R\$5,00 por dia de trabalho, "(...) sempre coloco uns 03 ou 04 (...)", trabalhadores que denominam de "sem-terra" pelo fato de fazerem parte do assentamento do MST, o Jacaré-Curituba, situado no início do PIC.

Diversifica os cultivos tendo 50% de seu lote ocupado pela plantação de quiabo, pimentão, feijão de corda, milho, alface, coentro e cebolinha no sistema de consórcio. Toda a produção é direcionada ao mercado "*O que planta é pra venda mesmo. A gente escolhe o produto que a gente acha que dá mais progresso, que dá mais dinheiro*", sendo o seu principal produto o quiabo colocando-o como o cultivo que sustenta sua família e sua propriedade. Priorizam o quiabo, por ser um cultivo que tem bom rendimento, pois, seu ciclo produtivo é curto, podendo ser colhido até 03 vezes na semana.

A comercialização de toda a sua produção é feita através dos atravessadores, sendo a cidade de Salvador o principal local de escoamento.

A sua concepção sobre a terra é a de que a mesma é responsável por garantir a sobrevivência da sua família e que a sua venda e/ou troca, provavelmente, poderia ocorrer se surgisse a oportunidade de algo melhor.

Tipo 3 – Agricultores familiares com características camponesas

Entrevista realizada no dia 16/12/2003

Identificação: João Fernando dos Santos Lote: 4NE-10 Setor: 5.2

O Sr. João é pernambucano, tem 68 anos, é analfabeto (só sabe escrever o seu nome), casado e tem 09 filhos (06 homens e 03 mulheres). Mudou-se para Sergipe em 1955, quando seus pais arrendaram uma propriedade (sequeiro) em Nova Vida, no então povoado de Canindé de São Francisco.

Em Nova Vida, o Sr. João possuía um terreno, que vendeu para comprar um lote de sequeiro na Bahia, onde plantava feijão, mandioca e milho. Soube da criação do PIC e inscreveu-se na FUNDASE, sendo selecionado para ocupar um dos lotes, portanto, está lá há 16 anos, desde a sua fundação. Depois de sorteado, vendeu sua propriedade e a casa que recebeu na agrovila, para construir sua casa em seu lote: *“ganhei esse lote e tou com ele até hoje, nunca sai daqui. Morava antes na agrovila, que as pessoas que ganhavam lote ganhava também uma casa na agrovila, lá em Canindé. Aí vendi e fiz essa casa aí no lote já tem seis anos, porque era prejuízo trabalhar aqui e morar na agrovila, roubavam os bichos, os canos, então construí essa casa e viemos morar aqui”*. Mora com a sua esposa, os sete filhos solteiros e a filha que, embora casada, retornou a casa do pai, pois seu

marido foi trabalhar em Minas Gerais. O outro filho, casado com uma professora, mora na Bahia e está desempregado, pensando em retornar a casa do pai.

Atualmente, cultiva em seu lote feijão, mandioca e mamona (esta última, recém iniciada, em pequena quantidade, incentivada por um programa de incentivos do Governo Estadual, que desenvolve pesquisas com combustíveis alternativos pouco poluentes e promete rentabilidade em longo prazo). Informa que já cultivou quiabo em seu lote, mas, devido a grande despesa com insumos, desistiu. Consome quase tudo o que planta (feijão e mandioca), vendendo o pequeno excedente para o mercado local, sem passar pelo atravessador.

Como na propriedade de seu pai, todos participam do processo de produção, utilizando mão-de-obra temporária quando necessário: *“todo mundo trabalha na roça. Trabalha mais eu, os que trabalham fora são os casados. Só tenho diarista de vez em quando, quando o serviço é apressado”*.

Quanto ao uso de insumos, trabalha com práticas alternativas, gastando apenas com a uréia: *“nós não gasta com o veneno, porque nós não tamos usando, só um pouco de uréia (...) aí as despesas manerou mais”*.

Relaciona-se afetivamente com a terra, descartando a possibilidade de vendê-la, colocando-a como algo que pode continuar a garantir o sustento de sua família no futuro.

O Sr. João reconhece a sua importância como agricultor, como um trabalhador, que tem papel fundamental no desenvolvimento do país: *“pra mim a terra significa muita coisa, porque hoje sem agricultura ninguém vive, até os homens funcionários que ganham dinheiro, que 'ão lá em cima, se para a agricultura passa mal todo mundo”*.

Evidencia-se que toda tipologia, assim como a apresentada, é limitada, isto é, não possui um caráter representativo em relação ao contexto geral no nordeste nem muito menos no Brasil. Não se quer aqui generalizar o resultado obtido, no entanto, acredita-se que os três tipos encontrados na pesquisa de campo realizada representam uma forma de compreender a heterogeneidade de agricultores familiares encontrada no PIC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se, nessa dissertação, que o processo de modernização da agricultura no Brasil trouxe um modelo que modificou o sistema de produção familiar, exigindo uma reorganização da agricultura, fazendo surgir uma nova dinamização da produção agrícola e a renovação das estruturas de dominação.

Este modelo desenvolvimentista deu-se no desenrolar da história agrária e agrícola do país, mantendo as características do modelo evolutivo da estrutura agrária do Brasil desde a sua colonização: a intensificação da produção para atendimento às demandas do consumo externo, a opção pela monocultura, o apoio político e econômico aos grandes proprietários de terras (incentivo à estrutura latifundiária) e a subordinação dos agricultores familiares de pequena produção às grandes propriedades. Nesse sentido, o Brasil esteve sempre ligado a conflitos gerados por um modelo de desenvolvimento caracterizado por uma maior concentração de terras nas mãos de uma minoria, expropriação dos meios de produção e o êxodo rural, ampliando as desigualdades sociais que afetam não só o rural, mas, estendem-se, também, seus efeitos a sociedade como um todo.

A idéia do “desenvolvimento pela modernização” sobrepunha-se às formas remanescentes do meio rural, considerada como uma atividade de baixa taxa de retorno ao investimento do país, vista, assim, como um fator que emperrava o desenvolvimento econômico. Dessa forma, é incentivada pelo Estado, que assume o papel de mediador do capital, ao proporcionar condições para sua expansão.

Para legitimar essas ações, o Estado utiliza-se de instrumentos como as políticas públicas alicerçadas em um discurso oficial a favor do progresso. Dessa maneira, surgem os perímetros públicos de irrigação que, aliados a essa idéia de “desenvolvimento” interferem na realidade local e no reordenamento do território.

Porém, apesar desse contexto histórico, a agricultura familiar, onde o trabalho, a terra e a família estão intimamente relacionados, sempre resistiu e persistiu (visão chayanoviana), através de lutas sociais pela democratização da terra, apesar de alguns estudiosos da questão agrária, fundamentados numa concepção marxista (Lênin, Kautsky), defenderem a idéia de que com a expansão do capitalismo, haveria um processo de desaparecimento desse tipo de agricultor.

Analisando a área de estudo – o Perímetro Irrigado Califórnia - podemos observar no contexto atual, que não podemos aceitar um dogmatismo do fim dos camponeses pela ótica do atraso (Lênin), nem como algo destinado ao desaparecimento (Mendras); nem, tão pouco, podemos aceitar a petrificação de um modelo chayanoviano. O que constatamos é que os agricultores familiares com características camponesas têm persistido na agricultura e sofrido mudanças com a expansão do capitalismo.

Assim, a questão não é negar as teorias do marxismo ou de Chayanov, mas atentar que a expansão do capitalismo na agricultura tem-se realizado historicamente de forma diferenciada em um mesmo espaço agrícola, permitindo a convivência de uma multiplicidade de tipos de agricultores familiares.

Esta realidade também pode ser vista no PIC, pois, partindo da construção de uma tipologia, com critérios previamente estabelecidos, podemos constatar, de maneira geral, a presença, em menor grau, de agricultores familiares com características camponesas, que se destacam por não possuírem uma racionalidade voltada para a acumulação e sim para a reprodução familiar; em segundo lugar, estão os agricultores familiares com características empresariais, ou seja, aqueles que gerem sua propriedade sob a forma capitalista de produção; e, por último, e em maior número, os agricultores familiares de transição, que nada mais

são do que aqueles que se caracterizam por serem intermediários entre os dois primeiros tipos, sobressaindo-se suas formas de estratégias adaptativas ao contexto em que se encontram. Ressaltamos, mais uma vez que, comprovadamente, a identidade não é atributo fixo, mas que é construído, reconstruído num processo histórico que envolve a relação dialética entre a subjetividade e o contexto sócio-econômico em que se vive.

Tal fato traz consigo um processo de diferenciação interna do camponês, que se inicia a partir do momento em que alguns conseguem se “modernizar”, se adaptando ao processo, enquanto outros não conseguem o mesmo resultado, ou seja, a modernização não atinge a todos, e à medida que isso acontece são denominados de “resíduo” no novo padrão de produzir.

Essas transformações não se dão apenas na organização produtiva do ponto de vista econômico, mas, também ocorrem na identidade social e cultural do agricultor, como resultado das repercussões da modernização da agricultura, não deixando de ajustá-las, transformá-las, recriá-las ou subordiná-las.

Percebe-se, finalmente, que, apesar das dificuldades enfrentadas, o tipo mais viável é justamente aquele que preserva as características camponesas, pois, ao manter o apego a terra, o trabalho familiar, a autonomia com relação aos insumos e ao autoconsumo e, ao praticar um tipo de agricultura que se volta para a preservação do solo e do meio ambiente poderia garantir a sustentabilidade do PIC.

Desse modo, acredita-se que, embora inserido numa agricultura capitalista, o camponês pode resistir, segundo a sua lógica e as suas estratégias de sobrevivência. Logo, a lógica irracional do modelo de desenvolvimento que se inicia pela opção pela quantidade, cujo objetivo é crescer, faz lembrar uma história contada por Rubem Alves, em seu livro “*A gestação do futuro*” (1987), quando o

mesmo chama a atenção para os perigos do crescimento como finalidade. O autor compara o mundo a uma bolha de sabão, que vai sendo soprado e a cada novo sopro (crescimento) aumenta a sua fragilidade, a mesma fragilidade que tem acompanhado o desenvolvimento do Perímetro Irrigado Califórnia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec, ANPOCS, UNICAMP, 1992.
- _____. "Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico". In: **Seminário "Desafios da pobreza rural no Brasil"**, Rio de Janeiro, 30-31 de maio de 2000.
- AGUIAR, Geraldo Medeiros de. **Agriculturas no nordeste: apreciação e sugestões de políticas**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- ALMEIDA S. G., PETERSEN P., CORDEIRO A. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.
- ALVES E. **Medidas de produtividade Dilemas da agricultura familiar**. mimeo. Comunicado pelo autor. 15 p. Brasília 2002.
- ALVES, Rubem. **A gestação do futuro**, Campinas, SP: Papirus, 1987.
- ANDRADE, Eunice. **O processo de trabalho na agricultura intensificada: estudo sobre perímetro público irrigado no Vale do S. Francisco**. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1992.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem do nordeste**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1998.
- _____. "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência". In: **Seleções Cebrap**, n°1, São Paulo: Brasiliense, 1975.
- AQUINO, Joacir Rufino de. **Agricultura familiar e políticas públicas: o caso do Pronaf no município de São Miguel - RN**. Dissertação de Mestrado em Economia Rural Regional, UFCG, 2002.
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Brasília – www.mda.gov.br, acesso em 23 de março de 2004.
- BASTOS, Flávio André Pereira. **AGROECOLOGIA: Experiências e Desafios no Agreste Paraibano**. Relatório apresentado a Universidade Federal de VIÇOSA – MINAS GERAIS. JULHO / 2002.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BERGER, Peter L. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERNARDES, Nilo. "A modernização da agricultura e suas conseqüências", In: **VI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Garanhuns: MASSAGANA, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BRANDÃO. C.R. **Identidade e Etnia: construção de pessoas e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL – **Mapa exploratório: Reconhecimento de solos – Estado de Sergipe**. Escala 1:400. 000. MINTER/SUDENE, 1973.
- CARNEIRO, Maria José. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologia e políticas**. In: **Mundo Rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

- _____. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 08, abril, 1997.
- CARVALHO, Inaiá M. Moreira de. **Nordeste: discutindo transformações recentes e novas questões**. Fortaleza: UFC/NEPS/Mestrado de Sociologia, 1989 (NEPS: Estudos e Pesquisas, 17).
- CARVALHO, João Carlos Monteiro de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CARVALHO, Otamar de. **A economia política do nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus/ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAYANOV, Alexandr. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1985.
- CODEVASF – **Plano Diretor para o aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do São Francisco no Estado de Sergipe**. Brasília, 1984.
- COHIDRO. **Evolução da área plantada e produção/produtividades dos perímetros irrigados de Sergipe**, s.n.t., sd.
- COSTA, José Eloízio da. **O campesinato em Itabaiana (SE): uma abordagem chayanoviana**. Dissertação de mestrado. Núcleo de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe (NPGeo/UFS), 1992.
- DELGADO, G.C. "Agricultura familiar e política agrícola no Brasil". In: Ramos & Reydon (org.) **Agricultura e agroindústria no Brasil**, Campinas: Abra, 1995, 199-235.
- DELGADO, G.C.; Cardoso JR J.C. "Universalização de direitos sociais mínimos no Brasil: o caso da previdência rural nos anos 90". In: **Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, agosto de 2000.
- DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DNOCS. **A irrigação no semi-árido do nordeste brasileiro** – Brasília, 1986.
- FONSECA, Vânia. **Projeto integrado de estudos do semi-árido sergipano: segunda etapa – Sertão Noroeste**. Projeto de pesquisa. PIESA/SE, 1988.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: ED. Nacional, 1980.
- GARJULLI, Rosana. **O semi-árido e a gestão dos recursos hídricos**. Fortaleza: COGERH, 1998.
- GATTAZ, A. C. "A busca da identidade nas histórias de vida". In: **Anais da 10ª Conferência Internacional de História Oral**, 14-18, Rio de Janeiro, Volume 2, junho 1998, pp. 875-884.
- GEHLEN, Ivaldo. "Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social". In: **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- GERVAIS M.; JOLLIVET M.; TAVERNIER Y., **Histoire de la France rurale, Tome IV (la fin de la France paysanne - depuis 1914)**, Paris: Editions du Seuil, 1977.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- GOODMAN, David Edwin & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Incentivos à industrialização do Nordeste**. IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa nº 20, RJ, 1974.
- GORENDER, J. "Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro". In: STÉDILE, João Pedro.(org) **Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: ED. UFRGS, 1994.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HAYAMI, Y., RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento Agrícola: Teorias e Experiências Internacionais**. EMBRAPA. Brasília, 1988.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IBGE, Base de informações municipais -- malha municipal digital, 1997.
- JOLLIVET, Marcel. "O lugar dos camponeses na estrutura de classe: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular". In: **Revista Raízes**, Ano I, nº 01, Campina Grande/PB, jul-dez/1982.
- KAGEYAMA, A "O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais", IN: DELGADO, G. Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**, São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Brasília: Editora UNB, 1997.
- LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Volume II. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1998.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. **O desenvolvimento do capitalismo da Rússia**. Tradução e introdução de José Paulo Netto. Coleção: Os economistas, São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1979.
- LINHARES, Maria Yeda Leite. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LINHARES, M. Yeda Leite. SILVA, Francisco C. Teixeira. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.
- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Tecnologia e renda na agricultura familiar irrigada de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Embrapa-CPATC, 1997.
- MALAGODI, Edgard. "Marx e a questão agrária". In: **Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, Volume 3, maio/junho, 1993.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Ed. Paz Terra, s/d.
- _____. **O capital, Livro 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. **La fin des paysans**, Paris: Librairie Armand Colin, 1970.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. "Experiência Social e identidades: trabalhadores migrantes na *plantation* canavieira". In: **Revista História Oral**, nº. 3, 2000.
- _____. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias camponesas-migrantes**, Campina Grande: Editora UFPB, set.2002.
- 2004
- MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad/Seropédica/UFRRJ, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999.
- MORAES, Maria Dione Carvalho de. "De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato como identidades na ordem da razão". In: **Raízes**, Ano XVII, nº 17, julho/1998.
- MOTA, Dalva Maria da. **Trabalho e sociabilidades em espaços rurais: os trabalhadores da fruticultura do Platô de Neópolis**. Tese de Doutorado. Centro

- de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- MUSZKAT, M. **Consciência e Identidade**, São Paulo: Ática, 1986.
- NOBREGA, Maílson Ferreira da. *Gazeta Mercantil S. A.* Editora Jornalística em co-edição com o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de (coord.) **A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. Texto síntese do relatório “Estruturas de poder no Nordeste pós-SUDENE”**, convênio SUDENE/CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, mai/90 (repro).
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1972.
- OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PALACIOS, G. **Campesinato e historiografia no Brasil: comentários sobre algumas obras notáveis**. Rio de Janeiro: BIB/ANPOCS (35): 41-57, 1987.
- PINTO, Luís Carlos Guedes & FONSECA, Rinaldo Barcia. **Irrigação, estrutura agrária e organização dos agricultores**. Campinas: Instituto de Economia: Fundação FORD, 1989.
- PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 12ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1970.
- _____. **Formação do Brasil contemporânea**. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- _____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- QUEIROZ, M. I. P. de. “Pequenos produtores rurais latino-americanos”. In: **Cadernos**. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 2, 1969.
- REGO, Murilo Leão. “Dilemas da questão agrária brasileira; tem futuro a reforma agrária?”. In: **São Paulo em perspectiva**, v.7, n.3, p. 21-29, jul./set., 1993.
- REIS, Rute Santana. **Sertão noroeste sergipano: mudanças recentes e ação governamental**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Geografia, pela Universidade Federal de Sergipe (NPGeo/UFS), Aracaju, 1991.
- RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.
- SABOURIN, E. “Reciprocity and gift economy practises in Brazilian Northeast peasant communities: a contribution to rural development”. In: **X Congrès Mondial de Sociologie Rurale, Annales CD Rom n° 311, Abstracts**. Rio de Janeiro: out 2000.
- _____. “Viabilidade da Agricultura Familiar Nordestina e Globalização: mitos e desafios”. In: **Política e Trabalho, Revista de ciências sociais** 16: 25-40, setembro de 2000.
- SAGRI/SE. **Avaliação agroeconômica do projeto Califórnia**. Aracaju, 1992.
- _____. Projeto Califórnia: **Avaliação preliminar do projeto de irrigação**. Aracaju, fevereiro de 1992. Mimeo.
- _____. **Terra do Estado de Sergipe através do uso de dados de sensoriamento remoto. Relatório final**. SEPLAN-INEP/FUNCATE-INEP, 1985.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SERGIPE – projeto de assistência técnica à irrigação pública estadual de Sergipe. SEPLAN/SAGRI, Aracaju, maio, 1986.

_____. **Vegetação e uso da terra do Estado de Sergipe através do uso de dados de sensoriamento remoto**. Relatório final. SPLAN-INEP/FUNCATE-INPE, 1985.

_____. **Perímetro Irrigado Califórnia**. COHIDRO – Divisão de irrigação. 1990. Mimeo.

SHANIN, Teodor. "A definição de camponês: construções e desconceituações". In: **Estudos CEBRAP**, nº 26. São Paulo, 1976.

SIDERSKY, Pablo. **Sobre a especificidade do pequeno produtor: uma introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa**. – Rio de Janeiro: AS-PATA, 1991.

_____. **Mercado e reprodução da unidade camponesa : estudo de caso sobre pequenos produtores de abacaxi da Paraíba**. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campina Grande.

SILVA, José Graziano da (org). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 1999.

SILVA, R. M. da, & LOPES, E. S. A. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/EDUFS. Secretaria do Estado da Irrigação e Ação Fundiária, 1996.

SOUZA, Alexandrina Luz Conceição. **A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético**. Dissertação de mestrado, apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Geografia, pela Universidade Federal de Sergipe (NPGeo/UFS), Aracaju, 1991.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TONNEAU, J.-P.; Clouet, Y.; Caron P. "L'agriculture familiale au Nordeste (Brésil). Une recherche par analyses spatiales". In: **Natures Sciences Sociétés**, v. 5, nº 3, p. 39-49, 1997.

_____. **Modernisation des espaces ruraux et paysanneries: le cas du Nordeste Brésil**. Nanterre: Université Paris X, Thèse, 1994, 297p.

_____. **Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões**. Trabalho apresentado no "I Seminário anual do Projeto CAPES/PROCAD: O mundo rural e as ciências sociais: produção de conhecimento e formação de pesquisadores". Recife: UFPE, PPGS, 5 a 7 de junho de 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. "A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil". **Idéias**, Revista do IFCH/UNICAMP, Campinas, 3 (2): 25-54, jul/dez. 1996.

_____. "Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov". In: **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

_____. "Raízes históricas do campesinato brasileiro". In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. EDHUPF, 1999.

_____. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Campinas, Grupo de Estudo Agrários da UNICAMP, versão preliminar, mimeo., 1979).

WEBER, Max. "A 'objetividade do conhecimento' nas ciências sociais e na ciência política". In: **Metodologia das ciências sociais, parte 2**. São Paulo: Cortez/ Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VARGAS, Maria Augusta Mundin. **A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento: sertão sergipano do São Francisco**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (NPGeo/UFS), Aracaju, 1988.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1991.

_____. "Política agrícola diferenciada". In: TEIXEIRA, E. C. & VIEIRA, W. da C. (eds.). **Reforma da política agrícola e abertura econômica**. Viçosa: IFV – Fapemig, 1996. Disponível em: <http://www.nead.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2003.

UFS/CODEVASF – Projeto Jacaré/Curtuba – Estudos básicos. Aracaju/SE. Dez. 1990.

UFS/SEPLAN – Atlas de Sergipe. Aracaju. UFS-DGE/SEPLAN-SE. 1979.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A. Relação com a terra

1. Qual o significado da terra para você?
2. Se você tivesse condições, você deixaria o seu lote para viver (morar) na cidade (Aracaju)? Por que?
3. Você possui outro lote aqui? E em outro lugar?
4. Porque ainda você permanece com a propriedade de origem?
5. Fale sobre a vida anterior ao PIC?

B. Trabalho familiar

1. Trabalho (cotidiano do serviço do chefe da família, filhos e esposa)
2. Hora de trabalho (se houve mudanças no horário de trabalho)
3. Mão-de-obra familiar e extra-familiar (se empregavam alguém como temporário ou efetivo. Verificar a quantidade de trabalho familiar antes e depois)
4. Serviço extra (Trabalho extra propriedade – estiagem, aumento da renda familiar)

C. Autonomia das necessidades familiares

1. Comercialização (Nos lotes de sequeiro havia o atravessador ou comercializavam por sua própria conta – se houve essa mudança perguntar o por quê)
2. Consumo da produção (Verificar o que antes produziam e se o consumo era maior do que o de agora)

D. Autonomia em relação aos insumos

1. Insumos - utilizavam, antes, os insumos fertilizantes (uréia), veneno no lote anterior? E agora?